

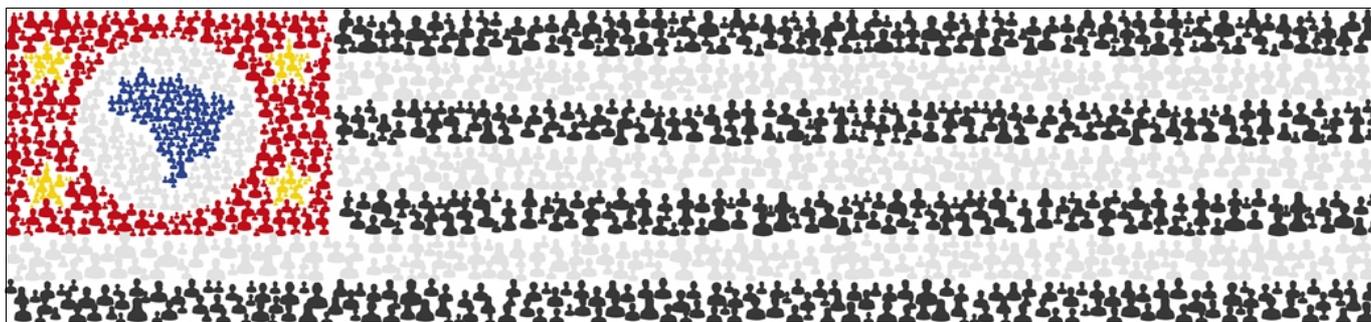


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
2017

ÍNDICE

1 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	5
LEI Nº 16.291, DE 20 DE JULHO DE 2016	7
SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
SEÇÃO II - DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	7
SEÇÃO III - DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO	8
SEÇÃO IV - DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO	10
SEÇÃO V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	12
SEÇÃO VI - DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO	12
SEÇÃO VII - DA ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA E A CAPTAÇÃO DE RECURSOS	13
SEÇÃO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE TRANSFERÊNCIAS	13
SEÇÃO IX - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15
SEÇÃO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	16
2 - ANEXOS	19
ANEXO I - METAS FISCAIS	21
ANEXO II - RISCOS FISCAIS	31
ANEXO III - METAS E PRIORIDADES	69
ANEXO IV - ALTERAÇÕES DO PPA NA LDO	223



1 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

LEI Nº 16.291, DE 20 DE JULHO DE 2016

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

**SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Artigo 1º - Em cumprimento ao disposto nos §§ 2º e 9º do artigo 174 da Constituição do Estado e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, são estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício de 2017, compreendendo:

- I - as disposições preliminares;
- II - as metas e prioridades da Administração Pública Estadual;
- III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- IV - a organização e a estrutura dos orçamentos;
- V - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Estado;
- VI - a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento;
- VII - as disposições sobre a administração da dívida e a captação de recursos;
- VIII - as disposições gerais sobre transferências;
- IX - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- X - as disposições finais.

Parágrafo único - Integram esta Lei o Anexo I, de Metas Fiscais, o Anexo II, de Riscos Fiscais, o Anexo III, de Metas e Prioridades e o Anexo IV, de Alterações do PPA na LDO.

**SEÇÃO II
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**

Artigo 2º - As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2017 constantes do Anexo III desta lei foram estabelecidos em conformidade com o que dispõe o artigo 11 da Lei nº 16.082, de 28 de dezembro de 2015, que instituiu o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2016-2019, e em consonância com as seguintes diretrizes:

- I - desenvolvimento econômico e sustentabilidade: competitividade e criação de oportunidades;
- II - desenvolvimento social: qualidade de vida, equidade, justiça e proteção social;
- III - desenvolvimento urbano e regional: conectividade e superação das desigualdades entre pessoas e regiões;

IV - gestão pública: inovação, eficiência e tecnologia a serviço do cidadão.

Parágrafo único – O Anexo III mencionado no “caput” deste artigo refere-se aos programas e produtos classificados como finalísticos ou de melhoria de gestão de políticas públicas.

SEÇÃO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO

Artigo 3º - O projeto de lei orçamentária anual do Estado para o exercício de 2017 será elaborado com observância às diretrizes fixadas nesta lei, ao artigo 174 da Constituição do Estado, à Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e à Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 4º - As propostas orçamentárias dos órgãos e entidades que integram os Poderes do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública serão formalizadas, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2017, por meio do Sistema POS – Proposta Orçamentária Setorial, observadas as disposições desta lei.

Artigo 5º - Os valores dos orçamentos das Universidades Estaduais serão fixados na proposta orçamentária do Estado para 2017, devendo as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitar, no mínimo, o percentual global de 9,57% (nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - Quota-Parte do Estado, no mês de referência.

§ 1º - À arrecadação prevista no “caput” deste artigo serão adicionados 9,57% (nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) das Transferências Correntes da União, decorrentes da compensação financeira pela desoneração do ICMS das exportações, da energia elétrica e dos bens de ativos fixos, conforme dispõe a Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, efetivamente realizadas.

§ 2º - Em havendo disponibilidade financeira, o Poder Executivo poderá dar continuidade ao programa de expansão do ensino superior público em parceria com as Universidades Estaduais.

§ 3º - O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda, publicará no Diário Oficial e disponibilizará no portal da transparência, trimestralmente, demonstrativo dos repasses para as Universidades Estaduais, contendo a receita prevista e a realizada a cada mês.

§ 4º - As Universidades Estaduais publicarão no Diário Oficial, trimestralmente, e disponibilizarão em seus portais de internet, relatório detalhado contendo os repasses oriundos do Estado e as receitas de outras fontes, os cursos e o número de alunos atendidos, bem como as despesas efetuadas para o desempenho de suas atividades, incluindo a execução de pesquisas.

Artigo 6º - O orçamento fiscal compreenderá a programação completa dos Poderes do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, em conformidade com o que dispõe o § 4º do artigo 174 da Constituição Estadual, bem como as empresas estatais dependentes, assim consideradas nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 7º - As receitas próprias das autarquias, fundações e empresas estatais dependentes serão destinadas, prioritariamente, para o financiamento de suas despesas correntes e, havendo disponibilidade, essa poderá ser aplicada em projetos de investimentos.

Parágrafo único - Para expansão de suas atividades, as entidades referidas no “caput” deverão buscar fontes alternativas de financiamento.

Artigo 8º - Os recursos do Tesouro estadual destinados às empresas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto serão previstos no orçamento fiscal sob a forma de constituição ou aumento de capital e serão destinados ao pagamento de despesas decorrentes de investimentos e do serviço da dívida.

Artigo 9º - O orçamento de investimentos, previsto no item 2 do § 4º do artigo 174 da Constituição Estadual, compreenderá as empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, excluídas as empresas estatais dependentes cuja programação conste do orçamento fiscal.

Artigo 10 - O orçamento fiscal e o orçamento de investimentos das empresas terão por finalidade cumprir as disposições constitucionais, entre elas a de reduzir as desigualdades inter-regionais.

Artigo 11 - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2017, o Poder Executivo utilizará preferencialmente parâmetros e projeções econômicas elaboradas por fontes externas à Administração Pública Estadual para estimação da receita do exercício.

Artigo 12 - Com fundamento nos §§ 8º do art. 165 da Constituição Federal e do artigo 174 da Constituição Estadual e nos artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, a Lei Orçamentária de 2017 conterà autorização para o Poder Executivo proceder à abertura de créditos suplementares e estabelecerá as condições e os limites percentuais a serem observados para tanto.

Artigo 13 - Fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, autorizado a transpor recursos entre atividades e projetos de um mesmo programa, no âmbito de cada órgão, até o limite de 10% (dez por cento) da despesa fixada para o exercício e obedecida a distribuição por grupo de despesa.

Artigo 14 - O Poder Executivo, observado o disposto no inciso XIX, alínea "a", do artigo 47 da Constituição Estadual, poderá, mediante decreto, transferir ou remanejar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2017, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática.

Parágrafo único - A transferência ou o remanejamento de dotações orçamentárias, previstos no "caput" não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2017.

Artigo 15 - Observado o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, caso seja necessário proceder à limitação de empenho e movimentação financeira, para cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta lei, o percentual de redução deverá incidir sobre o total de atividades e sobre o de projetos, separadamente, calculado de forma proporcional à participação de cada Poder, do Ministério Público e da Defensoria Pública, excluídas as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

§ 1º - Na hipótese de ocorrer a limitação prevista no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública o montante que corresponder a cada um na limitação de empenho e de movimentação financeira, acompanhado da respectiva memória de cálculo e da justificação do ato.

§ 2º - Os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, observado o disposto no § 1º deste artigo, publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do "caput" deste artigo, caberão aos respectivos órgãos na limitação de empenho e movimentação financeira.

Artigo 16 - É vedada a inclusão na lei orçamentária anual, bem como em suas alterações, de quaisquer recursos do Estado para complementação de aposentadorias e pensões da Carteira de Previdência dos Economistas de São Paulo.

Artigo 17 - Fica o Tesouro do Estado autorizado a deduzir das liberações financeiras aos órgãos e entidades estaduais os valores equivalentes às obrigações previdenciárias não repassadas à São Paulo Previdência - SPPREV, entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos titulares de cargos efetivos - RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo - RPPM, criada pela Lei Complementar nº 1.010, de 1º de junho de 2007.

Artigo 18 - É obrigatório o registro, em tempo real, da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/SP, por todos os órgãos e entidades que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social do Estado.

Artigo 19 - Não se aplicam às empresas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e integrantes do orçamento de investimentos, as normas relativas à execução do orçamento e ao regime e demonstrações contábeis estabelecidos na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único - Para a prestação de contas das informações relativas ao orçamento de investimentos, as empresas de que trata o “caput” deste artigo deverão registrar as fontes de financiamento e a execução de suas despesas na forma disciplinada pelas Secretarias da Fazenda e de Planejamento e Gestão.

SEÇÃO IV

DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO

Artigo 20 - A proposta orçamentária do Estado para o exercício de 2017 será encaminhada pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa até 30 de setembro de 2016, contendo:

I - mensagem;

II - projeto de lei orçamentária;

Artigo 21 - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária deverá conter:

I - as eventuais alterações, de qualquer natureza, e as respectivas justificativas, em relação às determinações contidas nesta lei;

II - demonstrativo dos programas que tenham sido revisados ou alterados após a promulgação da Lei nº 16.082, de 28 de dezembro de 2015, que instituiu o Plano Plurianual 2016-2019;

III - demonstrativo dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, na forma do disposto no artigo 255 da Constituição do Estado, incluindo as obrigações patronais destinadas aos regimes previdenciários;

IV - demonstrativo dos recursos destinados ao financiamento das ações e dos serviços públicos de saúde, na forma do disposto no artigo 222, parágrafo único, item 1, da Constituição do Estado, incluindo as obrigações patronais destinadas aos regimes previdenciários;

V - demonstrativo dos recursos destinados à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, para aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico, nos termos do artigo 271 da Constituição do Estado;

VI - demonstrativo dos recursos destinados ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP, instituído pela Lei nº 16.006, de 24 de novembro de 2015.

VII - demonstrativo das dotações alocadas no Poder Executivo para contratações de pessoal;

VIII - os critérios adotados para estimativa das fontes de recursos para o exercício;

IX - demonstrativo dos efeitos, sobre as receitas e as despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

X - demonstrativo a que alude o artigo 13 da Lei nº 16.082, de 28 de dezembro de 2015, contendo os investimentos financiados pelos orçamentos fiscal e da seguridade social, e das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, discriminados por programa e regiões administrativas do Estado.

§ 1º - Excepcionalmente, quando não for possível a identificação espacial do investimento previsto no inciso X deste artigo, os respectivos valores serão apropriados como “a definir”.

§ 2º - O Poder Executivo disponibilizará anualmente no portal da transparência relatório demonstrando a execução dos investimentos a que se refere o inciso X deste artigo.

Artigo 22 – Na ausência da lei complementar prevista no § 9º do artigo 165, da Constituição Federal, integrarão e acompanharão o projeto de lei orçamentária anual:

I - quadros consolidados dos orçamentos fiscal e da seguridade social, compreendendo os seguintes demonstrativos:

a) receita por fonte, despesa por categoria econômica e grupos de despesa, segundo os orçamentos e despesa por programas;

b) despesa por função, subfunção e programa, conforme os vínculos de recursos;

c) receitas previstas para as fundações, autarquias e empresas estatais dependentes;

II - anexo da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminado por unidade orçamentária, esfera orçamentária, função, subfunção, programa, projeto, atividade, produto, indicador de produto, meta, grupo de despesa e fonte de recursos, considerando que:

a) o conceito de unidade orçamentária é o estabelecido na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) a esfera orçamentária identifica se o orçamento é fiscal ou da seguridade social;

c) os conceitos de função, subfunção, programa, atividade e projeto são aqueles estabelecidos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, e em suas alterações;

d) os conceitos de produto, indicador de produto e meta são aqueles estabelecidos na Lei nº 16.082, de 28 de dezembro de 2015, que institui o Plano Plurianual 2016-2019;

e) os conceitos de grupo de despesa e modalidade de aplicação são aqueles estabelecidos na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria do Orçamento Federal nº 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações;

f) a fonte de recursos indica a origem ou a procedência dos recursos orçamentários.

III - anexo do orçamento de investimentos das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, a que se refere o item 2 do § 4º do artigo 174 da Constituição Estadual, compreendendo os seguintes demonstrativos:

a) investimentos por empresa segundo fontes de financiamento;

b) investimentos por função e fontes de financiamento;

c) investimentos das empresas por programa, projeto/atividade e suas respectivas fontes de financiamento.

§ 1º - Para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, os recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde desenvolvidos pelo Estado, excetuados os recursos repassados diretamente às unidades vinculadas da Secretaria da Saúde, estarão alocados no Fundo Estadual de Saúde, que é a unidade orçamentária gestora desses recursos.

§ 2º - O Poder Executivo poderá, se necessário, adicionar outros demonstrativos, visando a melhor explicitação da programação prevista.

Artigo 23 - As despesas com publicidade deverão ser padronizadas e especificadas claramente na estrutura programática da lei orçamentária anual.

Artigo 24 - A lei orçamentária anual, observado o disposto no artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, somente incluirá novos projetos se:

I - houverem sido adequadamente atendidos os em andamento; e

II - forem compatíveis com o Plano Plurianual 2016-2019.

Artigo 25 - A proposta orçamentária conterá reserva de contingência, constituída, exclusivamente, com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no máximo, 0,10% (um décimo por cento) da receita corrente líquida.

Artigo 26 - Os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública encaminharão ao Poder Executivo suas respectivas propostas orçamentárias até o último dia útil do mês de julho de 2016, observadas as disposições desta lei.

SEÇÃO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Artigo 27 - O Poder Executivo poderá enviar à Assembleia Legislativa projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - instituição e regulamentação da Contribuição de Melhoria decorrente de obras públicas;

II - revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;

III - modificação nas legislações do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - ITCMD e Imposto sobre Veículos Automotores - IPVA, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e equânime, preservar a economia paulista e estimular a geração de empregos e a livre concorrência;

IV - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos estaduais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Estado e dos contribuintes;

V - acompanhamento e fiscalização, pelo Estado de São Paulo, das compensações e das participações financeiras previstas na Constituição Federal, oriundas da exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural;

VI - incentivos fiscais à implantação de empreendimentos de geração e distribuição de energias renováveis e aproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos, bem como de mobilidade urbana, de segurança hídrica e obras de infraestrutura de portos, aeroportos e rodovias em Parcerias Público-Privadas de interesse do Estado.

SEÇÃO VI

DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Artigo 28 - A agência financeira oficial de fomento, que constitui o Sistema Estadual de Crédito, cuja missão é promover e financiar o desenvolvimento econômico e social do Estado, fomentará projetos e programas de eficiência energética, de desenvolvimento social e regional e de ampliação da competitividade dos agentes econômicos do Estado, de acordo com as definições de seu projeto estratégico e em sintonia com as diretrizes e políticas definidas pelo Governo Estadual, incluindo o Plano Plurianual - PPA 2016-2019, observadas as determinações legais e normativas referentes aos fundos estaduais dos quais é o gestor e as instruções aplicáveis ao Sistema Financeiro Nacional.

§ 1º - A agência financeira oficial de fomento observará, nos financiamentos concedidos, as políticas de redução das desigualdades sociais e regionais, de geração de emprego e renda, de preservação e melhoria do meio ambiente, de incentivo ao aumento da participação de fontes de energias renováveis na matriz energética paulista, inclusive com o aproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos, de ampliação e melhoria da infraestrutura e crescimento, modernização e ampliação da competitividade do parque produtivo paulista, das atividades comerciais e de serviço sediados no Estado, do turismo e do agronegócio, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico.

§ 2º - A realização de operações de crédito com os Municípios ou quaisquer entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública Municipal fica condicionada à outorga de garantias, na forma estabelecida pela agência financeira oficial de fomento.

§ 3º - Na implementação de programas de fomento com recursos próprios, a agência financeira oficial de fomento conferirá prioridade às pequenas e médias empresas, atuantes nos diversos setores da economia paulista.

§ 4º - Os empréstimos e financiamentos concedidos pela agência financeira oficial de fomento deverão garantir, no mínimo, a remuneração dos custos operacionais e de administração dos recursos, assegurando sua autossustentabilidade financeira, ressalvados os casos disciplinados por legislação específica.

SEÇÃO VII

DA ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA E A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 29 - A administração da dívida interna e externa contratada e a captação de recursos a serem contratados por órgãos ou entidades da administração pública estadual, obedecida a legislação em vigor, limitar-se-ão à necessidade de recursos para atender:

I - mediante operações ou doações, junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, públicas ou privadas, organismos internacionais e órgãos ou entidades governamentais:

a) ao serviço da dívida interna e externa de cada órgão ou entidade;

b) aos investimentos definidos nas metas e prioridades do Governo do Estado;

c) ao aumento de capital das sociedades em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto;

d) à antecipação de receita orçamentária;

II - mediante alienação de ativos:

a) ao atendimento de programas prioritários e de investimentos;

b) à amortização do endividamento;

c) ao custeio dos benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo - RPPM.

Artigo 30 - Na lei orçamentária anual, as despesas com amortizações, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas ou com autorizações concedidas até a data do encaminhamento do projeto de lei orçamentária à Assembleia Legislativa.

Parágrafo único - O Poder Executivo encaminhará juntamente com a proposta orçamentária para 2017:

1 - quadro detalhado de cada operação de crédito, incluindo credor, taxa de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento do serviço da dívida;

2 - quadro demonstrativo da previsão de pagamento do serviço da dívida para 2017, incluindo modalidade de operação, valor do principal, juros e demais encargos.

SEÇÃO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE TRANSFERÊNCIAS

Artigo 31 - A destinação de recursos orçamentários às entidades privadas sem fins lucrativos deverá observar:

I - lei específica que expressamente defina a destinação de recursos às entidades beneficiadas, nos termos do disposto no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

II - os dispositivos, no que couber, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que institui normas gerais para as parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil;

III - adimplência com os órgãos da Administração Pública Estadual, mediante comprovação junto ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de órgãos e entidades estaduais – CADIN ESTADUAL, na forma prevista na Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, e suas alterações; e, prova de funcionamento regular da entidade com relatórios auditados de sua contabilidade e comprovante do mandato de sua diretoria;

IV - os requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, e suas alterações posteriores, para a qualificação de entidades privadas sem fins lucrativos como organizações sociais;

V - as disposições do Decreto nº 59.215, de 21 de maio de 2014, que disciplina a celebração de convênios no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica;

VI - cadastramento junto ao Sistema Integrado de Convênios do Estado, com Certificado de Regularidade Cadastral de Entidade – CRCE, de acordo ao que estabelece o Decreto nº 57.501, de 8 de novembro de 2011, que institui o Cadastro Estadual de Entidades;

VII - outros requisitos que venham a ser estabelecidos ou legislação específica.

§ 1º - As entidades a que se refere o “caput” deste artigo estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de apurar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 2º - O Poder Executivo, por intermédio das respectivas secretarias responsáveis, tornará disponível no portal da transparência, a relação completa das entidades privadas sem fins lucrativos beneficiadas com recursos públicos.

Artigo 32 - O Poder Executivo, por intermédio das secretarias responsáveis, publicará no Diário Oficial e disponibilizará no portal da transparência, em formato acessível, quadrimestralmente, os relatórios pertinentes às execuções dos contratos de gestão a que se refere o § 1º do artigo 9º da Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998.

Parágrafo único - Cabe a cada organização social manter na sua página de internet os relatórios a que se refere o “caput” deste artigo, contendo prestação integral de contas dos repasses recebidos do Estado, as receitas de outras fontes, o detalhamento das despesas executadas para o desempenho de suas atividades, bem como as metas propostas e os resultados alcançados, em cumprimento ao programa de trabalho pactuado no correspondente contrato de gestão.

Artigo 33 - As transferências voluntárias de recursos do Estado para os Municípios, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, dependerão da comprovação, por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que se encontra em conformidade com o disposto no artigo 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, e no Decreto nº 59.215, de 21 de maio de 2013, com alterações posteriores.

Artigo 34 - As despesas administrativas com gerenciamento, assistência técnica e fiscalização, decorrentes das transferências financeiras previstas nos artigos 31 e 33 desta lei poderão correr à conta das dotações destinadas às respectivas transferências.

Artigo 35 - Os aportes de recursos orçamentários às entidades da Administração Indireta do Estado, inclusive às empresas públicas estaduais dependentes, serão baseados nos parâmetros definidos no Plano Plurianual - PPA 2016-2019 e associados a metas e prioridades estabelecidas nesta lei.

SEÇÃO IX

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Artigo 36 - As despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista dos Poderes do Estado, do Ministério Público e da Defensoria Pública, no exercício de 2017, observarão as normas e os limites estabelecidos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 37 - Para fins de cálculo do limite da despesa de pessoal aplicam-se as disposições estabelecidas nos §§ 1º e 2º do artigo 18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 38 - Na projeção das despesas de pessoal ativo, inativo e pensionista para o exercício de 2017 serão observados:

I - os quadros de cargos e funções a que se refere o § 5º do artigo 115 da Constituição do Estado;

II - o montante gasto no exercício vigente, a previsão de crescimento vegetativo da folha de pagamento, os dispositivos e os limites para os gastos com pessoal estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

III - a realização de estudos visando à valorização das carreiras e dos vencimentos dos servidores do Estado, nos termos da Lei nº 12.391, de 23 de maio de 2006.

Artigo 39 - Para fins de atendimento ao disposto nos incisos I e II do § 1º do artigo 169 da Constituição Federal, fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, desde que haja prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, observados, ainda, os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 40 - Os projetos de lei que implicarem em aumentos de gastos com pessoal e encargos, inclusive os que alteram e criam carreiras, cargos e funções, deverão ser acompanhados de demonstrativos contendo:

I - as premissas e metodologia de cálculos utilizados, conforme estabelecem os artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

II - a simulação que demonstre o impacto da despesa decorrente da medida proposta, destacando-se, os gastos com ativos, inativos e pensionistas.

Artigo 41 - Os atos de provimentos e vacâncias de cargos efetivos e comissionados, bem como de funções de confiança, no âmbito dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública, deverão ser, obrigatoriamente, publicados em órgão oficial de imprensa e disponibilizados nos sítios na internet.

Artigo 42 - O pagamento de quaisquer aumentos de despesa com pessoal decorrente de medidas judiciais ocorrerá mediante abertura de créditos adicionais.

Artigo 43 - Os recursos do Tesouro do Estado destinados à complementação de benefícios referentes ao pagamento de proventos a inativos e pensionistas abrangidos pela Lei nº 4.819, de 26 de agosto de 1958, serão alocados no orçamento fiscal em dotações próprias, consignadas em categoria de programação específica:

I - em favor das respectivas Secretarias, autarquias e empresas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto;

II - na Administração Geral do Estado - AGE, quando as complementações de aposentadorias e pensões forem oriundas de órgãos extintos ou privatizados.

Parágrafo único - Para a elaboração da proposta orçamentária, as solicitações de ressarcimentos, amparados por relação jurídica contratual, decorrentes de demandas judiciais oriundas da Lei nº 4.819, de 26 de agosto de

1958, ajuizadas contra empresas cujo controle acionário pertença ao Estado, deverão ser encaminhadas devidamente instruídas à Secretaria da Fazenda, até o dia 1º de julho de 2016.

Artigo 44 - Serão previstas na lei orçamentária anual as despesas específicas com a implementação de programas de valorização e desenvolvimento dos servidores e empregados públicos, mediante a adoção de mecanismos destinados a sua permanente capacitação, inclusive se associados à aferição do desempenho individual e evolução funcional, bem como as necessárias à realização de certames, provas e concursos, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção, acesso e outras formas de mobilidade funcional previstas na legislação em vigor.

SEÇÃO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 45 - As propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento da despesa devem ser amparadas por estudo prévio que demonstre a sua viabilidade técnica e os processos devem ser instruídos com a memória de cálculo do impacto que comprove a adequação orçamentário-financeira no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, em obediência ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único - São consideradas como despesas irrelevantes, para fins do artigo 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para a contratação de obras, bens e serviços, os limites estabelecidos no artigo 23, inciso I, alínea "a", e inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Artigo 46 - As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício serão inscritas em restos a pagar e terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente, inclusive para efeito de comprovação dos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas da educação e da saúde.

Parágrafo único - Decorrido o prazo de que trata o "caput" deste artigo e constatada, excepcionalmente, a necessidade de manutenção dos restos a pagar, fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar sua validade, condicionado à existência de disponibilidade financeira para a sua cobertura.

Artigo 47 - Para assegurar a transparência e a participação popular durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá audiências públicas em todas as regiões administrativas, regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas do Estado, contando com ampla participação popular, nos termos do artigo 48, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º - Além da iniciativa mencionada no "caput" deste artigo, o Poder Executivo deverá, ainda, realizar uma audiência pública geral, com a utilização dos meios eletrônicos disponíveis.

§ 2º - As audiências serão amplamente divulgadas, inclusive nos meios de comunicação regionais, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias das datas estabelecidas pelo Poder Executivo.

§ 3º - As propostas oriundas da participação popular nas audiências públicas de que trata o "caput" deste artigo serão encaminhadas aos órgãos e entidades estaduais e deverão subsidiar a elaboração da proposta orçamentária de 2017.

Artigo 48 - O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Gestão, providenciará o envio, exclusivamente em meio eletrônico, à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, em até 30 dias após a promulgação da Lei Orçamentária de 2017, demonstrativos com informações complementares detalhando:

I – a despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por órgão, unidade orçamentária, programa de trabalho e elemento de despesa;

II - as programações incluídas ou acrescidas por emendas parlamentares, que tenham sido acolhidas pelo Poder Legislativo, inclusive as propostas populares decorrentes da realização de audiências públicas, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 49 - Será prevista na Lei Orçamentária para o exercício de 2017 a destinação de recursos do Tesouro do Estado para o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE.

Artigo 50 - As proposições legislativas e respectivas emendas que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa do Estado deverão estar acompanhadas de estimativas desses impactos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, conforme dispõe o artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único - Será considerada incompatível a proposição que crie ou autorize a criação de fundos com recursos do Tesouro do Estado e não contenham normas específicas sobre a sua gestão, funcionamento e controle.

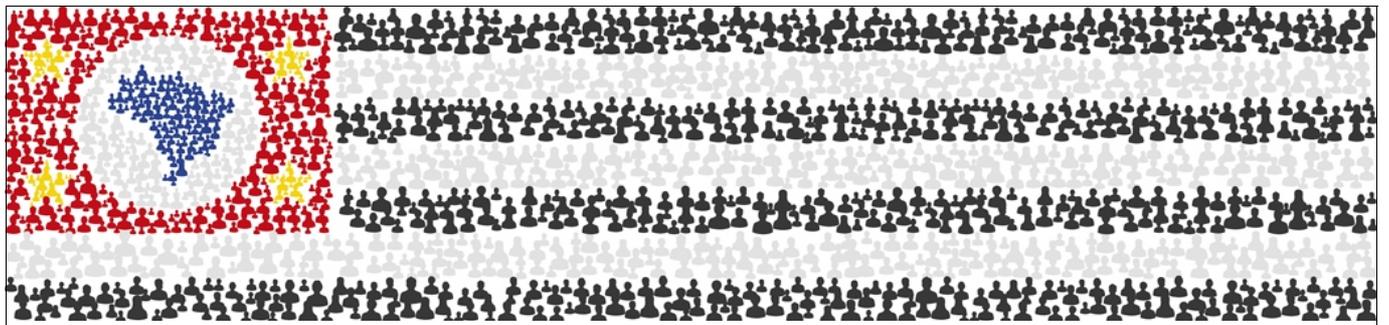
Artigo 51 - Não sendo encaminhado o autógrafo do projeto de lei orçamentária anual até a data de início do exercício de 2017, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua conversão em lei, no limite de até 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Parágrafo único - A limitação de 1/12 (um doze avos) em cada mês, a que se refere o “caput” deste artigo, não se aplica às despesas de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” do inciso II do § 3º do artigo 166 da Constituição Federal.

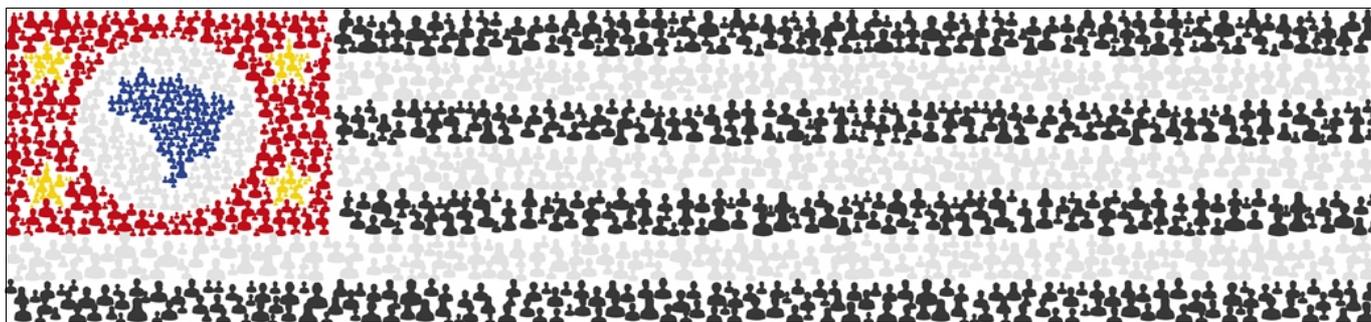
Artigo 52 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DOS BANDEIRANTES, aos 20 de julho de 2016.

GERALDO ALCKMIN



2 - ANEXOS



ANEXO I METAS FISCAIS

ANEXO I METAS FISCAIS

METAS E PROJEÇÕES FISCAIS Artigo 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000

R\$ milhões correntes

DISCRIMINAÇÃO	2017	2018	2019
I. RECEITA FISCAL	193.514	206.241	220.012
II. DESPESA FISCAL	191.705	204.116	217.600
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	1.809	2.125	2.411
IV. RESULTADO NOMINAL	-20.747	-17.727	-16.520
V. DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	275.465	293.192	309.712

Nota: as receitas e despesas fiscais não incluem as intra-orçamentárias

R\$ milhões médios de 2015

DISCRIMINAÇÃO	2017	2018	2019
I. RECEITA FISCAL	167.586	169.013	171.409
II. DESPESA FISCAL	166.020	167.271	169.530
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	1.567	1.742	1.879
IV. RESULTADO NOMINAL	-17.967	-14.527	-12.870
V. DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (*)	242.170	244.525	246.003

Nota: as receitas e despesas fiscais não incluem as intra-orçamentárias

(*) A preços de dezembro de 2015

PARÂMETROS

DISCRIMINAÇÃO	2017	2018	2019
Tx. Câmbio em 31/dez (R\$ / US\$)	4,20	4,26	4,21
IPCA/IBGE	6,00%	5,41%	5,00%
IPCA/IBGE (Média Anual)	6,59%	5,68%	5,19%
Tx. Over-Selic-% a.a. Fim do ano	12,50	11,50	11,00
Taxa de variação real do PIB estadual	0,35%	1,50%	2,00%

Fonte: FOCUS - 24/03/2016

ANEXO I METAS FISCAIS

METAS E PROJEÇÕES FISCAIS Artigo 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO

R\$ milhões correntes

Discriminação	2013	2014	2015
I RECEITA FISCAL	167.350	174.892	182.617
II DESPESA FISCAL	162.947	170.303	177.554
III RESULTADO PRIMÁRIO	4.403	4.589	5.063
IV RESULTADO NOMINAL	-6.347	-17.587	-36.275
V DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	194.681	212.268	248.543

Nota: As receitas e despesas fiscais não incluem as intraorçamentárias

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

R\$ milhões correntes

Discriminação	2013	2014	2015
I - Alienação de Ativos	22	832	1.075
II - Aplicação dos Recursos Provenientes de Alienação de Ativos	22	832	1.075
a) - Investimentos	14	86	369
b) - Amortização da Dívida	8	709	657
c) - Outras despesas de Capital	0	37	49
d) - Despesas com Regime Próprio de Previdência Social	0	0	0
III - SALDO A APLICAR (I-II)	0	0	0

FONTE: SIAFEM/SP - Secretaria da Fazenda

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DO ESTADO

R\$ milhões correntes

Discriminação	2013		2014		2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
ATIVO REAL LÍQUIDO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	37.299	71,5%	51.349	71,1%	-11.120	-56,6%
ATIVO REAL LÍQUIDO - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	23.145	44,4%	28.346	39,2%	30.753	156,6%
*Ajuste por equivalência Patrimonial das Empresas Dependentes	-8.298	-15,9%	-7.453	-10,3%	0	0,0%
TOTAL	52.146	100,0%	72.242	100,0%	19.633	100,0%

FONTE: SIAFEM/SP - Secretaria da Fazenda

NOTA:

1 - Em 2013 e 2014, na consolidação do Balanço Patrimonial, exclusas as duplicidades referentes ao ajuste por equivalência patrimonial das empresas dependentes

2 - Em 2015 a posição patrimonial da equivalência das empresas dependentes e do ativo real líquido da administração direta está adequada às novas normas da contabilidade aplicadas ao setor público.

ANEXO I
METAS FISCAIS
METAS E PROJEÇÕES FISCAIS
(Artigo 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000)

A concessão de benefícios fiscais na esfera do ICMS objetiva, à exceção daqueles de caráter social, promover uma melhor alocação de recursos de forma a incentivar o crescimento da produção e do emprego e, assim, em alguns casos, o aumento da própria arrecadação tributária.

As desonerações tributárias do ICMS englobam as isenções fiscais, reduções de base de cálculo e concessões de crédito presumido, aprovadas através de convênios no âmbito do Confaz, alguns por tempo indeterminado e outros por tempo determinado, além das imunidades constitucionais como, a título de exemplo, a concedida a "livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão" (artigo 150, VI, alínea "d", da Constituição Federal) e, ainda, as saídas interestaduais de combustíveis derivados de petróleo e energia elétrica (artigo 155, X, alínea "b", da Constituição Federal).

Portanto, a previsão da receita tributária para o triênio 2016-2018 considerou a base legal vigente no corrente ano (Convênios celebrados nos termos da Lei Complementar Federal n.º 24, de 07 de janeiro de 1975).

A atual estrutura possibilita estimar, de acordo com as declarações fiscais apresentadas pelos contribuintes, que a renúncia de receita poderá atingir 11,0% da arrecadação prevista.

PREVISÃO DA PARTICIPAÇÃO DA RENÚNCIA FISCAL NA
ARRECADÇÃO DO ICMS (100%)

(Em R\$ Milhões)

PREVISÃO				
ANO	ARRECADÇÃO	DESONERAÇÃO	PERDA DE ARRECADÇÃO	POTENCIAL
2017	132.663,00	11,00	14.612,00	147.274,00
2018	141.502,00	11,00	15.585,00	157.088,00
2019	150.928,00	11,00	16.624,00	167.551,00

O cálculo do montante das desonerações tributárias do ICMS é realizado a partir da atribuição de uma alíquota média, definida como a relação entre os débitos do imposto e a sua base de cálculo, multiplicada pelo valor das operações isentas ou não tributadas informadas pelos contribuintes do imposto em documento fiscal - Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA).

A tabela abaixo apresenta o mesmo cálculo, para o ano de 2015, aberto por setores.

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL NO ICMS POR SETOR

(Em R\$ Milhões)

CÓDIGO DO SEGMENTO	SEGMENTO ECONÔMICO	PERDAS NA ARRECADÇÃO	ARRECADÇÃO TOTAL DO SEGMENTO EM 2015	TOTAL DE PERDAS PERCENTUAIS (%)
100	Agropecuária	114.018	157.628	72,3%
200	Indústria	7.077.959	43.654.370	16,2%
300	Comércio e Serviços	6.512.291	39.046.076	16,7%
400	Outras	-67.508	40.952.273	-0,2%
TOTAL		13.636.760	123.810.347	11,0%

ANEXO I
METAS FISCAIS E PROJEÇÕES FISCAIS
(Artigo 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000)

A estimativa da renúncia do IPVA é realizada a partir da previsão do volume dos veículos isentos e não tributados que são acrescidos à frota já existente. É certo que o volume relativo de desoneração será dado pela razão entre a receita estimada e a renúncia estimada.

Com relação à previsão de receita do IPVA, sua metodologia consiste em calcular o acréscimo de novos automóveis, deduzindo-se a parcela de depreciação do estoque de veículos remanescentes anualmente, multiplicando o valor encontrado pela alíquota aplicável no Estado. A variável que melhor explica o acréscimo da frota no Estado de São Paulo é o crescimento do PIB, tendo sido utilizada como variável explicativa, tanto para o acréscimo da frota tributada, quanto para a frota não tributada.

PREVISÃO DA PARTICIPAÇÃO DA RENÚNCIA FISCAL NA
ARRECADAÇÃO DO IPVA (100%)

CÁLCULO		2016	2017	2018	2019
QUANTIDADE DA FROTA TRIBUTADA (Em Mil)		17.709	17.850	17.872	18.068
PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO (Em R\$ Milhões)		14.973	15.265	16.332	17.491
QUANTIDADE DA FROTA DESONERADA (Em Mil)	VEÍCULOS IMUNES	126	140	153	167
	VEÍCULOS ISENTOS	255	299	344	390
	VEÍCULOS COM MAIS DE 20 ANOS	6.386	6.905	7.323,0	7.845,0
PREVISÃO DA DESONERAÇÃO (Em R\$ Milhões)	VEÍCULOS IMUNES	65,0	70,0	75,0	79,0
	VEÍCULOS ISENTOS	173,0	198,0	222,0	243,0
	VEÍCULOS COM MAIS DE 20 ANOS	532,0	630,0	715,0	828,0
PREVISÃO DE PERDA DA ARRECADAÇÃO		770,0	898,0	1.012,0	1.151,0
PREVISÃO DE PERDA PERCENTUAL DA ARRECADAÇÃO		4,88%	5,56%	5,83%	6,17%
QUANTIDADE DA FROTA TOTAL (Em Mil)		24.476	25.195	25.693	26.471
ARRECADAÇÃO POTENCIAL		15.744	16.163	17.343	18.642

ANEXO I METAS FISCAIS

**(Artigo 4º, §2º, IV, "a", da Lei Complementar nº101/2000 e
Artigo 41 da Lei nº 13.578/2009)**

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

O sistema de previdência dos servidores públicos do Estado de São Paulo tem passado por significativas mudanças com o objetivo de adequar-se à legislação federal, cumprir as metas de governança administrativa promovidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, assim como alcançar, em longo prazo, um equilíbrio atuarial que não dependa exclusivamente da capacidade financeira do Estado.

Neste sentido, destaca-se a reforma legal impressa através da edição de atos normativos que buscaram transformar o RPPS - Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de São Paulo em referência nacional, especialmente com a criação da São Paulo Previdência - SPPREV, criada em 2007, pela Lei Complementar nº 1.010, consubstanciada para equacionar com maior eficiência a gestão previdenciária através da padronização de critérios e orientações para a concessão de benefícios de sua alçada e na arrecadação para custeio do regime.

Atualmente a autarquia, que possui regime especial, administra as aposentadorias dos servidores públicos da Administração Direta, se preparando para assumir as demais inatividades (Administração Indireta, Poder Judiciário, Legislativo, Universidades e Ministério Público) no decorrer de sua estruturação. Em relação às pensões por morte a SPPREV faz a gestão destes benefícios para os falecidos de todos os três Poderes constituídos, inclusive militares, que também estão sob a responsabilidade no pagamento das inatividades (reforma e reserva) processadas ao órgão da Polícia Militar.

Neste âmbito, a lei norteadora que permeia a instituição das concessões pelo RPPS e RPPM, Lei 9717/1998, vem sendo rigorosamente observada com a atuação da autarquia através da invalidação administrativa e judicial dos benefícios distintos daqueles previstos pelo RGPS, a exemplo das pensões creditadas a instituídos, universitários e filhas solteiras publicadas após 27/11/1998, data da vigência da referida lei, até a entrada em vigor das Leis Complementares 1012 e 1013/2007 que deixaram de prever a categoria destes beneficiários.

Dentro de suas competências a SPPREV é proibida de conceder empréstimos de qualquer natureza ou celebrar convênios/consórcios com outros Estados ou Municípios com o objetivo de pagamento de benefícios. Além disso é vedada aplicar recursos em títulos públicos, com exceção de títulos de Governo Federal, atuação nas demais áreas de seguridade social de qualquer outra área que não seja pertinente a sua finalidade.

No tocante às receitas de contribuições sociais, as Leis Complementares nº 1.010, nº 1.012, nº 1.013 não abordaram nenhuma mudança na forma do custeio desse recolhimento, porquanto visaram seguir os comandos legais assentados pela Constituição Federal. Assim, as contribuições dos servidores públicos e dos militares do Estado de São Paulo continuam com o patamar de 11%, que representam o valor mínimo estipulado pela Constituição Federal, enquanto que a alíquota patronal foi mantida em 22%, o dobro permitida pela legislação.

Neste contexto, cumpre comentar que a referida Lei Complementar nº 1.010 reforça o mandamento constitucional que garante a cobertura de qualquer insuficiência financeira pela falta de recursos no pagamento de aposentadorias e pensões pelo Estado, firmando o compromisso do governo do estadual na tutela dos benefícios previdenciários de sua responsabilidade.

Assim, o Estado, na missão de gerir seu RPPS e RPPM, assegura, com as balizas regulamentares principais: a Constituição da República e Paulista, somada às leis gerais previdenciárias (federal e estadual), o elevado nível de satisfação dos serviços afetos a essa área da seguridade, através da busca da qualidade do gasto e transparência a seus participantes, a exemplo da execução do censo previdenciário realizado em atendimento a Lei 10.887/2004.

Considerando que a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – SP-PREVCOM teve a sua criação autorizada em dezembro de 2011 e que já entrou em funcionamento, as atuais projeções atuariais contemplam os efeitos da adoção do regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo.

**ANEXO I
METAS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL 2016 A 2089

R\$ Mil

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2016	27.511.402	27.511.402	-	-
2017	29.311.041	29.311.041	-	-
2018	31.563.057	31.563.057	-	-
2019	34.334.274	34.334.274	-	-
2020	35.391.734	35.391.734	-	-
2021	36.452.394	36.452.394	-	-
2022	37.437.232	37.437.232	-	-
2023	38.498.924	38.498.924	-	-
2024	39.536.211	39.536.211	-	-
2025	40.978.794	40.978.794	-	-
2026	42.172.591	42.172.591	-	-
2027	43.309.623	43.309.623	-	-
2028	44.317.309	44.317.309	-	-
2029	45.344.557	45.344.557	-	-
2030	46.294.994	46.294.994	-	-
2031	47.124.410	47.124.410	-	-
2032	47.951.192	47.951.192	-	-
2033	48.736.304	48.736.304	-	-
2034	49.501.242	49.501.242	-	-
2035	50.458.149	50.458.149	-	-
2036	50.947.018	50.947.018	-	-
2037	51.475.431	51.475.431	-	-
2038	51.859.445	51.859.445	-	-
2039	52.244.192	52.244.192	-	-
2040	52.442.773	52.442.773	-	-
2041	52.681.450	52.681.450	-	-
2042	52.748.886	52.748.886	-	-
2043	52.826.822	52.826.822	-	-
2044	52.666.042	52.666.042	-	-
2045	52.789.010	52.789.010	-	-
2046	52.374.576	52.374.576	-	-
2047	51.992.427	51.992.427	-	-

**ANEXO I
METAS FISCAIS**

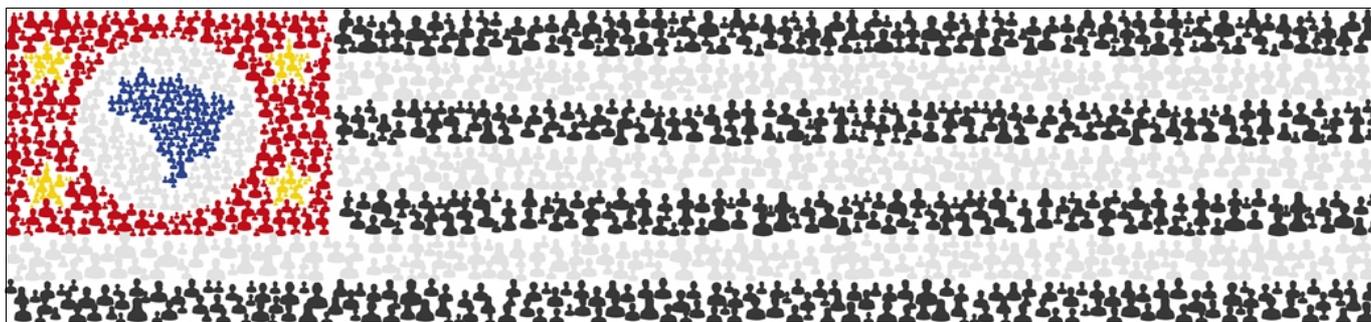
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL 2016 A 2089

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2048	51.448.860	51.448.860	-	-
2049	50.887.952	50.887.952	-	-
2050	50.059.768	50.059.768	-	-
2051	49.379.284	49.379.284	-	-
2052	48.347.187	48.347.187	-	-
2053	47.478.106	47.478.106	-	-
2054	46.411.105	46.411.105	-	-
2055	45.652.656	45.652.656	-	-
2056	44.398.640	44.398.640	-	-
2057	43.401.364	43.401.364	-	-
2058	42.111.056	42.111.056	-	-
2059	41.055.865	41.055.865	-	-
2060	39.852.432	39.852.432	-	-
2061	38.734.923	38.734.923	-	-
2062	37.443.724	37.443.724	-	-
2063	36.550.090	36.550.090	-	-
2064	35.304.878	35.304.878	-	-
2065	34.508.961	34.508.961	-	-
2066	33.441.062	33.441.062	-	-
2067	32.585.065	32.585.065	-	-
2068	31.469.268	31.469.268	-	-
2069	30.750.650	30.750.650	-	-
2070	29.805.648	29.805.648	-	-
2071	29.117.115	29.117.115	-	-
2072	28.358.760	28.358.760	-	-
2073	27.672.582	27.672.582	-	-
2074	26.852.583	26.852.583	-	-
2075	26.733.376	26.733.376	-	-
2076	26.008.343	26.008.343	-	-
2077	25.464.387	25.464.387	-	-
2078	24.973.662	24.973.662	-	-
2079	24.602.855	24.602.855	-	-
2080	24.146.351	24.146.351	-	-
2081	23.958.232	23.958.232	-	-
2082	23.544.785	23.544.785	-	-

**ANEXO I
METAS FISCAIS****DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL DOS SERVIDORES****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL 2016 A 2089**

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2083	23.316.343	23.316.343	-	-
2084	23.087.775	23.087.775	-	-
2085	23.071.958	23.071.958	-	-
2086	22.745.726	22.745.726	-	-
2087	22.800.432	22.800.432	-	-
2088	22.501.698	22.501.698	-	-
2089	22.231.214	22.231.214	-	-



ANEXO II

RISCOS FISCAIS

ANEXO II RISCOS FISCAIS

Conforme artigo 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04.05.2000.

I – INTRODUÇÃO

Este anexo tem como objetivo explicitar os principais riscos fiscais na execução do orçamento de 2017, em conformidade com o parágrafo 3º, artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Os riscos fiscais não se restringem somente aos passivos contingentes decorrentes de ações judiciais, eles englobam também riscos macroeconômicos acerca da realização da receita ou do incremento da despesa, bem como variações nos determinantes da dívida pública.

Os passivos decorrentes de ações judiciais englobam todas as demandas judiciais contra o Estado – Administração Direta e Indireta – em que não há decisão definitiva sobre a ação, seja quanto ao mérito ou ao valor devido, e que, portanto não constituíram precatórios ainda ou seus efeitos não foram incorporados na elaboração do orçamento de 2016. Esses passivos contingentes podem impactar a despesa orçada, mas também podem reduzir a receita orçamentária, nos casos em que se questiona a cobrança de impostos, com repercussões que extrapolam um caso específico.

Por último, há de se considerar os impactos de decisão do Supremo Tribunal Federal, em relação a duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (4357 e 4425) sobre o regime especial de pagamento de precatórios do artigo 97 do ADCT/CF, introduzido pela emenda constitucional 62 de 2009. Decisão do STF de 2015 definiu que o prazo para pagamento do estoque é de cinco anos a partir de 2016, e alterou o índice de correção monetária a ser aplicado. Estas mudanças resultam em aumento tanto do estoque da dívida como das parcelas a serem pagas mensalmente. É de se prever que além da majoração da dívida por força da alteração dos critérios de atualização, poderá ser mantida a possibilidade de sequestro pela mera falta de recursos alocados em orçamento para o pagamento de precatórios, além da hipótese tradicionalmente prevista, de sequestro por preterição na ordem de pagamentos. Entretanto, há de se observar que em razão de incerteza, iliquidez e/ou inexigibilidade, por força de decisões judiciais, se encontram suspensos 19 precatórios, no montante aproximado de R\$ 2,3 bilhões em valores de dezembro de 2015, que em caso de insucesso na demanda e/ou cessação da suspensão, podem vir a se tornar novamente exigíveis, representando um passivo contingente nessa matéria.

E ainda, em relação a precatórios, há de se observar que um passivo contingente adicional pode decorrer da discussão quanto aos índices de correção monetária aplicáveis para efeito de atualização da dívida, afetando tanto o estoque a pagar, quanto a parcela paga, mas ainda pendente de discussão, devido não só dos sucessivos planos econômicos e alterações legislativas implementados nas últimas décadas, mas também de discussões mais recentes, pelo que se constitui, como passivo contingente, o valor correspondente às atualizações de precatórios que possam vir a ser efetuadas com base em índices de correção monetária superiores àqueles aplicados pelo Estado. Observamos, contudo, que com o julgamento das Adis 4425 e 4357, a questão relativa à correção em precatórios restou superada.

As receitas constantes do projeto de lei orçamentária anual, a ser enviado à Assembleia no segundo semestre, constituem apenas uma previsão, em consonância com as normas de direito financeiro, uma vez que depende de projeções acerca do comportamento da inflação, atividade econômica, taxa de câmbio, entre outros fatores. Portanto, qualquer evento que ocasione um desvio entre os parâmetros adotados para essas variáveis na projeção de receitas e os valores efetivamente observados ao longo do exercício, gerando uma frustração de receita, constitui também um risco fiscal.

Variações no cenário macroeconômico, que gerem maior demanda pelos serviços prestados pelo Estado como saúde, educação, defensoria pública, e que impliquem em maiores despesas, são também um risco fiscal.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

No que tange a dívida pública, os riscos fiscais estão associados a variações em discordância com o previsto nos indexadores e taxas de juros incidentes sobre os contratos de dívida.

II - RISCOS MACROECONÔMICOS

Os principais riscos macroeconômicos são aqueles associados a variações nos determinantes da previsão dos principais itens da receita estadual. O principal item individual da receita estadual é a arrecadação do ICMS, que em 2015 respondeu por 83% das receitas tributárias totais.

A receita do ICMS é impactada pelo crescimento (ou contração) do PIB, pela variação dos preços da economia e pela carga tributária do ICMS. A inflação da economia, mensurada pelo IPCA guarda estreita relação com a inflação do ICMS, mas em momentos específicos pode distar consideravelmente desta em função da maior ou menor participação de produtos na cesta de cada deflator específico. Por exemplo, 9,1% da arrecadação do ICMS é composta pelo segmento de geração e distribuição de energia e 11,5% é composto pela produção e distribuição de combustíveis. É natural, portanto, que choques de preços de energia elétrica e derivados de petróleo impactem fortemente na inflação específica do ICMS, não só em função dos seus efeitos diretos imediatos sobre os preços que compõem a base do imposto, mas também em função dos efeitos indiretos e defasados sobre o preço de outros bens e serviços que compõem a base de arrecadação. A elevação de preços, todavia, terá como contrapartida efeitos sobre a demanda agregada da economia paulista, via contração do consumo, do investimento e mesmo dos gastos do governo. O que, se por um lado, reduz a taxa de variação dos preços, por outro aprofunda a queda no nível do produto. A contração do produto, por seu turno, contribuirá para a queda das receitas do imposto e certamente será motivo de precaução do gestor público. Portanto, o jogo de forças entre o aumento da inflação específica da base de arrecadação de um lado e a contração do produto por outro, serão os dois grandes direcionadores da dinâmica da arrecadação do ICMS.

No curto prazo, enquanto os hábitos de consumo e as expectativas dos agentes não sofrem alterações significativas, a inflação sobrepuja os efeitos da contração do produto. À medida, entretanto, que a renda das famílias, o nível de desemprego e as expectativas dos agentes se deterioram a contração da demanda agregada gera uma queda no produto capaz de intensificar as perdas reais de arrecadação.

A carga tributária do ICMS, entendida como a relação entre o valor arrecadado e a base do imposto, também pode sofrer contrações em função da sua recomposição, do aumento da inadimplência e de alterações tópicas na legislação tributária. Períodos de contração do ciclo são acompanhados pela queda na renda real das famílias, ocasionando uma alteração na sua cesta de consumo e direcionando uma maior parcela da sua renda disponível para produtos essenciais, gravados com alíquotas inferiores do ICMS. Períodos de contração cíclica são acompanhados de contração no crédito às empresas e as famílias, o que pode dar ensejo a estrangulamentos no fluxo de caixa das empresas ocasionando aumento de inadimplência e consequente queda na carga tributária.

A Receita do IPVA, que representou 10% da receita tributária total em 2015, está intimamente associada com a atividade econômica. São dois os canais pelos quais o nível de atividade influencia o recolhimento do tributo: o acréscimo de novos veículos à frota, e o nível de inadimplência. Na medida em que a perda de poder aquisitivo das famílias se aprofunda é natural que haja postergação na aquisição de um novo veículo ou da substituição do antigo. Também é certo que a crise econômica restringirá o orçamento das famílias, o que eventualmente poderá causar um aumento nas taxas de inadimplência do imposto.

Ambos os fatores contribuem decisivamente para uma projeção mais tímida da arrecadação do imposto em 2016, o que influencia todos os demais anos de projeções.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

As transferências correntes, por advirem em quase sua totalidade dos impostos e contribuições arrecadados pelo governo federal e que são partilhados com os Estados e municípios, estão sujeitas aos mesmos riscos fiscais elencados na LDO da União.

No que concerne às receitas de operações de crédito, internas ou externas, há o risco de não efetivação das operações nos prazos previstos devido a fatores diversos, entre eles o não atendimento de condições necessárias previstas na extensa legislação pertinente. As contratações subordinam-se às normas da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), às Resoluções do Senado Federal nos. 40 e 43, ambas de 9 de abril de 2002, e ao Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, conforme a Lei nº 9.496 de 11 de setembro de 1997.

A título de ilustração, a LRF atribui ao Ministério da Fazenda a verificação dos limites e condições para a contratação de operações de crédito dos entes da Federação. O inciso II do artigo 7º da Resolução do Senado Federal nº 43 estabelece que o comprometimento anual das amortizações, juros e demais encargos não poderá exceder 11,5% da receita corrente líquida. Há que se considerar também a necessidade de autorização para o aumento de limites de endividamento, sem comprometimento das metas fiscais, para contratações de financiamentos, no âmbito do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF, avaliado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional em missões técnicas.

Já no tocante à perspectiva futura da arrecadação, medidas aprovadas e em tramitação no Congresso Nacional podem acarretar perdas expressivas para o Estado de São Paulo. Com referência aos impactos de alterações legislativas sobre a arrecadação de tributos, merecem destaque a Lei Complementar 147/2014 e a Emenda Constitucional 87/2015, já em vigor.

A aprovação da Lei Complementar 147/2014 no Legislativo Federal restringe a um determinado rol de mercadorias e operações a aplicação do regime de substituição tributária (ST) quando estiverem envolvidos contribuintes optantes pelo Simples Nacional. Adicionalmente, formalizou-se no âmbito do Confaz, o Convênio ICMS 92/2015, que estende aos contribuintes enquadrados no regime periódico de apuração o mesmo tratamento a ser observado pelos contribuintes do Simples Nacional, buscando-se uniformizar a sistemática da substituição tributária. Estima-se que as perdas de arrecadação de ICMS devem ser da ordem de R\$340 milhões em 2016.

A Emenda Constitucional 87/2015 instituiu a repartição do imposto nas operações interestaduais destinadas a não contribuintes do ICMS. Antes recolhido integralmente ao Estado de origem, o imposto nessas operações passa a ser gradualmente submetido, a partir de 2016, à sistemática de repartição de receitas de ICMS aplicável às operações com contribuintes. Para São Paulo, que concentra muitos distribuidores de produtos, a perda estimada de receita em 2016 seria de 1,2% da arrecadação de ICMS do ano, equivalente a R\$1,36 bilhão, e chegaria a um máximo, em 2019, de 2,3% da arrecadação de ICMS.

Além destas, a alteração nos critérios de rateio dos royalties de petróleo, cuja vigência depende de avaliação do STF sobre sua constitucionalidade, diminui a perspectiva dessa receita para o Estado.

III - RISCOS DECORRENTES DA ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

A dívida pública do Estado de São Paulo é composta por dívidas contratuais com a União, operações de crédito com os agentes financeiros federais (Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES e Caixa Econômica Federal/CEF), e organismos internacionais de crédito. Até fevereiro de 2016 a dívida refinanciada com a União nos moldes da Lei Federal 9.496/97 representa 86,6% do estoque total. A dívida indexada a câmbio representa 9,9% do total e o restante corresponde a dívidas junto aos bancos federais.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

No que se refere à dívida, o risco mais relevante para o orçamento é o decorrente de eventuais variações do índice de atualização monetária, da variação de juros no mercado externo, além da variação da taxa de câmbio praticada no mercado interno.

O serviço da dívida renegociada com o governo federal (Lei 9.496/97) ainda é impactado única e exclusivamente pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), já que a taxa de juros está fixada em 6% ao ano. Uma eventual variação a maior do IGP-DI, entretanto, não se transfere para o orçamento de 2017, pois o Estado já compromete o limite máximo permitido, de 13% da sua Receita Líquida Real (RLR), com o serviço da dívida. O serviço não pago é capitalizado ao saldo devedor do contrato. Ainda sobre a dívida renegociada sob a égide da Lei 9.496/97, há que se observar que seus encargos financeiros foram alterados com a edição da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014. A taxa de juros de 6,0% ao ano será reduzida para 4,0% ao ano, e a atualização monetária será calculada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), limitados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). Em 29/12/2015 foi emitido o Decreto 8.616 (alterado pelo Decreto 8.665 de 10/02/2016) regulamentando a LC 148/2014. As mudanças previstas na Lei Complementar nº 148/2014 somente serão implementadas após assinatura de novo Termo Aditivo ao Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas. Em relação à dívida indexada ao câmbio, o orçamento está sujeito a riscos advindos da variação do custo de captação dos empréstimos praticados pelos agentes financiadores, acrescidos da variação da taxa de juros (LIBOR), que é a referência na formação da taxa de juros incidentes sobre estes empréstimos. Para 2016, estima-se que uma variação de 10% na taxa de câmbio em relação ao projetado elevaria o serviço da dívida indexada a câmbio em aproximadamente R\$ 191,3 milhões.

IV - RISCOS FISCAIS DECORRENTES DE PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS (PPP)

Atualmente, o Programa Estadual de PPP do Estado de São Paulo é composto por 11 (onze) contratos assinados. O quadro na sequência mostra resumidamente o panorama da carteira de PPP, apresentando os projetos (i) por setor de atividade, (ii) por ordem de data de assinatura do contrato e (iii) por estágio de execução dos investimentos:

Projeto	Setor de Atividade	Data da Contratação	Estágio de Execução
Linha 4 Amarela	Mobilidade Urbana	29/11/2006	Em Operação (*)
Linha de Trens 8 Diamante		19/03/2010	Em Operação (*)
Linha 6 Laranja		18/12/2013	Em Implantação (**)
Linha de Monotrilho 18 Bronze		22/08/2014	Em Implantação (**)
SIM da RMBS sistema VLT		23/06/2015	Operação Parcial (***)
Sistema Alto Tietê	Saneamento e Recursos	18/06/2008	Em Operação (*)
Sistema Produtor São Lourenço	Hídricos	21/08/2013	Em Implantação (**)
IFAB/FURP	Saúde	22/08/2013	Em Operação (*)
Complexos Hospitalares		01/09/2014 e 02/09/2014	Em Implantação (**)
Tamoios e Contornos	Logística e Transportes	19/12/2014	Operação Parcial (***)
Habitações Centro São Paulo	Habitação	23/03/2015	Em Implantação (**)

(*) Serviços já são prestados pelo parceiro privado.

(**) Fase de implantação dos investimentos intensivos para disponibilização da infraestrutura que será operada.

(***) Prestação parcial dos serviços e, concomitantemente, execução de obras em trechos importantes.

Por apresentarem complexidades na lógica contratual de tais parcerias, a UPPP, juntamente com as secretarias setoriais, e representantes da SEFAZ e da PGE (em especial) realizam atividades de acompanhamento e de monitoramento dos projetos com fins de obtenção do perfeito desenvolvimento das condições contratuais, visando à antecipação de medidas mitigatórias que evitem ou diminuam os riscos fiscais ao Estado.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

O Governo do Estado de São Paulo tem observado a obrigatoriedade de prever em suas peças orçamentárias os pagamentos de Contraprestação Pecuniária derivados das contratações de PPP, celebradas pela administração pública direta e indireta, tendo em vista seu caráter de despesas continuadas, o que reduz consideravelmente os riscos fiscais desses projetos com respeito à inadimplência do Poder Concedente. Excluídas dessa obrigatoriedade as empresas estatais não dependentes, cujo fluxo de desembolsos com contraprestações encontra-se em conformidade com a capacidade de pagamento da estatal, e devidamente apontado nos demonstrativos contábeis e fiscais dessas entidades.

Não obstante as atividades de contenção e de cuidados que são realizados pelo GESP, são elencados, a seguir, possíveis pontos de maior sensibilidade relativos às PPPs contratadas e que, eventualmente – se materializados – poderão acarretar (caso reputados como devidos) pagamentos extraordinários para a Administração Pública.

Potenciais Riscos Fiscais decorrentes das Parcerias Público-Privadas (PPP) contratadas

- **Setor de Mobilidade Urbana**

Cabe ressaltar que para os contratos de Concessão Patrocinada, cujos projetos de PPP estão qualificados no setor de mobilidade urbana, foi adotado mecanismo de compartilhamento do risco de demanda, por meio do estabelecimento de bandas de compensação, como forma de mitigação de possíveis impactos fiscais atinentes a esse risco.

Também houve o compartilhamento dos riscos de interferência entre concessionária e Poder Concedente. A Concessionária assume o risco residual e eventual de superveniências de interferências não previstas no cadastro das redes de utilidades, até um limite cumulativo especificado no contrato, independente da quantidade e da magnitude das ocorrências. O valor que exceder esse limite será pago mediante aporte de recursos pelo Poder Concedente.

PPP Linha 4 Amarela do Metrô:

O contrato de PPP da **Linha 4 - Amarela** foi firmado em 29/11/2006, e trata-se de uma Concessão Patrocinada entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) e a concessionária Via Quatro S/A. Este prevê o fornecimento de 29 trens em duas fases e a operação e manutenção por 32 anos da Linha, interligando a Estação da Luz em São Paulo ao município de Taboão da Serra.

Destacam-se algumas hipóteses, previstas contratualmente, que poderão representar impactos na matriz econômico-financeira do projeto e, eventual, obrigação e penalização de desembolsos extraordinários ao GESP. Tais impactos se relacionam, principalmente, (i) às obras de disponibilização da infraestrutura da Fase II a cargo do Poder Concedente; (ii) ao risco de demanda; e (iii) ao risco cambial.

Na execução da Fase I constatou-se atraso na entrega das obras de infraestrutura, justificado pelo GESP em função do acidente na construção da Estação Pinheiros ocorrido no ano de 2007. Neste caso, o reequilíbrio foi reputado como devido, por meio do Protocolado CMCP nº 007/2010, restando pendente, porém, a definição quanto ao valor efetivamente devido e a forma que será empregada para recomposição do equilíbrio contratual, que é prerrogativa da Administração e levará em conta as disponibilidades orçamentárias, a conveniência e a oportunidade de cada condição aventada.

Em julho/2015, o Estado rescindiu, unilateralmente, o contrato firmado com o consórcio Isolux-Corsán-Corvian para a realização da infraestrutura da Fase II, por incapacidade financeira do contratado em continuar conduzindo as obras que estavam atrasadas. Já está em andamento a nova licitação das obras dessa fase, cujo Edital foi aprovado pelo BIRD, e a expectativa é de que a assinatura do contrato ocorra em julho-agosto/2016.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

Observa-se que o novo cronograma de execução da infraestrutura da Fase II definirá eventual risco financeiro no contrato da PPP da Linha 4, o qual, caso ocorra, produzirá impacto fiscal apenas em 2018.

Quanto ao risco de demanda, o contrato prevê, conforme dito anteriormente, seu compartilhamento por meio de sistema de bandas de compensação. No entanto, cabe esclarecer que, por força do previsto no Aditivo nº 5 ao Contrato de Concessão Patrocinada da Linha 4, firmado em 26/03/2014, o mecanismo de mitigação do risco de demanda encontra-se suspenso, condição que prevalecerá até a entrada em operação comercial da última estação da Fase II. Deste modo, não há previsão de impactos fiscais advindos desse sistema.

Por fim, o risco cambial é compartilhado de acordo com a regra contratual pertinente, ocorrendo sua mitigação, exclusivamente, em relação aos impactos relevantes decorrentes de variação na taxa de câmbio do Real em face do Dólar norte-americano, e que venham a comprometer o serviço da dívida do parceiro privado em moeda estrangeira. A compensação pelo Poder Concedente corresponde a 50% do Impacto Cambial, calculada na forma definida no contrato com base em um dólar de referência. Entretanto, a conjuntura econômica atual tem sinalizado um horizonte de câmbio mais desvalorizado, o que pode se traduzir em impacto orçamentário por conta deste mecanismo.

PPP da Linha 8 Diamante da CPTM

O contrato de Modernização dos trens da **Linha 8 Diamante** da CPTM foi firmado em 19/03/2010, entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM), e a concessionária CTrens, ficando estabelecido o prazo de 20 anos para a Concessão Administrativa. O objeto do contrato compreende o fornecimento de 36 novos trens de 8 carros, incluídos os serviços de manutenção.

O contrato da Linha 8 Diamante prevê a obrigação de o Poder Concedente arcar com os pagamentos da Contraprestação Pecuniária, estimada em cerca de R\$ 276 milhões ao ano até 2030. E como forma de assegurar o cumprimento dessa obrigação contratual, foram constituídas garantias compostas por direitos creditórios da CPTM junto ao Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE) e por ativos de titularidade da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), até o limite conjunto de cobertura de 65% do valor estimado para a contraprestação pecuniária mensal a ser paga ao parceiro privado.

Cabe observar que a CPTM é uma empresa dependente do Tesouro do Estado, assim há necessariamente a previsão orçamentária para o fluxo estimado das contraprestações.

PPP da Linha 6 Laranja do Metrô

Em 18/12/2013 foi assinado o contrato de Concessão Patrocinada entre o Estado de São Paulo por meio da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM e a Concessionária Move São Paulo S/A para a prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da **Linha 6 – Laranja de Metrô de São Paulo**, contemplando a construção, o fornecimento de material rodante e de sistema, a operação e a manutenção do empreendimento pelo prazo de 25 anos.

A PPP da Linha 6 do Metrô contempla investimentos no total de quase R\$ 10 bilhões e, diferentemente da PPP da Linha 4 Amarela, estão a cargo da SPE a construção da infraestrutura, as aquisições do material rodante e dos sistemas, a manutenção de toda a instalação e o serviço de transporte de passageiros. E para viabilizar a implantação do projeto, o Governo do Estado de São Paulo optou em fazer aportes de recursos públicos, nos termos da Lei nº 11.079/2004 (alterada pela Lei nº 12.766/2012), num montante de cerca de R\$ 5,14 bilhões.

Para realizar os pagamentos devidos a título de “aportes”, o GESP negociou um financiamento junto ao BNDES, com liberação programada em três subcréditos, sendo que o primeiro já foi contratado no valor de R\$ 1,7 bilhão, e deve atender os aportes previstos em 2016 e início de 2017. Contudo, as liberações do financiamento não observam a mesma regra de reajuste

ANEXO II RISCOS FISCAIS

estabelecida no contrato da PPP para os marcos de aporte dos recursos públicos. Tal condição está sendo monitorada para que no decorrer da execução do cronograma das obras da Linha 6 não venha a representar impacto orçamentário ao Estado. Já estão formalmente em curso também negociações com o BNDES que redirecionam recursos de outros financiamento já contratados pelo Estado para o projeto, de forma a garantir a continuidade dos aportes nos próximos dois anos.

A respeito das desapropriações da Linha 6, o contrato estabelece que as indenizações sejam assumidas pelo GESP, que já depositou os valores devidos, até o momento, das ações ajuizadas. Para o pagamento do restante dos valores envolvidos nos processos, o Governo do Estado obteve financiamento junto a CEF (Caixa Econômica Federal), demonstrando que tal questão encontra-se equacionada.

PPP da Linha 18 Bronze (Monotrilho) do Metrô

Em 22/08/2014, foi firmado o contrato de Concessão Patrocinada entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos – STM, e a Concessionária do Monotrilho da Linha 18 – Bronze S/A para a prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da **Linha 18 – Bronze**, pelo prazo de 25 anos, contemplando a construção, o fornecimento de material rodante e de sistemas, a operação, a conservação e a manutenção da linha.

Nos termos da Lei 11.079/2004, o plano de negócio da concessão da Linha 18 contempla aporte de recursos públicos, no valor máximo de R\$1.928.372.000,00 (um bilhão, novecentos e vinte oito milhões, trezentos e setenta e dois mil reais), envolvendo construção de infraestrutura e aquisição de bens reversíveis, composto da seguinte forma: R\$ 1.276.000.000,00 (um bilhão, duzentos e setenta e seis milhões de reais) através de financiamento do BNDES; R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) através de repasse do Orçamento Geral da União e, por fim, R\$ 252.372.000,00 (duzentos e cinquenta e dois milhões, trezentos e setenta e dois mil reais) oriundos do Tesouro do Estado. O financiamento do BNDES já integra o limite atual de endividamento do Estado e já está enquadrado na instituição. As condições para que o GESP obtenha o repasse da União foram extensamente discutidas com o Ministério das Cidades e plenamente refletidas no edital da concessão.

Além do aporte, o projeto prevê R\$ 406.000.000,00 (quatrocentos e seis milhões de reais) para desapropriação, cujos recursos advirão de organismos internacionais. A autorização para a contratação internacional foi obtida através da Lei 15.696/2015 e os procedimentos internos com vistas a obter a autorização do governo federal já foram tomados. Eventuais descolamentos entre os valores previstos e os pagos na finalização dos processos de desapropriações, poderão resultar em riscos fiscais advindos da ocorrência de problemas para contratação de créditos adicionais.

A Concessionária e o Poder Concedente negociam a prorrogação da data de início de vigência do contrato da PPP Linha 18 para agosto/2016, em face da tramitação na obtenção dos recursos para aporte e desapropriação. No caso do financiamento junto ao BNDES, a operação de crédito encontra-se em análise no Departamento de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano do banco e a formalização da contratação está condicionada à aprovação do STN e à obtenção dos créditos internacionais necessários à realização das desapropriações.

PPP do SIM da RMBS

Foi firmado em 23/06/2015 o contrato de concessão patrocinada de PPP do **Sistema Integrado Metropolitano da Região Metropolitana da Baixada Santista (SIM da RMBS)**, entre o Governo do Estado de São Paulo por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos – STM, e a SPE BR Mobilidade Baixada Santista S/A, que compreende a prestação dos serviços públicos de transporte urbano coletivo intermunicipal, por Ônibus, VLT e demais veículos de baixa e média capacidade, contemplando o fornecimento de Sistemas e dos veículos, operação, conservação e manutenção, Modalidade Regular,

ANEXO II RISCOS FISCAIS

abrangendo os municípios de Bertiooga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, São Vicente e Santos, pelo período de 25 anos.

O Poder Concedente é responsável pelas obras civis, sistemas e material rodante do sistema de VLT da Fase I, trecho de Nébias a Valongo, contratadas em regime de empreitada (Lei 8.666/1993). Atualmente, nove estações já estão em operação comercial pelo parceiro privado, com previsão de conclusão de toda a infraestrutura em setembro/2016, não representando risco fiscal ao Estado.

Para a Fase II, trecho Barreiros a Samaritá, a infraestrutura do sistema VLT (via e estações) e os sistemas fixos estão a cargo do Poder Público, e a aquisição dos trens (VLT) dessa etapa, dos ônibus metropolitanos, e demais investimentos, bem como a operação e a manutenção do sistema, estão sob a responsabilidade da concessionária, projetando sua conclusão para 2020.

De modo a neutralizar efeito ao operador do SIM em decorrência da Lei nº 15.187/2013, que concedeu transporte gratuito para pessoas acima de 60 anos, o projeto propõe um componente de remuneração para compensar eventuais incrementos na participação das gratuidades legais frente à demanda atual. Estima-se que o impacto decorrente da lei no sistema não será superior a R\$ 14,8 milhões ao ano.

- **Saneamento e Recursos Hídricos**

Os contratos de PPP enquadrados no setor de saneamento e recursos hídricos (PPP Alto Tietê e PPP São Lourenço) são concessões administrativas, cuja contratante foi a Sabesp, empresa estatal não dependente, que além de não utilizar recursos do Tesouro do Estado e garantias da CPP, dispõe de mecanismos rigorosos de governança corporativa, os quais incluem procedimentos específicos de avaliação da sua capacidade de financiamento, de investimento e de pagamento das contraprestações, minimizando os riscos fiscais concernentes a esse modelo de contratação.

- **Saúde**

PPP IFAB - FURP

Em 22/08/2013, foi firmado o contrato de Concessão Administrativa entre a FURP e a CPM-Concessionária Paulista de Medicamentos S.A. para serviços de gestão, operação e manutenção da **IFAB – Indústria Farmacêutica de Américo Brasiliense**, com fornecimento de bens, e precedida da realização das adequações necessárias à infraestrutura existente. O prazo do contrato é de 15 anos.

No caso da PPP da IFAB-FURP, a contraprestação pecuniária do Estado está dividida em duas parcelas (A e B). A parcela A remunera os investimentos e os registros de medicamentos obtidos, sendo que para cada registro obtido deve-se pagar um valor mensal de R\$ 25 mil até o final do contrato. A parcela B é calculada a partir da Lista Básica de Medicamentos, cujo valor decorre do desconto de 49,99% aplicado sobre a tabela da PMVG (Preço Máximo de Venda ao Governo) divulgado pela CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos).

A Lista Básica de Medicamentos é constituída por 96 medicamentos, com revisão anual do seu plano de produção, podendo sofrer alteração em sua composição em até 10% para cima ou para baixo do valor original. Além disso, há possibilidade da lista adicional, que pode ser constituída por medicamentos que não constam da lista básica, podendo o valor ser negociado com a concessionária. Vale ressaltar que esta deverá ser produzida utilizando a capacidade ociosa da fábrica.

É importante observar que contratualmente há três envolvidos no sistema de pagamento da contraprestação. A CPM faz a gestão da fábrica e produz o medicamento, a FURP os recebe e os vende à Secretaria de Saúde, que se compromete, por meio do convênio celebrado entre a SES e a FURP, a adquirir os medicamentos fabricados pelo valor acordado. Sendo que

ANEXO II RISCOS FISCAIS

esse valor da venda do medicamento (que corresponde ao total da contraprestação – soma das parcelas A e B) remunera a concessionária.

Ocorre que, da lista original de medicamentos, parte dos itens não integra mais a demanda da Secretaria da Saúde. Além disso, houve queda no preço dos remédios desde a assinatura do contrato de PPP, e ao comparar os preços da ata de preço da BEC (Bolsa Eletrônica de Compra/SP) com os da Lista Básica de Medicamentos, os valores na média estão menores na BEC.

Tal como evidenciado acima, a contraprestação reflete não somente o valor dos medicamentos adquiridos, mas também a remuneração dos investimentos realizados na IFAB, registros junto a ANVISA e demais serviços operacionais prestados pela concessionária, e, portanto, potenciais riscos fiscais adviriam de eventuais diferenças no saldo do repasse da contraprestação que impactariam no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

PPP Complexos Hospitalares

Em 01/09/2014 e 02/09/2014, foram assinados os contratos (lote I e lote II) de Concessão Administrativa dos **Complexos Hospitalares entre o Estado de São Paulo** por meio da Secretaria de Estado da Saúde e a Concessionária Inova Saúde Sorocaba SPE S.A e Inova Saúde São Paulo SPE S.A para construção, aquisição de equipamentos e de mobiliário, e manutenção de todas as instalações, compreendendo a prestação de serviços denominada “Bata Cinza”. O prazo de vigência do contrato é de 20 anos.

A PPP dos Complexos Hospitalares contará com aportes de recursos públicos no valor máximo de R\$ 476 milhões para os dois lotes, sendo R\$ 162 milhões para o Hospital de Sorocaba, R\$ 184 milhões para o Complexo Hospitalar HCRSM e R\$ 130 milhões para o Complexo de São José dos Campos. O GESP já enquadrou e negociou um financiamento com o BNDES para os aportes, aguardando autorização da STN para formalização, e os valores já integram o limite atual de endividamento. Haverá pressão fiscal caso o financiamento não venha a ser contratado. De qualquer forma, as obras já foram iniciadas e as primeiras parcelas devidas a título de aporte foram arcadas com recursos do Tesouro Estadual.

Conforme prevê o contrato, o GESP deve entregar os terrenos livres e desembaraçados para instalação dos complexos. Parte das áreas em que será implantado o HCRSM (Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher), no centro de São Paulo, ainda está em processo de desapropriação. A prorrogação do prazo para conclusão dos trâmites de disponibilização dos terrenos, poderá eventualmente representar risco de impacto fiscal.

- **Logística e Transportes**

PPP Rodovia dos Tamoios e Contornos

Em 19/12/2014 foi firmado, pelo prazo de 30 anos, o contrato de Concessão Patrocinada da **Rodovia dos Tamoios e Contornos** entre o Estado de São Paulo por meio da Secretaria Estadual de Logística e Transportes de São Paulo – SLT, e a Concessionária Rodovia dos Tamoios S/A, contemplando exploração, manutenção, conservação dos Sistemas Existentes da Rodovia dos Tamoios, que compreende os trechos de Planalto e Contornos de Caraguatatuba e São Sebastião (SP-099 e SP-055), em duplicação pelo Poder Concedente, bem como o trecho da Serra, cujas obras ficarão a cargo da Concessionária, entre quilômetro 60+480 km ao 82/000 km.

Para viabilizar o projeto da PPP Rodovia dos Tamoios, o Governo do Estado de São Paulo optou por realizar aporte de recursos públicos, no montante de R\$ 2.185.333.702,04 (dois bilhões, cento e oitenta e cinco milhões, trezentos e trinta e três mil, setecentos e dois reais e quatro centavos), assegurado pelo Poder Concedente por meio de financiamento e, em caráter

ANEXO II RISCOS FISCAIS

complementar, por recursos orçamentários. Enquanto não firmado o correspondente contrato de financiamento, o GESP compromete-se a efetuar o aporte com meios orçamentários. E caso haja inadimplência dos pagamentos devidos, será aplicado o mecanismo de garantias do aporte, constituído de outorga de garantias reais através do penhor dos direitos creditórios pertencentes ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP, de contratos de concessão rodoviária e, de forma complementar, penhor sobre cotas de fundo de investimento de titularidade da Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP.

O principal risco técnico do projeto reside nas condições geológicas do Trecho da Serra, que ficou compartilhado entre o parceiro privado e o Poder Concedente, mas cuja materialização, se ocorrer, poderá ter impactos financeiros a partir de 2018.

Também se apresenta como possível risco, a ocorrência de atrasos na execução das obras dos Contornos, sob a responsabilidade do Poder Concedente. Essa situação está sendo monitorada como “ponto de atenção”, com vistas a mitigar eventuais impactos, caso haja sua materialização.

- **Habitação**

PPP Habitacional no Centro da Capital – Lote 01

Em 23/03/2015, foi assinado o contrato de Concessão Administrativa da **PPP Habitacional no Centro da Capital** entre o Estado de São Paulo por meio da Secretaria de Estado da Habitação e a Concessionária Canopus Holding S/A, para a implantação de 3.683 unidades habitacionais, sendo 2.220 Habitações de Interesse Social – HIS e 1.423 Habitações de Mercado Popular, pelo prazo de 20 anos, contemplando a prestação dos serviços de apoio à Gestão Condominial e serviços de Gestão da Carteira de Mutuários e de desenvolvimento do trabalho técnico social de pré-ocupação e pós-ocupação, nos condomínios de HIS.

Com respeito à PPP Habitacional, na implantação do projeto podem ocorrer eventuais riscos fiscais por situações de demora na disponibilização dos terrenos por parte do Poder Público para construção das HIS, visto que o contrato estabelece a obrigação do Poder Concedente de disponibilizar 70% das áreas necessárias à implantação das unidades HIS nos 12 primeiros meses e os 30% restantes em até 24 meses, contados a partir da vigência da concessão.

Cabe ressaltar que o Estado já está adotando as providências necessárias à mitigação da disponibilização dos terrenos dentro do prazo estipulado na contratação da PPP. Em março/2016, o Governador assinou o decreto de autorização de transferência do imóvel, que estava destinado ao Teatro de Dança, da Secretaria da Cultura para a Secretaria da Habitação, com isso a concessionária ficou autorizada a detalhar o projeto enquanto aguarda as autorizações do Condephaat e da Prefeitura de São Paulo para iniciar as obras. No mesmo período, também foi encaminhado a Assembleia Legislativa o processo do Projeto de Lei que autoriza a Fazenda do Estado a alienar os imóveis da quadra 49 e parte da quadra 50 à Canopus.

V – PASSIVOS CONTINGENTES

O Estado de São Paulo, bem antes do advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, muito já havia avançado na direção de um regime fiscal responsável. As mudanças institucionais visando ao equilíbrio fiscal de longo prazo vêm desde meados de 1995, com o início da gestão Mário Covas, cujas metas têm sido cumpridas com reconhecido sucesso.

O projeto de estabilização fiscal tem-se desenvolvido por meio da execução de diversos programas. Cabe destacar o Programa Estadual de Desestatizações; a informatização dos serviços públicos; a implantação do ‘Governo Eletrônico’; o gerenciamento centralizado dos contratos de prestação de serviço e a alienação de imóveis, com a otimização dos espaços em próprios estaduais e a redução das locações.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

De outra banda, têm-se adotado medidas para aumentar a arrecadação, coibindo a sonegação fiscal e incrementando a cobrança da dívida ativa.

Com os avanços alcançados na institucionalização do ajuste fiscal, pode-se afirmar que o Estado de São Paulo logrou sedimentar o seu equilíbrio fiscal. Permanecem, no entanto, riscos a serem considerados.

Parte desses riscos é representada por passivos contingentes derivados de uma série de ações judiciais que podem determinar o aumento do estoque da dívida pública. Esse aumento, caso venha a ocorrer, terá que ser compensado pelo incremento do esforço fiscal (aumento da receita/redução das despesas), de modo a impedir o desequilíbrio nas contas.

A explicitação desses passivos contingentes neste anexo representa mais um passo importante para a transparência fiscal. Entretanto, importa ressaltar que as ações judiciais aqui citadas representam apenas ônus potenciais, pois se encontram ainda em julgamento, não estando de forma alguma definido o seu reconhecimento pela Fazenda Estadual, haja vista que os passivos decorrentes de ações judiciais com sentenças definitivas foram tratados como precatórios, não configurando, em princípio, passivos contingentes.

Entretanto, há de se observar que em razão de incerteza, iliquidez e/ou inexigibilidade, por força de decisões judiciais se encontram suspensos 19 precatórios, no montante aproximado de R\$ 2,3 bilhões, em valores de dezembro de 2015, que em caso de insucesso na demanda e/ou cessação da suspensão, podem vir a se tornar novamente exigíveis, representando um passivo contingente nessa matéria.

E ainda, em relação ao tema precatórios, há de se observar que um passivo contingente adicional pode decorrer da discussão quanto aos índices de correção monetária aplicáveis para efeito de atualização da dívida, afetando tanto o estoque a pagar, quanto a parcela paga, mas ainda pendente de discussão, devido não só aos sucessivos planos econômicos e alterações legislativas implementados nas últimas décadas, mas também de discussões mais recentes, pelo que se constitui, como passivo contingente, o valor correspondente às atualizações de precatórios que possam vir a ser efetuadas com base em índices de correção monetária superiores àqueles aplicados pelo Estado. Observamos, contudo, que com o julgamento das Adis 4425 e 4357, a questão relativa à correção em precatórios restou superada.

Dos passivos contingentes decorrentes de litígios judiciais acompanhados pela área do CONTENCIOSO GERAL, são destacados dois grandes grupos.

No **primeiro grupo** estão os passivos decorrentes de possíveis condenações judiciais capazes de produzir impactos financeiros imediatos, por envolverem o cumprimento de obrigações de fazer. As demandas inseridas nesse grupo podem, eventualmente, implicar também condenações em dinheiro, para cumprimento por meio de precatórios ou OPV's. Já no **segundo grupo** encontram-se apenas passivos decorrentes de possíveis condenações judiciais em dinheiro (obrigações de pagar), a serem cumpridas mediante o pagamento de precatórios (ou OPV's), nos termos da disciplina constitucional aplicável.

A distinção acima se justifica para melhor apreensão do risco orçamentário envolvido em cada qual. De fato, se no primeiro grupo as decisões judiciais contrárias à Fazenda do Estado de São Paulo podem implicar ônus financeiros imediatos, o mesmo não ocorre nas demandas inseridas no segundo grupo, cujas condenações ficarão sujeitas ao regime constitucional dos precatórios, concluindo-se que tais demandas apresentam risco orçamentário reduzido para o exercício de 2017.

Neste relatório não serão informadas, salvo peculiaridade que justifique o registro, ações já definitivamente julgadas, com precatórios expedidos, uma vez que se tratam de passivos certos.

Também não serão consideradas, salvo peculiaridade que justifique o registro, as ações de desapropriação direta, tendo em vista a atual prática da Administração Pública de efetuar avaliações prévias, com o subsequente depósito judicial do valor apurado. Considerando esse procedimento, ressalvadas as divergências entre os valores ofertados pela Administração e os definitivamente estipulados em sentenças, essas demandas causam pouco impacto orçamentário.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

Ademais, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000, art. 16, § 4ª, II), constituem condição prévia da desapropriação a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa de que há adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Portanto, o impacto financeiro nessas ações é previsto antecipadamente pela Administração Pública.

GRUPO I – IMPACTO FINANCEIRO IMEDIATO

1. Contrato Financiamento VASP x Tesouro Nacional – Fiador: Estado de São Paulo

Há valores decorrentes do contrato de financiamento da dívida da Viação Aérea São Paulo S.A. – VASP, firmado com o Tesouro Nacional, no qual o Estado de São Paulo figura como fiador. A VASP não vem pagando sua dívida perante a União e, em razão disso, o Estado de São Paulo sofreu sucessivas retenções de parcelas do Fundo de Participação dos Estados. (privatização da VASP – década 1990 – o Estado assumiu a dívida perante a União – consórcio teria que apresentar contra-garantia).

Salvo pelo andamento processual da ACO nº 776, cuja tentativa de conciliação perante a CCAF restou infrutífera, o panorama traçado no relatório do ano passado não restou alterado. A situação mais significativa de risco fiscal continua sendo a ACO 776 (e respectiva cautelar 704), nas quais o Estado conseguiu liminar para impedir a União de reter parcelas do FPE, IPI-exportação, créditos de ICMS da Lei Kandir para fins de satisfação da fiança prestada pela Fazenda em favor da VASP, no contrato firmado entre esta e o Tesouro Nacional. Portanto, há que se considerar como passivos contingentes os futuros e eventuais impactos na receita do Estado, caso este volte a ser obrigado a honrar as parcelas do contrato de financiamento da dívida da VASP, com a retenção de verbas transferidas da União para o Estado. (estimativa de alcançar a cifra de R\$ 590.000.000,00).

2. Demanda proposta pela VASP

Cabe ressaltar, ainda, a existência de demanda proposta pela VASP objetivando a apuração de superveniências passivas e a compensação dos respectivos valores com as dívidas que possui junto ao Estado. O Estado foi condenado a pagar cerca de 250 milhões de reais à VASP. Esta última decisão foi desafiada por meio de Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (Resp 1074256). O Ministro Relator do Recurso Especial despachou monocraticamente, negando provimento ao referido recurso, por considerar mero reexame do conjunto fático probatório e revisão de cláusula contratual. A Fazenda do Estado interpôs agravo regimental contra esta decisão, ao qual foi negado provimento. Seguiu-se a interposição de recurso extraordinário pela FESP, que não foi admitido, motivando a interposição de agravo de despacho denegatório do recurso extraordinário n. 779834. Em 29/12/2009 o Supremo Tribunal Federal determinou a devolução dos autos ao Superior Tribunal de Justiça para sobrestamento do feito tendo em vista a existência de processos representativos da controvérsia, por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça devolveu o processo ao Supremo Tribunal Federal para que o mesmo indicasse quais seriam os recursos representativos da controvérsia, sendo tal providência negada com base no artigo 328-A, parágrafo único, do Regulamento Interno do Supremo Tribunal Federal, com baixa definitiva no referido Tribunal em 09/07/2010.

3. SERVIDORES PÚBLICOS

ANEXO II RISCOS FISCAIS

3.1. Diferenças de vencimentos e de complementação de aposentadorias

3.1.1. - STF

- RE-RG 565089 – **Revisão geral anual** de vencimentos. Certamente trata-se do caso com o maior valor de risco fiscal para o Estado (e também para a União Federal, demais Estados e Municípios). Dados dão conta de que no pior cenário, o risco pode ultrapassar 500 bilhões de reais, dependendo do cálculo que seja feito e caso haja efeitos retroativos desta revisão. O julgamento está em curso. Votaram até o momento os seguintes Ministros: contra a tese recursal do Estado de SP: Marco Aurélio (Relator), Cármen Lúcia e Luiz Fux; a favor da nossa tese recursal: Luiz Barroso, Teori Zavascki, Rosa Weber e Gilmar Mendes. O Min. Dias Toffoli pediu vista. Aguardam os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski.

- ACO 1505 - Ação proposta pela União pretendendo que o Estado de São Paulo responda financeiramente pela complementação das aposentadorias e pensões devidas aos ex-ferroviários da FEPASA, inclusive as decorrentes de decisões judiciais – pretéritas e futuras – que imputam tais obrigações à União. Na conta da dívida União/ESP este pode ser um risco fiscal importante, sendo certo, porém, que temos ações em que o ESP é credor da União que podem mitigar esse risco.

3.1.2. - TST

- Ações pleiteando a complementação de aposentadoria e de pensão de empregados da extinta **FEPASA**

A – “Classes” - Desde o julgamento do Processo E-RR-132000-64.2008.5.15.0058, pela SDI-1 do TST, em 12/12/2013, o TST vem reiteradamente, decidindo que a revisão da complementação de aposentaria, a fim de que, a partir do piso salarial de 2,5 salários mínimos, previsto no acordo coletivo de 1995/1996, toda a cadeia salarial constante no Plano de Cargos da FEPASA, seja majorada, mantendo-se a mesma diferença percentual entre as diversas classes, afronta o artigo 7º, IV, da CF, e contraria a Súmula Vinculante 4. Com esse fundamento, o TST julga improcedente a reclamação trabalhista. Precedentes: 1) Processo: E-RR - 212800-18.2009.5.15.0067. Data de Julgamento: 16/10/2014, Relator Ministro Lelio Bentes Corrêa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 24/10/2014; 2) Processo: E-RR - 84-38.2012.5.15.0066 Data de Julgamento: 02/10/2014, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 10/10/2014. O pagamento de diferenças relativas à chamada questão das “classes” poderia implicar desembolsos superiores a 10 bilhões de reais, cujo risco foi significativamente reduzido em razão desses julgamentos.

B – “Equiparação com os empregados da CPTM” - Diversas ações de ex-empregados da extinta FEPASA que postulam que a complementação de aposentadoria guarde paridade com os empregados da CPTM, alegando direito adquirido. O TST tem diversos precedentes, inclusive da SDI-1, no sentido de que os então empregados da Estrada de Ferro de Sorocabana, Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, dentre outras, não possuem direito à paridade com os empregados da CPTM, visto que foram sucedidas pela RFFSA. Precedentes: Processo: E-ED-RR - 171300-70.2009.5.02.0022. Data de Julgamento: 28/08/2014, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 05/09/2014. A exemplo do item precedente, desde então, este tema teve seu risco fiscal significativamente reduzido em relação ao ano anterior.

Além disso, há também inúmeras demandas que pedem a complementação de aposentadoria e pensão da extinta FEPASA com base nos abonos CPTM (abonos salariais concedidos aos ferroviários ativos originários da ex-FEPASA – malha paulista – nos termos dos Acordos Coletivos de Trabalho 2002 a 2008 e do Dissídio de Greve e Econômico de 2006/2007), caso em que os pedidos de extensão de tais vantagens aos inativos da FEPASA têm sido, reiteradamente, acolhidos pelo Poder Judiciário (exemplo: Processo n.º 0003374-94.2002.8.26.0053 – 12ª VFP - Capital – MS Coletivo – atual andamento: execução do

ANEXO II RISCOS FISCAIS

julgado – proposta para pagamento em OPV's individuais, segundo critérios estabelecidos pela FESP – ainda não apreciada pelo juízo em Mar/16 – valor condenação: R\$ 33 milhões – set/2012).

Idêntica solução tem recebido as demandas que objetivam a complementação de aposentadoria e pensão da extinta FEPASA com base nos abonos obtidos por funcionários ativos da FERROBAN (Dissídios Coletivos TST-DC-636.648/2000.5 e TST-DC-793.402/2001.4, e Acordo Coletivo de Trabalho de 2002).

C - Ações que postulam a correção da complementação das aposentadorias a cargo do Estado de São Paulo (Dissídio Coletivo n. TST-CD-92590/2003) na base territorial de Assis (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Araraquarense, Zona Mogiana, Zona Sorocabana). Sentenças Procedentes, estando em grau de recurso no TRT ou TST. Em parte dos processos, a incompetência da Justiça do Trabalho está sendo reconhecida e os processos estão migrando para a Justiça Comum Estadual. Embora, individualmente, os valores das ações não sejam tão representativos, é possível estimar que, em conjunto, e considerando apenas as ações com andamento pelas Varas do Trabalho de Assis, pode alcançar um total aproximado de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

3.1.3. Complementação de Aposentadoria (geral)

- Ação coletiva movida pela Associação dos Aposentados e Pensionistas da Fundação CESP, perante a 49ª Vara do Trabalho da Capital (Processos n.º 01145.2005.049.02.00-6 e Processo n.º 01339.2005.049.02.00-1) e também na Justiça Comum (distribuída à 2ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo/SP – Proc. n. 0032513-57.2003.8.26.0053), visando obstar a transferência da folha de pagamento das complementações de aposentadoria e pensões à Secretaria da Fazenda, bem como assegurar o pagamento dos referidos benefícios nos moldes em vinha ocorrendo, em especial, sem a aplicação do teto salarial previsto constitucionalmente, e sem a incidência da contribuição previdenciária. Houve concessão de antecipação de tutela, confirmada por sentença que julgou procedente o pedido, determinando que os pagamentos sejam feitos sem as restrições pretendidas pela Secretaria da Fazenda. Referida sentença foi confirmada pelo TRT da 2ª Região, tendo o TST negado provimento ao recurso de revista da Fazenda do Estado de São Paulo. Na ação da Justiça Comum, foi proferida sentença pela procedência parcial, chegando ao STJ, que reconheceu a competência da Justiça Comum (REsp 691.407-SP – 11/03/2015 - Conflito de Competência n. 7706). Em fase de execução, ainda sem intimação da FESP. Há estimativas de que o valor objeto da execução seja superior a R\$ 35 milhões (trinta e cinco milhões de reais).

- Duas ações declaratórias, cumuladas com pedido de cobrança e antecipação de tutela, ajuizadas pela Fundação Cesp, contra a Fazenda do Estado de São Paulo (FESP) e a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), para o fim de obter provimento jurisdicional que determine, dentre outros pedidos: (i) que a Fazenda reembolse a Fundação CESP nos valores despendidos com o patrocínio das ações judiciais movidas pelo grupo de pessoas beneficiado pelas disposições da Lei Estadual n.º 4.819/58, bem como efetue o pagamento de toda e qualquer despesa com custos operacionais, que venha a ter a Fundação Cesp para defesa de suas ações judiciais presentes e futuras, que envolvam os beneficiários da referida lei estadual; (ii) que a FESP e a CTEEP honrem com o pagamento de toda e qualquer condenação judicial que venha a ser imposta à Fundação CESP, nas ações já em andamento e naquelas que ainda venham a ser propostas pelas pessoas que percebem benefícios previdenciários em decorrência do previsto na Lei Estadual n.º 4.819/58, mesmo que não integrem o pólo passivo da ação judicial em que haja a condenação. A causa de pedir das ações é a mesma, mas o pedido é diverso, de modo que foi alegada a continência. Uma das ações – a que se refere a um específico ex-empregado da CESP, foi julgada improcedente (Proc. n.º 0038083-43.2011.8.26.0053), mantida a decisão no Tribunal, ainda sem trânsito em julgado (ED da autora foi rejeitado), e a outra, ainda aguarda julgamento em primeiro grau (Processo n.º 0045414-76.2011.8.26.0053).

- Ação declaratória, cumulada com pedido de cobrança e antecipação de tutela, ajuizada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) contra a Fazenda (Processo n.º 0047544-73.2010.8.26.0053). Objeto: pagamento integral

ANEXO II RISCOS FISCAIS

pela FESP dos benefícios de complementação de aposentadoria diretamente aos inativos e, subsidiariamente, que o montante que já é pago pela Fazenda deixe de passar pela conta da CETEEP, passando a ser efetuado diretamente aos aposentados, com o acréscimo do valor alusivo às parcelas “incorporação ação judicial” e “adicional da incorporação ação judicial”. A tutela antecipada foi indeferida e a ação foi extinta, sem julgamento do mérito. Remetidos os autos ao Tribunal de Justiça em setembro de 2014, e em dezembro no mesmo ano houve o julgamento da apelação da parte autora, improvendo-a. Porém, em sede de julgamento de Embargos de Declaração interpostos pela autora, houve alteração do julgamento do mérito, o que acarretou a interposição de Embargos de Declaração da FESP, ainda não julgados.

- Ações onde aposentados postulam reajustes de complementação de aposentadoria com base nos índices fixados pelo INSS. Alegam ser devido tal reajuste no período em que os empregados da ativa não tiveram aumento. Todas as ações que chegam no TST são julgadas procedentes, sendo este ainda um *risco a ser considerado pelo efeito multiplicador* que pode destas decorrer.

3.2. Sexta-parte e Quinquênios

Milhares de ações judiciais envolvendo o cálculo da **SEXTA-PARTE** e de **QUINQUÊNIOS**, calculados sobre a totalidade dos vencimentos/proventos. O STF já negou a existência de repercussão geral à matéria relativa à incidência de sexta-parte sobre proventos integrais (não apreciará o tema - AI 839.496/SP), o que significa elevação do risco fiscal nestes casos. Embora o TST tenha acolhido a tese fazendária (não incidência da sexta-parte sobre as gratificações e demais vantagens cujas leis instituidoras as excluam da base de cálculo de outras vantagens), o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo pacificou seu entendimento, já tendo, inclusive, uniformização de jurisprudência. Os reflexos financeiros deverão ser apurados caso a caso, no bojo das respectivas ações judiciais. Perante os Juizados Especiais da Fazenda Pública, a FESP vinha se sagrando vencedora em muitas ações tendo em conta que a respectiva Turma de Uniformização havia editado a Súmula nº 05 acolhendo a tese favorável ao Estado. Entretanto, tal Súmula foi revogada o que tem levado a uma mudança de posicionamento no âmbito dos Juizados Especiais alinhando-se com o posicionamento firmado na mencionada uniformização de jurisprudência. Até o momento, não há precedente que exclua o adicional por tempo de serviço da base de cálculo da sexta-parte, a despeito desta tese ser reiteradamente tratada em sede de recurso de revista, agravo de instrumento e embargos de declaração. Contudo, tal matéria ainda não está pacificada no âmbito do TST, mesmo nas Turmas que adotam posição favorável à Fazenda Pública, o assunto ainda implica algum risco fiscal pelo efeito multiplicador e universo de atingidos (por exemplo, na região de Taubaté, há 1.240 ações em andamento, com valor aproximado de R\$ 13.710.000,00 – em Bauru, há 1756 ações referentes a quinquênio e 800 sobre sexta-parte).

Nesse tema, cabe o destaque para as seguintes demandas:

- ações propostas por Associação dos Policiais Militares da Reserva Reformados da Ativa e Pensionistas da Caixa Beneficente da CBPM - 0033902-62.2012.8.26.0053 - julgada procedente em primeira instância, com interposição de recurso de apelação pela FESP, pendente de julgamento.

- Associação de Defesa dos Policiais Militares do Estado de São Paulo – Proc. 0043336-12.2011.8.26.0053 – Julgada procedente em primeira instância, negado provimento ao recurso de apelação pela FESP, não foi admitido o Recurso Extraordinário interposto. Como o STF já se manifestou pela ausência de repercussão geral da matéria (recálculo quinquênios) não se viabilizou a interposição de agravo de despacho denegatório da decisão que não admitiu o RE.

- ações propostas por Associação dos Oficiais Praças e Pensionistas da Polícia Militar do Estado de São Paulo - AOPP e Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar (quinquênio e sexta-parte sobre integralidade proventos) – Proc.nº 0048621-49.2012.8.26.0053 e Proc. 0030453-96.2012.8.26.0053 – em ambas foi denegada a segurança em primeiro grau,

ANEXO II RISCOS FISCAIS

reformada pelo TJ/SP. Em fase de interposição de recursos extremos. Na ação movida pela AOPP (autos 0030453-96.2012.8.26.0053) não foi admitido o Recurso Extraordinário, seguindo-se a interposição de agravo de despacho denegatório.

- ação proposta por Associação dos Oficiais Militares do Estado de São Paulo - proc. 0600594-25.2008.8.26.0053 – Concedida a segurança pelo TJSP - Há execução provisória requerida, a qual se encontra pendente de Recurso Especial e Extraordinário, uma vez que ainda não houve trânsito em julgado do processo de conhecimento. Foi concedida suspensão pelo Supremo, a fim de que a execução da sentença se fizesse nos termos pleiteados pela Fazenda, evitando-se o pagamento em folha das diferenças devidas após o ajuizamento da demanda. Reconhecida Repercussão Geral da questão (Tema n. 499/STF - Limites subjetivos da coisa julgada referente à ação coletiva proposta por entidade associativa de caráter civil), o RExt foi sobrestado. O REsp ainda não analisado. O TJSP reconsiderou a decisão que havia sobrestado o recurso extraordinário e concedido efeito suspensivo ao recurso. No pedido de suspensão STA 678, a Presidência do STF, em juízo de retratação, acolheu o agravo regimental da Associação, tornando sem efeito a suspensão. Há agravo regimental da FESP contra esta decisão, pendente de julgamento. Foi ajuizada ação cautelar no STF, obtendo-se liminar para atribuição de efeito suspensivo ao recurso. O impacto desta ação somado ao da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar era estimado em aproximadamente 1,5 bilhões de reais.

- ação ajuizada por Zilda Correa Domingos e outros (proc. 0002793-98.2010.8.26.0053) – base de cálculo da sexta parte. Valor em execução R\$ 1.811.697.327,50 em setembro/2009. Atual andamento: recursos extremos da autora não admitidos, pendendo julgamento agravo.

- ações coletivas - Processo n. 0046558-22.2010.8.26.0053 – 8ªVFP – objeto: ampliação da base de cálculo dos adicionais temporais, com incidência sobre a totalidade dos vencimentos e proventos, excetuadas as parcelas eventuais. Foi concedida suspensão pelo STF (evitando-se o pagamento em folha das diferenças devidas após o ajuizamento da demanda). Iniciada execução provisória, foram suspensas em razão da pendência de julgamento em instância superior (Suspensão da Execução STA n. 678/STF). até o trânsito em julgado do processo, o que já ocorreu quanto ao mérito propriamente dito. Porém, há recurso extraordinário pendente, discutindo os efeitos do julgado (se abrange todo e qualquer associado ou se só quem era associado no momento da impetração). Há também recurso especial interposto discutindo a aplicação da Lei Federal nº 11.960/09. No referido pedido de suspensão, a Presidência do STF, em juízo de retratação, acolheu o agravo regimental da Associação, tornando sem efeito a suspensão. Há agravo regimental da FESP contra esta decisão, pendente de julgamento. Iniciado o cumprimento provisório da sentença, houve agravo de instrumento interposto pela FESP, que inicialmente se processou com efeito suspensivo, porém negando-se provimento ao recurso. Nova decisão de 1º grau determinando o prosseguimento da execução provisória, e pagamento em folha de cerca de 50 milhões de reais (período entre a concessão e efetiva implementação em folha). Interpostos embargos de declaração, foram rejeitados e houve pedido de designação de audiência de conciliação.

3.3. Adicional de Insalubridade

Inúmeras ações que pleiteiam valores relativos ao pagamento do ADICIONAL DE INSALUBRIDADE com base na variação do salário mínimo. As ações judiciais em curso objetivam tanto o pagamento dos valores atrasados, como o pagamento das parcelas vincendas, com base na variação do salário mínimo.

Em que pese o teor da Súmula Vinculante nº 4, editada pelo STF, que considerou inconstitucional o pagamento do adicional de insalubridade vinculado ao salário mínimo¹, as decisões do TJSP e da Justiça do Trabalho não têm observado o disposto na

1 “Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial”

ANEXO II RISCOS FISCAIS

citada Súmula. Esse fato tem ensejado a propositura de Reclamações por parte da Procuradoria Geral do Estado, perante o STF. A Lei Complementar Estadual nº 1.179/2012, no entanto, fixou a base de cálculo do adicional em reais, em valor equivalente a dois salários mínimos, em janeiro de 2010, janeiro de 2011, janeiro de 2012 e ainda determinou o reajuste anual do adicional pelo IPC. Também autorizou o pagamento administrativo das diferenças entre janeiro e novembro de 2010. Em razão disso, a discussão jurídica e o risco orçamentário relativo ao tema diz respeito às diferenças devidas anteriormente a janeiro de 2010.

Ainda nesse tema, deve-se mencionar o Mandado de Segurança Coletivo impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde do Estado de São Paulo, no qual pleiteia a manutenção do recebimento do adicional de insalubridade pelos servidores que já contem com o benefício e estejam em exercício em unidade que venha a ser municipalizada ou consorciada. (Proc. n. 0026956-89.2003.8.26.0053). O writ foi concedido, com trânsito em julgado, de modo que se iniciou a fase de cumprimento da obrigação de fazer. Há fixação de multa diária no importe de R\$ 1.000,00 (mil reais), se a obrigação não for cumprida integralmente. Até o momento, ainda em fase de apresentação de documentos da Fazenda, análise e manifestação dos autores.

3.4. Teto Salarial

Devem também ser considerados passivos contingentes os valores decorrentes das ações judiciais que buscam afastar a aplicação do TETO SALARIAL, instituído pela Emenda Constitucional 41/2003, aos servidores admitidos anteriormente à referida emenda.

A Procuradoria Geral do Estado tem obtido, perante o STF, a suspensão dos efeitos de decisões que afastam a aplicação do novo teto salarial aos servidores, inativos e pensionistas, até que seja proferida decisão final nos processos em que a matéria é discutida.

Em dezembro de 2014, o Supremo proferiu acórdão, por maioria de votos (RExt 609.381/GO – reconhecida Repercussão Geral Tema 480), segundo o qual: “O teto de retribuição estabelecido pela Emenda Constitucional 41/03 é de eficácia imediata, submetendo às referências de valor máximo nele discriminadas todas as verbas de natureza remuneratória percebidas pelos servidores públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ainda que adquiridas de acordo com regime legal anterior.” Quanto aos valores recebidos em excesso, até a publicação da ata do julgamento, propôs que sejam restituídos, considerada a circunstância de seu recebimento de boa-fé. Embora a decisão seja favorável ao Estado de São Paulo, ainda não transitou em julgado.

Mesmo assim, ainda nesse ponto, cabe registrar que no TJ/SP ainda prepondera (embora não unânime) o entendimento de que não deva ser aplicado o limite remuneratório (teto salarial) sobre valores relativos à indenização dos períodos de licença-prêmio não usufruídos pelo servidor quando ainda em atividade, o que tem sido objeto de inúmeros recursos por parte da FESP.

Alerta-se também quanto à especial situação dos Procuradores Autárquicos, que postulam a aplicação do teto salarial vigente para os Procuradores do Estado (qual seja, 90,25% dos vencimentos dos Ministros do STF), afastando a possibilidade de sujeição ao subteto estadual. Ainda permanece no TJ/SP o entendimento de que o teto salarial dos Procuradores do Estado deve também ser aplicado aos Procuradores Autárquicos. Destaque-se o Mandado de Segurança Coletivo impetrado pelo Sindicato dos Procuradores do Estado, Autarquias Fundações e Univ. Públicas/SP-Sindiproesp, para afastar a Incidência Redutor Salarial do Decreto nº. 48.407/2004 (sub-teto) aos Procuradores Autárquicos (Proc. 0104420-53.2007.8.26.0053 -

ANEXO II RISCOS FISCAIS

sentença de improcedência, reformada pelo TJ/SP - interposto RExt pela FESP, encaminhado ao STF), e a ação proposta por José Maria Camara e outros (Proc. 0035148-74.2004.8.26.0053 - valor em execução R\$ 12.840.791,65 em fevereiro/2014).

Deve-se, ainda, mencionar ações propostas pela Associação dos Defensores Públicos e dos Procuradores do Estado, onde pleiteiam aplicação do teto salarial vigente para Ministros do Supremo Tribunal Federal (100%). Ambas até o presente momento foram julgadas improcedentes, mas aguardam exame de recursos interpostos.

3.5. Professores Estaduais

Igualmente devem ser considerados passivos contingentes as ações ajuizadas, em todo o Estado de São Paulo, por associações/sindicatos (algumas individuais) de **PROFESSORES ESTADUAIS**, principalmente em razão do efeito multiplicador, em demandas, todas em fase de execução, cujos objetos são: pagamento de Gratificações (GAM – gratificação de Atividade Magistério – ex. Proc. n. 0102852-36.2006.8.26.0053 e GTE – Gratificação de Trabalho Educacional – ex. Proc. n. 0017561.78.2000.8.26.0053, bônus mérito aos inativos – ex. Proc. n. 0010637-12.2004.8.26.0053, Proc. n. 0002909-22.2001.8.26.0053, Proc. 0010637-12.2004.8.26.0053).

Ainda, destacam-se:

- ação proposta pela Udemo – Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado - Processo nº 0015770-25.2010.8.26.0053 – objeto: pagamento de Bônus Mérito, Bônus Gestão e Bonificação por Resultado a todos os aposentados e pensionistas filiados à autora, ainda sem decisão de primeiro grau (Processo nº 0015770-25.2010.8.26.0053). Idêntico pedido consta em ação proposta pelo Centro do Professorado Paulista - Proc. n. 0112987-73.2007.8.26.0053 – Há decisão do TJ garantindo aos associados da autora a percepção do bônus referente ao ano de 2006, em seu valor mínimo, pendendo de julgamento recurso da Fazenda perante o STJ.

- ações coletivas propostas pela Apeoesp e Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo: i) Proc. nº 0044040-25.2011.8.26.0053 – objeto: aplicação de Lei Federal nº 11.738/2008 - "Lei do piso nacional", para redução da carga horária dos professores em sala de aula. Julgada procedente em primeiro grau, reformada em segundo grau. Pendem de julgamento os recursos extremos interpostos pela autora. Estima-se impacto financeiro em torno de R\$ 1 bilhão (um bilhão de reais) por ano, caso a pretensão dos autores venha a ser reconhecida; ii) Proc. nº 0003052-25.2012.8.26.0053 – objeto: indenização pela não aplicação da Lei Federal nº 11.738/2008 - "Lei do piso nacional". Julgada Improcedente em primeiro grau. Ainda pende de julgamento recurso interposto pela parte vencida. Estima-se impacto financeiro em torno de R\$ 1 bilhão (um bilhão de reais) por ano, caso a pretensão do autor venha a ser reconhecida; iii) Proc. n. 0016617-27.2010.8.26.0053 – objeto: cumprimento da jornada de trabalho nos termos da resolução SE 3/2010, obrigando ao cumprimento do HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo) dentro da jornada regular de trabalho. Julgada improcedente em primeiro grau, mantida em segundo grau. Pende de julgamento o agravo em REsp do autor.

- ações cujo pedido é a extensão da Gratificação de Gestão Educacional aos servidores aposentados, ajuizadas pela APASE (Autos nº 1024887-47.2015.8.26.0053 – ainda em fase de instrução) e pelo CPP (Autos nº 1024887-47.2015.8.26.0053 – fase de instrução).

3.6. Policiais Militares

Inúmeras ações ajuizadas por Associações/Sindicatos de **POLICIAIS MILITARES**, que pleiteiam uma série de vantagens/benefícios, principalmente o ADICIONAL DE LOCAL DE EXERCÍCIO - ALE (aos policiais militares inativos e aos pensionistas de militares) e o pagamento da gratificação pelo REGIME ESPECIAL DE TRABALHO POLICIAL – RETP, sem as restrições impostas na Portaria CMTG PM-1/04/02/11 (editada em observância ao parecer PA 25/2011, exarado pela

ANEXO II RISCOS FISCAIS

Procuradoria Geral do Estado - a gratificação vinha sendo calculada pela Polícia Militar, para cerca de 8,75% de seu efetivo, sobre os vencimentos integrais, e não apenas sobre o vencimento padrão - artigo 3º da LEC 731/93).

Em relação ao RETP, há várias liminares concedidas (em todo o Estado), inclusive em ações coletivas, para que a gratificação continue sendo paga sobre vantagens pecuniárias que extrapolam o padrão de vencimentos. O TJ indeferiu pedido de suspensão de segurança proposto pela Fazenda, o que motivou a renovação do pedido de suspensão junto ao STF, onde também não se obteve êxito. Minimiza o impacto a ser sentido nos cofres públicos o fato dessas decisões apenas estarem determinando a manutenção de uma forma de pagamento que já vinha sendo adotada pela Administração há 20 anos.

De toda forma, ambos os casos são preocupantes do ponto de vista econômico-financeiro, na medida em que se trata de benefício percebido por todos os milicianos, o que gera expressão econômica considerável, sendo que no caso do ALE, sua inclusão na base de cálculo do RETP representa uma majoração de 100% em seu valor.

Enfatizamos as seguintes demandas coletivas:

- ações ajuizadas pela Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo (Proc. n. 0009264-62.2012.8.26.0053), Associação dos Oficiais Militares do Estado de São Paulo (Proc. n. 0600592-55.2008.8.26.0053), Associação Campec dos Policiais Militares (Proc. n. 0056502-77.2012.8.26.0053) – idêntico objeto em todas: extensão do ALE aos inativos e pensionistas – as duas primeiras iniciarão a fase de execução em breve (trânsito em julgado desfavorável à FESP), e a última, ainda pende de julgamento os recursos extremos interpostos pela FESP.

- ações ajuizadas por associações/sindicatos dos Policiais Militares, Inativos e Pensionistas – Proc. n.º 0038315-21.2012.8.26.0053, Proc. n.º 0048623-19.2012.8.26.0053, Proc. n.º 0027021-69.2012.8.26.0053 e Proc. n.º 0020099-12.2012.8.26.0053 – objeto idêntico: incorporação do ALE no salário base, antes da vigência da LC 1197/13, com reflexos no quinquênio, sexta-parte e gratificação RETP – em todas foram interpostos recursos extremos por ambas as partes, ainda sem julgamento.

- ações ajuizadas por entidades de classes de SOLDADOS TEMPORÁRIOS – (por exemplo, Proc. n. 0031496-05.2011.8.26.0053) - objeto: abstenção de admissão de novos soldados temporários, utilizá-los no policiamento ostensivo, e dispensá-los, mesmo os registrados com todos os direitos trabalhistas, sob pena de multa diária de R\$ 30.000,00 por cada trabalhador em situação irregular. Julgada procedente, foi parcialmente reformada em segundo grau. Recurso Extraordinário (FESP) sobrestado até julgamento da Repercussão Geral – Tema n. 551/STF. E, ainda cabe registrar também as demandas aforadas por esta categoria, que se encontram represadas, aguardando julgamento do STF. Há decisões em todos os sentidos, algumas reconhecendo aos autores as vantagens previstas na Constituição Federal a todos os trabalhadores (13º salário e férias, acrescidas de 1/3), e outras acolhendo na íntegra o pedido inicial, o que envolve também a concessão do ALE e do Adicional de Insalubridade. Essas últimas são mais preocupantes, na medida em que o valor individual da condenação atinge, em média, em torno de R\$ 40.000,00.

3.7. URV

Inúmeras ações promovidas por servidores públicos, inclusive em processos coletivos (ex. Proc. 0007401-41.2010.8.26.0506), onde se postula reposição de suposta perda salarial decorrente de alegado erro na metodologia da **conversão da moeda corrente em maio de 1994 em URV**. Além da implantação do índice de aumento, postula-se a condenação da Fazenda no pagamento das diferenças salariais não atingidas pela prescrição quinquenal.

A matéria foi julgada pelo STF que, no entanto, apreciou a questão à luz da legislação do Rio Grande do Norte. Por se tratar de recurso com repercussão geral, a decisão do STF repercutirá nas ações em que a Fazenda do Estado de São Paulo é parte. Por isso, a Procuradoria editou Orientação (set/14), com Nota Explicativa acerca das implicações do aludido julgado nos

ANEXO II RISCOS FISCAIS

processos ajuizados em face do Estado, ressaltando que, diante do julgamento do RE nº 561.836, pelo STF (com suas premissas e conclusões), não há diferenças a serem pagas a tal título aos servidores estaduais paulistas.

- diversas ações com pedido de revisão da forma de conversão dos vencimentos em URV (Ex. Proc. nº 0035609-36.2010.8.26.0053: Ação Coletiva ajuizada pelo Centro do Professorado Paulista - CPP contra a Fazenda do Estado) - Procedente em primeiro grau. O recurso de apelação da FESP foi provido. O recurso especial do CPP foi provido para afastar a prescrição; Autos nº 1012965-43.2014.8.26.0053: Ação Coletiva ajuizada pela APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo contra a Fazenda - Procedente em primeiro e segundo grau. Pende de julgamento o recurso especial.

3.8. Reajuste do CRUESP

Ações pleiteando aplicação do reajustamento do CRUESP para os empregados públicos e funcionários emprestados para as faculdades geridas diretamente pelo Estado, a saber: CEETEPS – CENTRO PAULA SOUZA, FAMEMA – FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA, FAMERP – FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO e FAENQUIL - FACULDADE DE ENGENHARIA QUÍMICA DE LORENA. Essas ações poderão gerar repercussão financeira significativa, vez que, com exceção do CEETPS, as outras Faculdades mantêm seu quadro de empregados e emprestados, sem reajustamento substancial há quase uma década. Ademais, algumas Turmas do TST têm decidido que a concessão de reajustes salariais a empregados de tais autarquias, com fundamento nos reajustes fixados pelo CRUESP, ofende de forma direta e literal dispositivo constitucional, ante a necessidade previsão em lei específica para a concessão de aumento de servidor. Precedentes: Processos: RR 371-80.2012.5.15.0072 e RR 1397-69.2012.5.15.0022; ambos julgados em 22/10/2014 e Processo: RR 998-41.2012.5.15.0151, d.j. 03/12/2014. Estima-se mais de 1200 ações em todo o Estado de São Paulo.

Destaque-se:

- Dissídio Coletivo do HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE RIBEIRÃO PRETO - processo n. 0001841-08.2011.5.15.0000 - objeto: paridade com os hospitais públicos da região geridos pela FAEPA, passando os vencimentos dos 524 médicos assistentes de R\$ 3.104,11 para R\$ 6.200,00. Aguarda-se julgamento de recurso ordinário pelo TST.

- Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho em face do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto - Autos nº 0001199-31.2011.5.15.0066 – 3ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto - objeto: declaração de nulidade do convênio firmado com a Fundação de Apoio ao Ensino e Pesquisa e Assistência de São Paulo – FAEPA, o que, em caso de procedência, ocasionará a carência de mão-de-obra no nosocômio, demandando a realização de concurso público para centenas de funções hoje exercidas pela Fundação. Processo em grau de recurso ordinário perante o TRT – 15ª Região.

3.9. Previdenciário

Em matéria PREVIDENCIÁRIA, merecem ser registradas as seguintes matérias levadas ao Poder Judiciário, principalmente em razão do alto risco de multiplicação de demandas judiciais, a saber:

3.9.1. Pagamento de pensão correspondente à integralidade da remuneração.

Há diversas ações pretendendo a condenação no pagamento de pensão em valor correspondente à integralidade da remuneração que era paga aos instituidores dos benefícios previdenciários, com decisões contrárias à Fazenda, ainda sem o trânsito em julgado. Destaque para as seguintes demandas:

ANEXO II RISCOS FISCAIS

- Ação Civil Pública proposta por Associações de Policiais Militares - Processo n.º 0009966-23.2003.8.26.0053 e Proc. n.º 0107431-27.2006.8.26.0053 (este último já transitado em julgado, aguardando execução) – objeto: condenação da autarquia ao pagamento de pensão em valor correspondente à integralidade da remuneração que era paga aos instituidores dos benefícios previdenciários, sob o fundamento de ser inconstitucional a determinação constante do art. 26 da Lei Estadual n.º 452/74. Deferida a liminar, os associados pensionistas que alcançaram tal condição até o advento da Emenda Constitucional n.º 20/98 vêm percebendo, por força de determinação judicial, pensão integral. Julgada procedente por sentença confirmada pelo TJ. Foram interpostos recursos especial e extraordinário pela Autarquia, ainda não julgados, aguardando o julgamento do repetitivo.

- Ação Civil Pública proposta pela Aspomil - Associação de Assistência Social dos Policiais Militares do Estado de São Paulo - Proc. n. 0030853-47.2011.8.26.0053 e Proc. 1009419-14.2013.8.26.0053 (Apelação da Associação ainda não julgada) – objeto: idem supra. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, limitando aos óbitos ocorridos até 06/07/07. Há pedido de Suspensão dos Efeitos da Tutela, limitando aos associados o direito de rever o benefício (23 associados beneficiados até o momento). Houve fixação de multa de R\$ 3.000.000,00, pelo descumprimento da decisão. Determinada a execução provisória da sentença, desta decisão foi interposto recurso, cujo julgamento foi favorável à FESP. Ainda há risco, quando iniciada a fase de execução.

- Ação Civil Pública proposta pela Associação Paulista dos Servidores do Estado e do Município de São Paulo (Proc. 1007190-81.2013.8.26.0053). A liminar foi deferida para determinar o pagamento das pensões dos associados em correspondência a 100% do valor dos proventos dos instituidores. Agravo de Instrumento foi improvido, ocasionando o cumprimento da liminar (148 pensionistas seriam beneficiados pela ação). Julgada procedente, há Apelação pendente de julgamento, recebida em ambos os efeitos.

3.9.2. Requisito de tempo (cinco anos) de exercício.

Há diversas ações visando afastar o requisito de cinco anos de exercício na classe para o recebimento do benefício, pleiteando que seja exigido apenas cinco anos de exercício no cargo, como, por exemplo, nos Mandados de Segurança Coletivo impetrados por Associações e Sindicatos de Policiais Civis - Proc. 0031056-38.2013.8.26.0053, Proc. 0026379-62.2013.8.26.0053 e Proc. 0028319-62.2013.8.26.0053. Nestes casos, o pedido foi julgado procedente. Negado provimento à apelação da FESP. Interpostos Recursos Especial e Extraordinário, ainda em fase de apresentação de contra-razões (mais de 1.600 associados a serem beneficiados).

3.9.3. Restabelecimento da pensão filha solteira.

Há ainda inúmeras ações individuais e muitas coletivas visando o restabelecimento da pensão concedida irregularmente às filhas solteiras, dentre elas destaque-se os Mandados de Segurança Coletivo impetrados por entidades de classe – Ex. Proc. 1101588-39.2014.8.26.0100 (ação do MP em favor dos beneficiários menores de 18 anos – acórdão de set/2015 determinou envio autos à VFP) – Proc. n. 0008152-24.2013.8.26.0053 (Nov/15 – provimento parcial – só associadas com benefício deferido há mais de 10 anos – mantida TJ – iniciada a execução – pedido de SS indeferido no STF – aguarda julgamento Agravo STF) e Proc. 0009511-09.2013.8.26.0053 (Nov/15 – sentença extinguiu o feito, por ilegitimidade e inadequação – aguarda julgamento apelação). Em todas ainda não há julgamento definitivo (mais de 2000 associados podem ser beneficiados). Valor estimado: mais de R\$ 2.308.209.345,93.

3.9.4. Afastamento do recolhimento da contribuição previdenciária de inativos e pensionistas

ANEXO II RISCOS FISCAIS

Destaque para os Mandados de Segurança Coletivos impetrados por Associações de Policiais Militares, como, por exemplo, o Proc. n. 0026156-46.2012.8.26.0053, cujo objeto é a obtenção de isenção de contribuição previdenciária para inativos e pensionistas. Ação em fase de instrução probatória. A antecipação de tutela foi indeferida.

Alerta-se para o Mandado de Segurança Coletivo impetrado por Associação dos Militares Estaduais de Presidente Prudente e Região - Ameppre objetivando a obtenção de isenção da contribuição previdenciária em razão de doença incapacitante, tendo em vista a concessão da isenção de IR (proc. 0026160-83.2012.8.26.0053). Sentença de improcedência, reformada pelo TJ. Pendente de julgamento Recurso Especial e Extraordinário da Autarquia. Reconhecida repercussão geral da questão constitucional (Tema n. 317/STF), o REExt ficará sobrestado e o REsp ainda sob exame de admissibilidade. E, ainda Ação Direta de Inconstitucionalidade – Proc. n.º 2165511-31.2014.8.26.0000 - ajuizada pelo Procurador Geral de Justiça de São Paulo, na qual se questiona as condições para obrigatoriedade do regime de previdência complementar aos servidores que ingressam no serviço público. Liminar deferida, parcialmente alterada por Embargos de Declaração interpostos pelo Estado (modulou no tempo o início de vigência do novo Plano de Previdência Complementar aos servidores que ingressaram no serviço público estadual). Em fase de instrução.

3.9.5. Arguição de inconstitucionalidade do §3º do art. 1º da Lei Complementar nº 954/2003

O art. 1º da Lei Complementar nº 954/2003 define a base de cálculo da contribuição previdenciária em caso de soma de recebimento de aposentadoria e pensão pelo mesmo beneficiário. (proc. 0196846-39.2013.8.26.0000 e 0197956-73.2013.8.26.0000). Incidente de Arguição julgado desfavorável à autarquia. Recursos extremos da FESP ainda não julgados. Valor estimado: R\$ 24.814.372,44 de renúncia de receita anual.

3.9.6. Aposentadoria Especial

Nestas demandas considera-se o risco em relação ao reflexo direto na baixa que poderia sofrer o efetivo dos servidores públicos. Em que pese haver julgamento do TJ favorável à Fazenda, a matéria não se encontra pacificada.

Destaque para Ação Civil Pública proposta pela Associação dos Cabos e Soldados da PMESP - Proc. n. 1023064-72.2014.8.26.0053 - objeto: concessão de aposentadoria especial a todos os que recebem adicional de insalubridade, nos termos do art. 57 da Lei 8.213/91. Ainda em fase de apresentação de defesa fazendária. Porém, por se tratar de ação recorrente na PGE (SPPrev), totalizando mais quase 1000 ações, representa grande risco, em razão da matéria ainda não ter sido pacificada.

Partindo do argumento do direito à aposentadoria especial, há ações civis públicas, em favor de policiais militares e professores (proc. n. 1041818-62.2014.8.26.0053 – pende julgamento apelação da FESP), o pagamento de abono de permanência. São elas: Proc. n.º 0019372-53.2012.8.26.0053 - Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Julgada procedente em primeiro grau e formada parcialmente em segundo grau. Pende julgamento de REsp e REExt por ambas as partes. E o Proc. n.º 0030449-59.2012.8.26.0053 - Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Concedida a segurança em primeiro grau e mantida em segundo grau. Iniciada a fase de execução.

3.9.7. Outras demandas - efeito multiplicador

- Ação Civil Pública proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Seccional do Estado de São Paulo, para alterar o índice de reajuste do benefício da CARTEIRA DOS ADVOGADOS (proc. 0018144-55.2008.4.03.6100). A liminar foi deferida e sentença determinou a aplicação do salário mínimo como índice de atualização dos benefícios da carteira de advogados. Em

ANEXO II RISCOS FISCAIS

juízo de apelação, o TRF determinou a aplicação do INPC como índice de atualização. Interpostos Recursos Especial e Extraordinário, ainda sem julgamento.

- Mandado de Segurança Coletivo impetrado pela Associação dos Funcionários da Polícia Civil do Estado de S. Paulo, alegando direito adquirido a não se aposentarem compulsoriamente aos 65 anos de idade, nos termos da LC 144/2014, a fim permanecerem em atividade até os 70 anos de atividade. (processo n.1024899-95.2014.8.26.0053). Trata-se de ação recorrente, a qual inclusive deu origem ao Comunicado SUBG 04/2014 em razão da matéria, sendo 69 ações até a presente data, contudo temos obtido êxito em suspender junto ao TJ as tutelas antecipadas deferidas. Negada a segurança. Interposta Apelação da autora, a ela foi negado provimento. Interpostos recursos extremos pela autora.

- Mandado de Segurança Coletivo impetrado pelo Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo - Sinafresp - Proc. 1003949-02.2013.8.26.0053 – objeto: afastar o regime de previdência complementar para os agentes fiscais de renda que já exerciam cargo público em outra unidade federativa. Sentença procedente. Apelação da FESP ainda não remetida à instância superior.

- Ações Civis Públicas ou MS Coletivo propostas por: Sindicato Regional dos Policiais Civis do Centroeste Paulista – Sincopol (exemplos: Proc. 1013240-89.2014.8.26.0053); Sindicato dos Trabalhadores em Telemática Policial do Estado de São Paulo – Sintelpol (Proc. 1027724-12.2014.8.26.0053 e 1003234-86.2015.8.26.0053); Associação dos Escrivães de Polícia do Estado de São Paulo (Proc. 1048314-10.2014.8.26.0053; 1003455-69.2015.8.26.0053; 1002843-34.2015.8.26.0053); Sindicato dos Policiais Civis da Região de Ribeirão Preto – Sinpol (Proc. n. 1010105-35.2015.8.26.0053); Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo – Adpesp (Proc. n.1003268-61.2015.8.26.0053); Associação dos Policiais Civis da Região de Assis (Proc. n. 1032955-83.2015.8.26.0053); Ministério Público do Estado de São Paulo (Proc. n. 1032774-82.2015.8.26.0053); Associação dos Médicos Legistas do Estado de São Paulo (Processos n. 1032922-93.2015.8.26.0053 e 1026856-97.2015.8.26.0053); Sindicato dos Policiais Civis da Região de Presidente Prudente – Sipol (Proc. n. 1000695-50.2015.8.26.0053); Objeto idêntico: requerer aposentadoria integral e com paridade a todos os associados com fundamento na Lei Complementar 51/1985. Em nenhuma ação houve trânsito em julgado. Valor estimado do impacto financeiro de todas: R\$ 9.839.331.126,00.

3.10. Matéria Trabalhista

Em matéria trabalhista, inicialmente, dado o representativo número de ações judiciais, devem ser considerados passivos contingentes os valores pleiteados contra a Fazenda, na qualidade de responsável subsidiária pelas obrigações trabalhistas inadimplidas por empresas terceirizadas - prestadoras de serviços. Em que pese o julgamento proferido pelo STF na ADC 16, a Fazenda tem sido condenada a responder subsidiariamente pelas dívidas, e o TST tem negado seguimento aos recursos extraordinários interpostos (não se enquadram na hipótese do RE nº 603.397). Estes processos ainda podem ter impactos financeiros devido à grande quantidade de serviços terceirizados e espera-se o julgamento da repercussão geral pelo STF, persistindo por ora um risco fiscal de elevada monta. A título exemplificativo, na região de Taubaté há 1.066 ações em andamento e na região de Campinas, somente em 2015 foram ajuizadas mais 605 novas demandas com este objeto.

Além disso, vale lembrar as ações trabalhistas ajuizadas em face da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – SPDM, OSS que possui contrato de gestão de diversos hospitais estaduais, na qual a Fazenda tem sido incluída no polo passivo das demandas. Embora o número de ações não seja significativo, tendo em vista a quantidade de hospitais estaduais geridos por OSS's, há um potencial multiplicativo nessas demandas.

Importante destacar a propositura de centenas de ações trabalhistas, por empregados do HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO, por meio das quais pretendem os autores o reconhecimento do direito a

ANEXO II RISCOS FISCAIS

quinquênios e sexta-parte, bem como de integração do prêmio incentivo e auxílio alimentação aos vencimentos. A autarquia estadual tem sido condenada, o que merece registro em razão de mais de 5.000 empregados do hospital.

Menciona-se também mais de 800 ações trabalhistas (ajuizadas de 2010 a 2012) por empregados da Fundação Municipal de Ensino Superior em face da FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA (FAMEMA), autarquia estadual, por meio das quais pretendem os autores o reconhecimento do vínculo com a autarquia estadual já que a ela prestam serviços em caráter contínuo. A autarquia estadual tem sido condenada, subsidiariamente, (aproximadamente 1.000 empregados). A questão está sendo levada ao TST.

De alto impacto também anotamos a Ação Trabalhista – Proc. nº 066400-74.2008.5.02.0053 (0064.2008.053.02.00-9) – ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo. Objeto: incorporação de benefícios (restabelecimento de parcelas - “Incorporação Ação Judicial” e “Adicional de Incorporação Ação Judicial” - 17,28%), sob o fundamento de que teriam sido ilegalmente subtraídas dos trabalhadores substituídos, com o pedido de pagamento de parcelas vencidas e vincendas. Sentença julgou parcialmente procedente o pedido, tendo sido interposto Recurso Ordinário pela FESP e medida cautelar inominada para obtenção de efeito suspensivo da sentença, deferido pelo TRT. Porém, negou-se provimento ao Recurso Ordinário, contra o qual foi interposto Recurso de Revista, ainda não julgado. O feito foi sobrestado em 10/03/2015, devido à repercussão geral reconhecida no STF.

Quanto às ações individuais ajuizadas em face da VASP, vale lembrar que a extinta empresa tem sido condenada ao pagamento de valores, com decisões judiciais determinando que a execução prossiga em face do Estado de São Paulo. Em virtude do elevado número de processos (muitos deles envolvendo altos valores), os possíveis efeitos negativos no erário são consideráveis. Contudo, o Estado de São Paulo tem conseguido reiteradas vitórias no TRT da 2ª Região, afastando a sua responsabilização por débitos da VASP. Suscitado Incidente de Uniformização Jurisprudencial nos autos do Proc. nº 0024400-50.2006.5.02.0014, em razão das decisões conflitantes proferidas pelo TRT da 2ª Região em processos que visam à responsabilização da FESP, nos moldes acima descritos. Ainda sem decisão.

Alerta-se, também, para o Mandado de Segurança Coletivo impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias na Zona Sorocabana (proc. 0003374-94.2002.8.26.0053), que pleiteia o pagamento aos associados do abono de R\$ 2.400,00, concedido no Dissídio Coletivo TST nº 618.417/99-8 aos empregados da Rede Ferroviária Federal S/A. O número de beneficiários atinge em torno de 7 mil pessoas. O valor em execução (para 4.200 beneficiários – ainda faltam cerca de 2.900 beneficiários para executar o título) é de R\$ 29.530.517,87, atualizado em maio/2012. O crédito individual de cada credor possibilita a expedição de OPV. Encontra-se pendente de recebimento apelação da FESP em embargos à execução, para que o valor seja pago por precatório.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS

4.1. Adaptação (reforma) de prédios escolares, fóruns e repartições públicas em geral

Há inúmeras ações em curso visando à ADAPTAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES, DE FÓRUNS (como por exemplo, Fórum de Valparaíso – imposição de multa diária que já está no patamar aproximado de R\$ 2.000.000,00) E REPARTIÇÕES PÚBLICAS EM GERAL objetivando torná-los acessíveis a pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, várias com decisões impondo multa diária pelo descumprimento da obrigação no prazo fixado pelo Judiciário, de modo que os valores envolvidos nessas ações devem ser considerados passivos contingentes.

Porém, diante da celebração de Termo de Ajustamento de Conduta pela Secretaria da Educação em 2014, abrangendo todas as escolas do Estado, estima-se que o número de ações envolvendo acessibilidade em escolas públicas deve diminuir.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

Restarão as demandas envolvendo adaptação de prédios sob a administração do TJ e outros prédios públicos, como delegacias de polícia (Proc. n. 1008611-38.2014.8.26.0032 – VFP – Comarca de Araçatuba – sentença procedente – negado provimento à Apelação fazendária – pende julgamento Embargos Declaração).

4.1.1. AVCB e AVS

Inúmeras ações (em todo o Estado de São Paulo) em curso visando à obtenção de **AVCB** (Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e **AVS** (Atestado de Vistoria de Segurança) em todas as escolas do Estado, várias com decisões impondo multa diária pelo descumprimento da obrigação no prazo fixado pelo Judiciário. Percebe-se o crescente número de demandas nessa área, com alto risco de insucesso por parte do Estado de São Paulo e, de outro lado, a dificuldade de serem cumpridos os prazos judiciais, de modo que os valores envolvidos nessas ações devem ser considerados passivos contingentes.

Não obstante as obras para acessibilidade incluem, ao menos em grande parte, as obras exigidas para a obtenção do AVCB e AVS, ainda estão sendo ajuizadas demandas com este objeto, com liminares deferidas, e fixação de multas diárias em elevados valores, o que, como acima dito, eleva o passivo contingente. Ademais, segundo o Cronograma do TAC – Acessibilidade, a previsão para conclusão de todas as obras de acessibilidade nas escolas públicas estaduais é de 15 anos, o que prejudica o cumprimento das ordens judiciais referentes aos AVCB's e AVS's.

Destaques:

- Ação Civil Pública – Proc. n.º 1015626-29.2013.8.26.0053 – ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo – objeto: condenação do a realizar todas as obras, intervenções e atuações necessárias para obtenção do AVCB e AVS em todas as escolas estaduais localizadas no Município de São Paulo. Foi deferida a liminar para que o Estado fornecesse listagem e dados técnicos de todas as escolas em operação, em construção ou com projetos já aprovados para construção no Município de São Paulo, sob pena de multa no valor de R\$ 100.000,00. A liminar foi cumprida. O processo está em fase de instrução.
- Ações Civis Públicas ajuizadas pelo Ministério Público – objeto: reforma e obtenção de AVCB em escolas estaduais situadas no Município de Mauá e Osasco - Processos n. 0008573-36.2012.8.26.0348 e 0007662-52.2009.8.26.0405 – ainda pendentes de julgamento em primeira instância.
- Ações Civis Públicas ajuizadas pelo Ministério Público – objeto: 1) obtenção de AVCB em todas as escolas estaduais do Município de São Bernardo do Campo – Proc. n. 0008223-45.2013.8.26.0564 – Sentença procedente e mantida em segundo grau. Interpostos recursos extremos, inadmitidos. Em fase de julgamento dos Agravos contra despacho denegatório dos recursos extremos; e 2) reforma em escolas de SBC (Proc. 0009148-07.2014.8.26.0564 e Proc. 0021429-92.2014.8.26.0564) – ainda em fase de instrução probatória.
- Ação Civil Pública – Proc. n.º 1003750-02.2014.8.26.0196 – Vara da Fazenda Pública de Franca – objeto: adoção de providências necessárias visando à supressão das barreiras arquitetônicas existentes em todos os edifícios estaduais localizados na Comarca de Franca. Sentença extinguiu o processo, sem julgamento do mérito. Pende julgamento Apelação MP.
- Ação civil pública - Proc. n.º 1004677-65.2014.8.26.0196 – Vara da Fazenda Pública de Franca, cuja finalidade é obrigar o Estado a emitir AVCB somente caso o prédio público ou particular de uso coletivo esteja edificado ou adequado aos requisitos de acessibilidade arquitetônica relacionados à segurança das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Houve sentença de inépcia da inicial. Pende recurso do MP.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

4.2. Sistema Prisional

4.2.1. Interdição de Cadeias Públicas

Dezenas de ações judiciais envolvendo a INTERDIÇÃO DE CADEIAS PÚBLICAS situadas em diversas cidades em razão de superlotação e condições inapropriadas dos prédios. Nessas ações o risco financeiro reside especialmente no fato de que o descumprimento das muitas decisões judiciais, nos prazos assinalados, já dá ensejo à execução de altas multas contra o Estado de São Paulo, como por exemplo: 1) ação civil pública para interdição do Presídio de Andradina – Proc. 0008403-95.2014.8.26.0024 – multa de R\$ 1.000.000,00 deferida em sede liminar, suspensa pelo TJ/SP; 2) a execução da multa diária imposta em ação para que o Estado se abstenha de receber presos com condenação definitiva na Cadeia Pública de Jandira (no valor de R\$ 19.500.000,00 – Proc. 0000758-72.2011.8.26.0299 e 0000904-79.2012.8.26.0299 – julgada apelação fazendária, diminuiu o valor para R\$ 10.000.000,00 – FESP interpôs Embargos de Declaração, ainda não julgados) e de Carapicuíba (no valor de R\$ 426.000.000,00 – Proc. 1008373-59.2013.8.26.0127 e 1003391-65.2014.8.26.0127 – aguardando decisão nos Embargos à execução). Sem prejuízo, vale lembrar que, após a política de extinção das carceragens em cadeias públicas, tais demandas implicarão, a longo prazo, em impacto financeiro decrescente.

4.2.2. Outros temas:

(i) a limitação do número de presos em penitenciárias e centros de detenção provisória;

(ii) a contratação de equipe para prestar atendimento médico e odontológico aos presos -exemplos: 1) Proc. nº 0004396-43.2014.4.03.6100 – em fase de instrução – conflito de competência entre Justiça Federal e Estadual – decisão determinando remessa dos autos à Justiça Estadual – 2) Proc. nº 1007427-53.2014.8.26.0127 – Osasco – CDP Carapicuíba – ainda sem julgamento – liminar suspensa em AI – acórdão negou provimento AI FESP;

(iii) o fornecimento de água quente para o banho dos presos - Proc. nº 1003644-18.2013.8.26.0053 – em fase de instrução – e água potável - CDP de Mauá – Proc. nº 4001212-60.2013.8.26.0348 – Sentença de improcedência – mantida pelo TJ – ainda sem trânsito em julgado.

(iv) o aumento da oferta de vagas para cumprimento de medida de segurança, progressão/regressão de regime, construção e manutenção de Unidades da Fundação Casa – exemplos: 1) Proc. nº 0028096-17.2010.8.26.0053 – Sentença improcedente – mantida no TJ por maioria, em acórdão recente – interpostos recursos extremos pela autora, inadmitidos - sem trânsito em julgado – diminuição do risco fiscal; 2) Proc. nº 0040002-33.2012.8.26.0053 - atendimento integral para 15.745 vagas - – sentença improcedente – mantida no TJ – ainda sem trânsito em julgado – diminuição do risco fiscal; 3) – Proc. nº 1073999-72.2014.8.26.0100 - Liminar deferida parcialmente. Interpostos agravos de ambas as partes, ainda não julgados definitivamente. Apresentada contestação; 4) Proc. nº 0003328-73.2014.8.26.0348 – Município de Mauá – pendente de julgamento em primeiro grau; e 5) Proc. nº 0110602.16.2003.8.26.0564 - construção e manutenção de 4 unidades da Fundação CASA em SBC – pendente julgamento de REsp e RExt – aguardando extinção da execução.

(v) o impedimento de encarceramento de presos provisórios em delegacias da cidade de São Paulo;

(vi) construção de ala destinada à ocupação por detentas puérperas, durante a fase de amamentação (Proc. nº 0001116-18.2012.8.26.0100 – Ação Procedente – Apelação FESP improvida, porém afastou multa cominatória – obrigação cumprida); fornecimento de meios necessários e adequados para que as detentas da Cadeia Pública de Santa Bárbara D'Oeste possam aleitar seus filhos, desde o parto (Proc. nº 1001468-47.2014.8.26.0533 – sentença extinguiu processo – carência superveniente – ainda sem trânsito em julgado).

ANEXO II RISCOS FISCAIS

(vii) indenização por danos morais a presos, por diversos motivos, com valores milionários, e devastador efeito multiplicador, como por exemplo duas ações civis públicas ajuizadas pela Defensoria Pública, a saber: A) Praia Grande - Proc. nº 1011208-03.2014.8.26.0477 – objeto: indenização por danos morais (R\$ 10.000,00 por preso e R\$ 5.000,00 para familiares de presos) do CDP de Praia Grande. O valor total da verba indenizatória poderá ultrapassar R\$15.000.000,00 (o CDP tinha população carcerária superior a 1000 presos). Sentença de improcedência (Nov/2015), pende de julgamento a apelação da parte contrária; e B) Valparaíso - Proc. n. 0004147-71.2014.8.260651 – idêntico objeto – valor requerido a título de indenização por danos morais equivalente a R\$ 2.500,00 por preso, e R\$ 2.500,00 aos familiares. Sentença de improcedência (Jul/2015), pendendo julgamento apelação parte contrária. Em ambas, houve diminuição do risco fiscal.

(viii) Ação Civil Pública – Proc. nº 0003094-58.2015.8.26.0283 - Vara Distrital de Itirapina – objeto: proibição de revista íntima para visitantes de presos, onde não há instalado scanner corporal. Dano coletivo é de R\$ 1.000.000,00, podendo haver impacto orçamentário na medida em havendo a proibição de revista íntima, pode resultar na necessidade de se instalar scanners corporais. Não é muito se pensarmos no microcosmo de Itirapina, mas é um gasto de vulto se houver a multiplicação da situação no Estado.

4.3. Crise Hídrica

Destaque para Medida Cautelar – Proc. n.º 1000295-36.2015.8.26.0053 – em ação ajuizada pela PROTESTE (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor) em face do Estado de São Paulo, ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) e SABESP – objeto: questiona a implantação de tarifa de contingência em razão de não ter sido precedido de racionamento, conforme previsão em decreto. Liminar parcialmente deferida, para suspender a tarifa de contingência determinada pela Deliberação ARSESP 545. Pedido de Suspensão da Liminar, foi acolhido pelo Pres. Do Tribunal de Justiça. Aguardando julgamento.

4.4. SAÚDE PÚBLICA

Expressivo número de ações ajuizadas por portadores das mais variadas moléstias, pleiteando o fornecimento de medicamentos ou tratamentos, muitos deles de alto custo, importados e não disponibilizados pelo SUS, com liminares concedidas determinando a pronta disponibilização dos medicamentos e tratamentos pleiteados, confirmadas em 2º grau de jurisdição, com grande impacto nas finanças estaduais decorrente do cumprimento dos comandos judiciais.

Somam-se aos valores gastos com a aquisição dos medicamentos, as condenações em multa diária por descumprimento das decisões, o que tem sido muito frequente (exemplo: Proc. nº 0004897-57.2014.8.26.0348 – ação ajuizada por particular cujo objeto é o pagamento de R\$ 1.797.321,53 referente à multa por atraso na entrega de medicamentos), além dos valores sequestrados para levantamento imediato pelos autores das demandas, pelo mesmo motivo.

A região de Ribeirão Preto é a que mais possui demandas dessa natureza – cerca de 40% de todas as ações da Procuradoria Regional de Ribeirão Preto. Destaca-se: 1) Processo n.º 1014679-37.2014.8.26.0506 – 2ª VFP RP - medicamento oncológico, importado, sem registro na ANVISA e de alto custo; 2) - dezenas de ações objetivando internação em clínicas especializadas para tratamento de toxicômanos, sob regime de contenção; 3) dezenas de ações, com efeito multiplicador, requerendo o fornecimento da substância fosfoetanolamina; 4) ação (Proc. nº 0002122-33.2015.4.03.6113) visando restabelecimento convênio da União, via Município, com Hospital Allan Kardek, para prestação de serviços em saúde mental. Já foram bloqueados mais de R\$ 500.000,00 do Estado para manutenção do convênio, e cumprimento da liminar concedida. Estuda-se a possibilidade de acordo. Ainda sem sentença.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

Na região de Bauru (com maior índice de descumprimento), observa-se também mais de 5.000 ações ligadas à área de Saúde Pública, destacando-se: 1) existem ações com pedidos de tratamentos, “homecare” (total de 681 ações); 2) terapia Therasuit ou Pediasuit – alto custo – efeito multiplicador; 3) oxigenoterapia hiperbárica; 4) medicamentos Sofosbuvir e delectavir - hepatite C –alto custo; 5) medicamentos oncológicos.

Na região de Santos, destaca-se a elevada incidência de demandas pleiteando o fornecimento de medicamentos para tratamento de hepatite C - Sofosbuvir e simeprevir (Proc. nº 10278318120148260562 e Proc. nº 10223772320148260562 –) – custo de 12 semanas avaliado em R\$ 338.724,77 – Liminar concedida. Ainda não julgado Agravo de Instrumento interposto. Perigoso efeito multiplicador em relação à Ação Civil Pública – Processo nº 0001733-64.2013.8.26.0157 – Comarca de Cubatão – MP contra Estado e Município – fornecimento de tratamento de habilitação e reabilitação (com psico, fono, t.o., fisio, neuro, orto, pediatria, odonto, pedagogia, assistência social), em prol das pessoas com necessidades especiais residentes em Cubatão – lista de espera da “Casa da Esperança de Cubatão”- Suspensão da Segurança acolhida (extrema abrangência do pedido) – sentença Procedência Parcial (16/06/2015). Pende julgamento apelação da FESP.

Em Araçatuba, além das inúmeras ações pleiteando medicamentos, tratamentos, insumos, etc., há demandas que visam regularizar a prestação dos serviços de saúde na Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba (Proc. nº 0011275-93.2013.8.26.0032 – ainda sem sentença), e ampliação dos serviços oferecidos pelo CAICA (Centro de Atendimento Integral à Criança e Adolescente de Araçatuba) (Proc. nº 0014488-73.2014.8.26.0032 – ainda sem sentença).

Na Comarca de São Carlos e na Capital, mais de 3000 ações foram ajuizadas pleiteando o fornecimento da substância **Fosfoetanolamina**. Embora o custo seja baixo, o impacto orçamentário consiste no efeito multiplicador, com a condenação para entrega da substância (que implica em sua produção em altíssima escala) – há ações ajuizadas em todos os Estados, bem como o pagamento de honorários advocatícios.

Além disso, existem ações civis públicas, propostas tanto pelo Ministério Público Estadual, como pelo Ministério Público Federal e Associações diversas, visando compelir o Estado a fornecer toda sorte de medicamentos que refogem à padronização do SUS, a todos que apresentarem a respectiva prescrição médica (pública ou particular), com impacto imprevisível sobre o Tesouro Estadual, como por exemplo: i) - Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal contra União, Estado e Município de S Paulo – Proc. nº 0020497-34.2009.403.6100 - Objeto: Padronização pelo SUS dos análogos de insulina para todos os diabéticos insulino-dependentes do Estado. E, ainda, Proc. nº 0018915-62.2010.4.03.6100 – pleiteia padronização pelo SUS de análogos de insulina, canetas aplicadoras e agulhas de 5 mm. Ambos ainda não julgadas.; iii) Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal cujo objeto é o fornecimento de medicamento Bevacizumabe (Avastin) a todos os pacientes que dele necessitem, pelo tempo necessário, sempre que houver prescrição médica expedida por médico do SUS. – Proc. 0007404-77.2009.4.03.6108 – Comarca de Taubaté – Sentença Procedente. Apelação fazendária improvida. Interpostos recursos extremos.

Grande impacto revelam as ações ajuizadas por particulares pleiteando o fornecimento de medicamentos de alto custo, importados, sem registro na ANVISA. Normalmente, nesses processos, as decisões que concedem a tutela antecipada determinam o fornecimento do medicamento ou o depósito do valor gasto pelo autor para sua aquisição. O prejuízo ao erário é elevado. São exemplos: Processo nº 1037391-21.2014.8.26.0506 – objeto: fornecimento do medicamento Alemtuzumab 12mg. O custo do tratamento poderá alcançar R\$ 229.000,00 (duzentos e vinte e nove mil reais). Liminar deferida e mantida no TJ/SP. Ainda sem sentença. E, também Processo nº 1014679-37.2014.8.26.0506 – objeto: fornecimento dos medicamentos Revlimid e Kyprolis – ambos importados e sem registro na ANVISA. Liminar deferida para fornecimento do medicamento ou depósito de valor despendido pelo autor para sua aquisição. Interpostos diversos Agravos de Instrumento pela FESP, porém sem efeito suspensivo, ainda sem julgamento definitivo. Até a presente data já foi depositado por volta de R\$ 240.000,00 ao autor, além do custo para aquisição do medicamento já entregue ao autor.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

Destaquem-se, ainda, as seguintes ações:

- Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público – Proc. nº1016429-75.2014.8.26.0053 - Objeto: Levantamento da quantidade de exames de polissonografia não atendidos anualmente, em todo o Estado, e a contratação dos serviços necessários para sua realização, de modo a não existir filas para realização do procedimento. Fase de tentativa de conciliação.
- Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual contra o Estado de São Paulo - Autos nº 0027139-65.2000.8.26.0053 - Objeto: Atendimento integral e especializado a todos os pacientes autistas do Estado. Sentença procedente. Habilitações individuais na ACP com decisões desfavoráveis ao Estado, inclusive com pagamento de multa e entidades (escolas e clínicas) em valores elevados. Realizada audiência pública em Nov/14. Ainda sem decisão definitiva quanto à continuidade da execução da sentença nos autos da ACP. Risco fiscal considerável em razão do amplo atendimento multidisciplinar em escolas e clínicas aos portadores da enfermidade.
- Começam também a se multiplicar ações civis públicas, na generalidade das vezes propostas pelo Ministério Público Estadual, para a contratação de serviços privados de saúde para atendimento da população, sob a justificativa de esgotamento da capacidade operacional do SUS. São exemplos destas ações: em Guaratinguetá, contratação do Hospital Frei Galvão; em Marília, a contratação do Hospital da Universidade de Marília; em Mirandópolis, ação de obrigação de fazer relativa à adequação de NRs quanto ao Hospital Estadual de Mirandópolis, mais indenização por danos morais e multa diária, atualmente superior a R\$ 1.000.000,00; em Bauru, o aumento de investimentos no Hospital de Base e Maternidade Santa Isabel; em Osasco, a reativação do Hospital Dr. Vivaldo; em Franca, Barueri, Mogi das Cruzes e Araçatuba, contratação de leitos particulares de UTI neonatal; em Bauru, Presidente Prudente, Marília e Taubaté, aumento/contratação de leitos hospitalares e de UTI; em Taubaté, Porto Ferreira e São Carlos, dentre outras.
- Também merecem destaque ações civis em que se pleiteia a reativação de unidade médica em hospital do Estado. A título de exemplo, cite-se a ação proposta pelo Ministério Público Estadual, que objetiva a reativação do setor de maternidade de alta complexidade do Hospital Regional de Osasco ou a capacitação de outro hospital na cidade para a realização desta especialidade. Do mesmo modo, ações para compelir o Estado a criar novos leitos hospitalares e de UTI, como ocorre na Ação Civil Pública, Proc. nº 008628-33.2011.8.26.0053, ajuizada pela Defensoria Pública, ainda em fase de instrução.
- Ações (dezenas) ajuizadas pela Defensoria Pública e Ministério Público – objeto: internação em clínicas especializadas para tratamento de toxicômanos, sob regime de contenção, sob pena de multa. Exemplos: Ação Civil Pública – Proc. nº 1026868-48.2014.8.26.0053 – ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo – objeto: anular contrato de gestão celebrado entre a Secretaria da Saúde e a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, que visa implementação do Programa Recomeço (instituído pelo Decreto Estadual nº 59.164, de 09/05/201) para tratamento de dependentes químicos na região central do Município de São Paulo (Cracolândia). Liminar deferida (suspendeu a eficácia do contrato em questão, obstando qualquer repasse de valores à Associação supra). Elaborado pedido de Suspensão da Execução da Liminar, este foi acolhido pelo Presidente do TJ/SP. Em fase de instrução.

4.5. TRANSPORTES

4.5.1. PEDÁGIOS – ações destacadas referentes à cobrança de pedágio:

- Ação de rito Ordinário, com pedido de tutela antecipada – Proc. nº 1016984-92.2014.8.26.0053 – ajuizada pelos Consórcios Intervias, Anhanguera e Internote de Transportes em face do Estado de São Paulo e EMTU/SP – objeto: reajuste da tarifa no percentual de 9.8% desde 15/01/2014 dos contratos celebrados, relativo às licitações 01, 02 e 03/2005, bem como a dispensa de recolhimento/compensação da parcela A. Tutela antecipada indeferida. Em fase de apresentação de contestação.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

- Ação Civil Pública – Proc. nº 0022696-22.2010.8.26.0053 – objeto: declaração da ilegalidade da cobrança de pedágio nas pistas expressas da Rodovia Castello Branco, cujas praças de pedágio se localizam no km 18 sentido interior, e km 20 sentido cidade de SP (em razão do disposto na Lei nº 2481/53) e dispensa de recolhimento de pedágio na praça instalada no Município de Caiua (Rodovia Raposo Tavares) para veículos emplacados nas cidades de Presidente Epitácio e Caiua, respectivamente. Ainda sem julgamento em primeiro grau.

4.6. AMBIENTAL

4.6.1. Indenizações e Outras

- Ação de Indenização ajuizada por – MANIKRAFT GUAIANAZES CELULOSE E PAPEL LTDA. x DAEE – Proc. nº 0006252-74.2011.8.26.0053 - objeto: ressarcimento de todas as adequações feitas no parque industrial nestas três décadas e que não constavam no laudo pericial homologado na desapropriação. A pretensão econômica da causa é da ordem de R\$ 42.369.802,68. O caso envolve uma antiga desapropriação movida pelo DAEE em 1975, sendo que a imissão na posse demorou quase trinta anos para ser efetivada. Sentença de improcedência. Interposta apelação, provida em parte, apenas para alterar o valor dos honorários advocatícios. Interpostos ED pela autora, foram rejeitados. Inadmitidos REsp e RExt da autora. Ainda sem trânsito em julgado.

- Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria Pública – Proc. nº 0035539-14.2013.8.26.0053 – objeto: anulação de licitação para alienação de 60 (sessenta) imóveis situados na região do Brooklin, na Capital. Relevância: valor inerente à venda de cada imóvel, que representam aporte à Companhia Paulista de Parcerias – CPP (concretização dos projetos de parceria público-privada do Governo do Estado - investimentos ultrapassam 51 bilhões de reais). Eventual procedência do pedido acarretaria o reconhecimento jurídico do direito dos ocupantes à concessão de uso especial para fins de moradia nos próprios estaduais em comento. Essa situação causa preocupação na medida em que este caso poderia ser usado como precedente para inúmeras e vindouras demandas pleiteando o reconhecimento deste instituto, inclusive em caráter coletivo (como ocorre nesta ação). Antecipação de tutela suspensa até o trânsito em julgado do caso, junto ao TJ e as licitações puderam e podem continuar a prosseguir. No entanto, na ação civil pública, o pedido foi julgado procedente, tendo sido dado provimento parcial à Apelação fazendária, apenas para exclusão da condenação em honorários. Pende julgamento Embargos de Declaração da FESP.

- Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público contra SABESP, FESP, Município de São Paulo, BM&F BOVESPAS/A e BID (Proc. nº 0046282-20.2012.8.26.0053) - objeto: cessação do lançamento de esgotos sanitários in natura diretamente nos cursos d'água da Capital, e a universalização da coleta, transporte, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários da Capital. Com relação à FESP, foi pedido especificamente o pagamento solidário de indenização pelos danos aos recursos hídricos do Estado, no valor de R\$ 11.516.341.226,94. Tutela antecipada denegada e ação julgada improcedente. Pende processamento e julgamento do recurso de apelação ministerial. Nov/15 – entrada da Apelação no TJ em 01/06/2015.

- Ação de rito ordinário – Proc. nº 0000054-65.2013.826.0048 – Comarca de Atibaia – objeto: reparação de danos contra o DAEE, por falha no gerenciamento do Sistema Cantareira e inundação do Rio Atibaia, com pedido de indenização em R\$ 9.710.781,49. Risco de efeito multiplicador. Em fase de produção de prova pericial, ofertados quesitos e indicados assistentes técnicos.

- Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal – Proc. nº 0001846-94.2013.4.03.6105 – Justiça Federal de Campinas – objeto: questiona a decisão da Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo, atinente ao cumprimento de TCCA e disponibilização de vultosos recursos (aproximadamente R\$ 6.410.000,00) a título de reparação/compensação ambiental em virtude de empreendimento realizado pela PETROBRAS. Liminar deferida para suspender a utilização da verba da compensação ambiental até decisão em contrário. A ação foi julgada procedente e houve

ANEXO II RISCOS FISCAIS

apelo da FESP, a princípio recebido apenas no efeito devolutivo, no entanto, mediante a interposição de agravo de instrumento, o TRF concedeu o efeito suspensivo, razão pela qual, aguarda-se julgamento do apelo.

- Ação Popular Ambiental ajuizada por Paulo Roberto Athaliba e outros – Proc. nº 0000050-40.2010.4.03.6116 – Justiça Federal de Assis – objeto: anulação de ato administrativo lesivo ao meio ambiente - desapropriação de imóvel localizado no Município de Florínea para a construção de unidade prisional, que provocará significativos impactos ambientais, com lesividade ao meio ambiente (proximidade da obra com o Rio Paranapanema - último grande rio do Estado de São Paulo ainda não poluído). Houve concessão de liminar para suspender os efeitos do licenciamento estadual referente à construção, bem como o início das obras. Sentença de procedência, com fixação de multa diária no valor de R\$ 300.000,00 em caso de descumprimento (não construir presídio). Houve recurso de apelação e pedido suspensão da liminar. O pedido foi apreciado pelo STJ e indeferido. Pende apreciação recurso extraordinário FESP. Consigne-se que já foi realizada mais de 11% da obra com a empresa contratada e que o STF, em decisão publicada em 07 de agosto de 2013, suspendeu os efeitos da liminar a permitir o prosseguimento das obras, até o trânsito em julgado da decisão.

- Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF e Defensoria Pública Estadual – objeto: impugnação do programa de reassentamento de diversas comunidades afetadas pelo Trecho Norte do Rodoanel, questionando inclusive os valores das indenizações, critérios de indenização pelo solo, e postulando o bloqueio de repasse de recursos, cujo impacto não foi estimado, mas, caso procedente, poderá inviabilizar a obra. Até a presente data, não houve citação nem concessão de liminar, tendo sido realizadas duas audiências para tentativa de conciliação.

- Ações propostas por empresas privadas prestadoras de serviços públicos (fornecimento de água, esgoto, eletricidade, serviços de telefonia e comunicação, Internet, etc.) que movem ações em face do DER e/ou da ARTESP para tentar afastar a cobrança pela utilização das faixas de domínio de rodovias para colocação de postes, fiação, canos, dutos, etc. Como exemplo, citamos a Ação Declaratória e Condenatória proposta pela Telefônica S/A em face da ARTESP e das concessionárias de rodovias estaduais, em que se pleiteia afastar a cobrança pela utilização das faixas de domínio das rodovias sob supervisão administrativa e regulatória da ARTESP (Proc. nº 0011341-88.2005.8.26.0053. O TJ, em recurso de Apelação, determinou que não pode ser exigido o pagamento de valores em razão da utilização das faixas de domínio e não pode ser exigido que conste nos Termos de Permissão de Uso a expressa anuência ao pagamento em questão. A decisão, caso não seja revertida, poderá afetar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão. A ARTESP interpôs Recursos Especial e Extraordinário, que aguardam processamento. Alto risco financeiro para o DER, na medida em que esta é uma das principais fontes de receita da Autarquia, além de se considerar o efeito multiplicador aliado à resistência dos Tribunais em acolher as teses fazendárias.

- Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público – Proc. n. 0000936-51.2013.8.26.0040 – Comarca de Araraquara (Foro Distrital de Américo Brasiliense) – objeto: duplicação da Rodovia Estadual SP 255, trecho entre Rincão e Américo Brasiliense – Tutela antecipada indeferida em primeiro grau e mantida no TJ. Em fase de instrução.

GRUPO II

Como já anteriormente consignado neste documento, no segundo grupo de demandas submetidas à Área do Contencioso Geral encontram-se as ações que poderão acarretar passivos EXCLUSIVAMENTE submetidos ao regime constitucional de pagamento de PRECATÓRIOS ou, quando se tratar de dívida de pequeno valor, ao regime de pagamento das OPV's. Assim, salvo os débitos que pelo baixo valor estão submetidos ao regime das OPV's, o impacto orçamentário decorrente dessas ações é previsível e, portanto, o risco é reduzido e diferido no tempo. Apesar disso, o significativo valor envolvido justifica que se mencionem os seguintes processos:

ANEXO II RISCOS FISCAIS

5. DESAPROPRIAÇÕES

5.1. Desapropriações Indiretas

Existem 22 ações em que se discutem valores fixados em sentenças passadas em julgado (por meio de ações rescisórias, embargos à execução e ações declaratórias), cujo montante atinge o valor aproximado superior a R\$ 3 bilhões. Anotamos que existem outras ações (aproximadamente 20 demandas), cujos valores não são conhecidos no momento, porque a exigibilidade de tais valores encontra-se suspensa por força de antecipações de tutela obtidas pela PGE perante o TJ e/ou o STJ. Alerta-se para recente demanda ajuizada perante a Comarca de Porto Feliz, com valor pleiteado no importe de R\$ 5.000.000,00. E ação discriminatória do 9º perímtero de Sorocaba (ainda em fase de citação), com mais de 1000 réus.

- Ação de desapropriação indireta movida por Sérgio Saccab, na 1ª Vara Cível da Comarca de Cabreúva – Proc. nº 0002849-22.2014.8.26.0238 - fase de instrução, o perito judicial fixou o valor da indenização em desfavor da Fazenda do Estado em, aproximadamente, cento e vinte milhões de reais. Sentença improcedente, mantida no TJ. Pende julgamento REsp e RExt dos autores. Estimativa de valor: R\$ 150.000.000,00.

- A ação ajuizada pela empresa Agro Pastoral e Mineração Pirambeiras Ltda. (Proc. nº 0003857-29.2009.8.26.0361), onde foi proferida sentença que fixou como devida pelo Estado a diferença de R\$ 1.071.207.592,80, em outubro de 2008. Em Apelação, o Estado conseguiu reduzir o valor da indenização para R\$ 506.591.278,04, válido para dezembro de 2013. Ainda há Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelo Estado e pendentes de envio aos Tribunais Superiores.

- Ação de Desapropriação Indireta (Proc. nº 0420637-26.1992.8.26.0053) e ACP para restauração (Proc. nº 0041661-82.2009.8.26.0053) relativa ao Casarão na Av. Paulista, 1919. No final de 2012 transitou em julgado a ação de desapropriação indireta que condenou o Estado ao pagamento de vultosa indenização, com consequente aquisição do domínio do imóvel. O precatório soma hoje valor superior a R\$ 118 milhões. O pagamento do precatório foi suspenso em 1999 para aguardar o trânsito em julgado. Ainda pende de julgamento Recurso Especial interposto pela FESP.

5.2. Desapropriações Diretas

- Ação de Desapropriação Direta – indenização pelo impedimento de lavra de calcário – risco de efeito multiplicador - Proc. nº 1029794-02.2014.8.26.0053 - Mineradora Depetris – objeto: indenização pelo impedimento da lavra de calcário inserida no PETAR - somente o valor do minério alcançaria R\$ 118.268.443,61, além de juros compensatórios desde fev/2001, elevando o valor em R\$ 488.275.392,31. Assim, o total discutido gira em torno de R\$ 606.543.835,92. Convém notar que no interior do PETAR existem outras áreas de mineração inativas, pois o plano de manejo ainda não foi aprovado, razão pela qual pode haver multiplicação de demandas semelhantes, pois o Plano de Manejo lista 57 concessões de lavra na área, sendo que 80% estão inativas (ou seja, estima-se que podem ocorrer mais 44 casos similares). O risco de multiplicação depende do resultado do Plano de Manejo (se admitir ou não a atividade de lavra no interior da unidade de conservação). Exceção de Competência acolhida – feito será redistribuído à Comarca de Eldorado. Fase de instrução.

- Ação de Desapropriação Direta – Proc. nº 0011891-52.2008.8.26.0482 – objeto: desapropriação do prédio do antigo Hospital Universitário - HU de Presidente Prudente - Estima-se que o valor do bem pode aproximar-se de R\$ 200.000.000,00.

- Ações de Desapropriações envolvendo o RODOANEL TRECHO NORTE - constatação de que, em praticamente todos os casos, os valores da oferta estão sendo superados por avaliações cujos montantes são notoriamente superiores (em média, de três a quatro vezes o valor ofertado pelo DER, mas há diversos casos em que a diferença de valores chega a ser mais de dez vezes superior ao valor da oferta). Prova disso é a informação de que, em setembro/2014, os valores das avaliações prévias em todos os casos até então ajuizados superavam em aproximadamente R\$1.000.000.000,00 os valores das ofertas. Dessa

ANEXO II RISCOS FISCAIS

forma, todas as desapropriações do Rodoanel Trecho Norte, especialmente quando vistas em conjunto, representam risco orçamentário pelos altos valores envolvidos.

- Ação de Desapropriação – Proc. nº 0004824-28.2009.8.26.0053 E ACP - Proc. nº 0015933-34.2012.8.26.0053 (Rua do Gasômetro, 100) - Desapropriação de imóvel contaminado. Enquanto o valor do imóvel era estimado em R\$ 18.000.000,00, o valor já gasto com a descontaminação supera R\$ 20.000.000,00. Há alto risco de insucesso na ação civil pública e a responsabilidade por toda a descontaminação recairá sobre o Estado. A despesa com esta descontaminação é inestimável.

- Ação de Desapropriação Direta – Proc. nº 0042477-59.2012.8.26.0053 – AMPLIAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO (BUMARUF)
- Imóvel inicialmente avaliado em R\$ 4.000.000,00, tendo a perícia o avaliado em R\$ 30.000.000,00. Há chance de insucesso na demanda.

6. INDENIZAÇÕES E OUTRAS

- Ação ordinária de cobrança ajuizada por José João Abdala Filho - Proc. nº 0005807-10.2003.4.03.6100. Sentença julgou procedente a ação, condenando os réus a pagarem a vultosa quantia aproximadamente 1 bilhão e trezentos milhões de reais. Ambas as partes interpuseram recurso de apelação. O autor recorreu pugnando pela condenação dos réus em verbas honorários sucumbenciais. Em NOV/15 – acórdão (18/09/2015) – provimento da apelação fazendária, para reformar sentença e extinguir o processo, ante a ilegitimidade ativa de parte, coisa julgada e a prescrição. Embargos Infringentes do autor ainda pendem de julgamento. Ainda sem trânsito em julgado

- Ação de Retrocessão (Proc. nº 0921548-98.1980.8.26.0053) ajuizada por Dario de Abreu Pereira e outros em face do Estado, sob o fundamento de que parte da área desapropriada para construção da Escola Estadual da Vila Madalena, não teve a destinação atribuída pelo Decreto 37.813/60. O pedido foi julgado parcialmente procedente, para condenar o Estado à devolução do imóvel, mediante a restituição dos valores pagos nos autos da ação de desapropriação pelos requerentes ou ao pagamento da diferença entre os valores pagos pela Fazenda na ação expropriatória e o valor de mercado do imóvel. A sentença transitou em julgado e, em fase de execução, a Fazenda optou pela devolução do imóvel aos autores, mediante a restituição das quantias pagas nos autos da ação de desapropriação. A planilha de cálculo do contador credenciado da FESP (30/08/2015) no caso de devolução da área, o valor a ser reembolsado pela FESP foi apurado em R\$ 3.761.027,49; e no caso de se optar pela segunda alternativa, o montante devido é de R\$ 1.677.341,84, podendo ser reduzido de 50%, em havendo acordo com os expropriados

7. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Ações ajuizadas por concessionárias de serviços públicos que merecem destaque:

- AÇÕES REAJUSTE TARIFAS DE PEDÁGIO: Ações movidas por Concessionárias de Serviços Rodoviários, insurgindo-se contra os índices autorizados pela ARTESP para reajuste de tarifas de pedágio em 2014 (ARTESP efetuou reequilíbrio do contrato, com desconto dos valores percebidos pelas Concessionárias decorrentes do abatimento de 50% do desconto de outorga do ônus variável e de novo marco regulatório que autorizou as Concessionárias a passarem a cobrar por todos os eixos, inclusive os suspensos, dos veículos comerciais). Valor estimado de R\$ 120.000.000,00. Sentença improcedente, confirmada pelo TJ – ainda no prazo para interposição de recursos extremos da autora (Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S/A – Intervias). (Proc. nº 0103692-40.2008.8.26.0000 e Proc. nº 1027688-67.2014.8.26.0053).

- Ações pretendem reequilíbrio econômico em razão da não cobrança dos eixos suspensos nos pedágios paulistas. Autovias Sistemas Rodoviários S.A e Outros (ARESP 438.336 - Nov/15 – transitou em julgado em 15/09/2015 – a favor da FESP e ARESP 154888 – out/15 – a favor da FESP - ainda sem trânsito em julgado). Julgadas improcedentes, porém, decisões

ANEXO II RISCOS FISCAIS

reformadas em grau de recurso. No STJ foi dado provimento ao recurso da Artesp (ainda sem trânsito em julgado), que baixou significativamente o risco fiscal em relação ao ano anterior. O cálculo estimado pela ARTESP seria de ressarcimento do valor entre R\$ 5.000.000.000 a 13.000.000.000 (5 a 13 bilhões) de reais às concessionárias.

- Ação proposta por concessionária do sistema rodoviário Castello Branco-Raposo Tavares (Proc. nº 0103692-40.2008.8.26.0000) – objeto: restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão (“fuga” de automóveis pelo Rodoanel Mário Covas - evitar pedágio). A ação foi julgada procedente em primeiro grau (valor da condenação que ultrapassaria a cifra de R\$ 665.000.000,00), sendo reformada integralmente pelo TJ, que decidiu pela total improcedência. Dado provimento ao recurso especial da autora, por ora apenas para que os autos retornem ao TJ para novo julgamento do recurso de embargos de declaração opostos pela Concessionária.

- Ação rescisória proposta pelo Estado contra a “TRATEX” - Proc. nº 2210507-80.2015.8.26.0000 – 3ª Câmara de Direito Público - liminar deferida – fase de citação. Objeto: desconstituição de sentença proferida em liquidação de ação de cobrança de indenização por atrasos nos pagamentos decorrentes de serviços prestados (Proc. n.º 994.04.054053-2). A ação foi julgada improcedente no TJ. Houve interposição de Recurso Especial pela Fazenda, não conhecido. Interpostos embargos declaratórios, foram eles rejeitados. Interpostos embargos de divergência, não foram conhecidos por maioria de votos. Interposto Recurso Extraordinário, não foi admitido por ausência de repercussão geral. Com isso, transitou em julgado, em 14/02/2014, decisão contrária à Fazenda, mantendo em vigor a sentença que se pretendia rescindir, o que implicará no pagamento de cerca de R\$ 2 bilhões.

- Ação proposta por construtora (Aragon Engenharia Viária Ltda.) – objeto: rescisão unilateral de contratos com o DER, destruiu estrutura econômico-operacional, levando-a ao encerramento de suas atividades (em 1980), acarretando prejuízo residual. Há sentença condenatória transitada em julgado contra o DER, pendendo de definição quanto ao valor devido. A sentença proferida na liquidação fixou o valor da indenização em R\$ 568.560.661,18 (junho/95), tendo sido reduzida pelo TJ para R\$ 11.836.148,58 (fev/04). Foi aplicado o teor da Súmula 7/STJ no julgamento do RESP e o processo encontra-se em fase de julgamento de embargos de declaração opostos. A condenação ultrapassa 1,5 bilhão de reais, sendo que o risco fiscal foi reduzido em relação ao ano anterior (Resp. 1312526). NOV/15 – ainda pende julgamento STJ

- Ação de cobrança proposta pela Construtora Camargo Correa S.A. – objeto: inadimplemento contratual referente à construção do Parque Villa Lobos. Sentença procedente, mantida em quase todos os seus termos, com exceção da correção monetária (incidência da Lei 11.960/2009), condenando o Estado a pagar o valor corrigido do laudo pericial (aprox. R\$ 25.000.000,00). Recurso Especial sobrestado (Proc. n.º 0026293-95.2009.8.26.0000/50000).

- Ação ajuizada por Transtécnica Construções e Comércio Ltda x DER – objeto: pagamento de juros e correção monetária de medições não pagas ou pagas em atraso, e expurgos (Proc. nº 0006378-08.2003.8.26.0053). Sentença procedente. Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados (Edecl 9284411-58.2008.8.26.0000). Mantida a decisão, o valor do débito será de aprox. R\$ 30.000.000,00. Interposto recurso especial, cujo seguimento foi negado, ensejando agravo em processamento.

- Ação ordinária movida por Construtora Sanches Tripoloni Ltda em face do DER (Proc. nº 0028189-92.2001.8.26.0053 - 4ª Vara da Capital) - ação de cobrança referente ao contrato nº 9.073-6. Valor em execução: R\$ 43.858.710,42 em março/2015. Apresentados Embargos à Execução pela FESP.

- Ação de indenização movida pelo Consórcio J. Malucelli Construtora de Obras Ltda/Vega Sopave S/A e outros em face do DER (Proc. nº 0006261-17.2003.8.26.0053) – execução de contrato administrativo. Valor em execução: R\$ 66.429.543,56 em março/2013.

Em relação à área do CONTECIOSO TRIBUTÁRIO-FISCAL, há que se observar algumas discussões quanto à incidência dos juros de mora aplicados pelo Estado de São Paulo, nos parâmetros da Lei estadual nº 13.918/2009.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

O debate travado diz respeito à preservação da competência própria do ente tributante para disciplinar a taxa de juros aplicável a débitos fiscais não adimplidos no prazo previsto na legislação. Interpretação contrária aos nossos argumentos vem sendo dada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em larga escala. O Órgão Especial paulista entendeu pela inconstitucionalidade da lei estadual, fixando como limites de sua aplicação a taxa de juros de mora aplicada pela União. Pendente decisão dos Tribunais Superiores.

Destacamos ainda, os valores decorrentes do contrato de financiamento da dívida da Viação Aérea São Paulo S.A - VASP, firmado com o Tesouro Nacional, no qual o Estado de São Paulo figura como fiador.

Visando ressarcir-se do prejuízo sofrido com as referidas retenções de parcelas do Fundo de Participação dos Estados, a Fazenda do Estado de São Paulo propôs em face da VASP – Viação Aérea de São Paulo S/A – Massa Falida, as seguintes execuções fiscais:

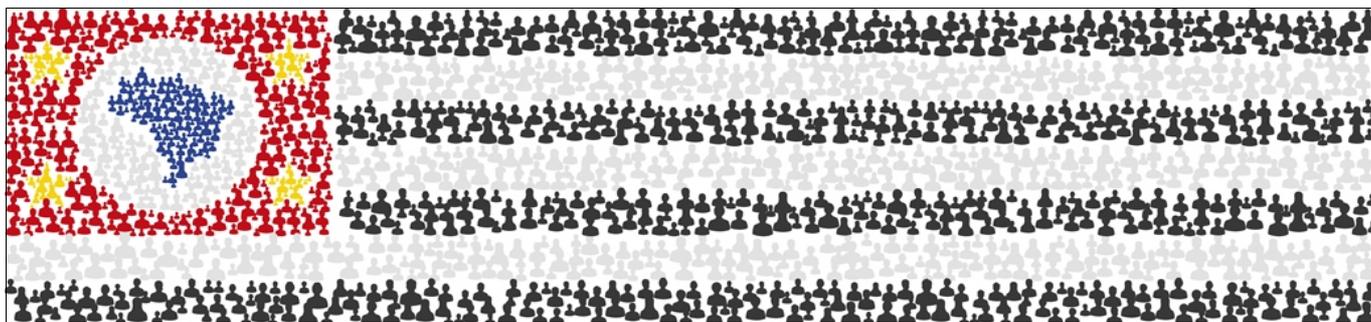
- CDA 202.262/Execução Fiscal nº 0202262-03.0000.8.26.0014 – VEFE/SP, inscrita em 25/03/1998, valor R\$ 40.658.060,90. Foram oferecidos embargos à execução (Proc. nº 5000042-34.2014.8.26.0014), julgados improcedentes, tendo sido interposto recurso de apelação pela Massa Falida da VASP. Em 21/02/2015 os autos foram remetidos ao E. Tribunal de Justiça;
- CDA 202.263/Execução Fiscal nº 0202263-85.0000.8.26.0014 – VEFE/SP, inscrita em 25/03/1998, valor R\$ 37.280.110,31. Oferecidos embargos à execução (Proc. nº 5000041-49.2014.8.26.0014), julgados improcedentes, tendo sido interposto recurso de apelação pela Massa Falida da VASP. Em 22/01/2014, os autos foram apensados aos autos do Proc. nº 5000042-34.2014.8.26.0014 - Embargos à Execução Fiscal. Em 21/02/2015 os autos foram remetidos ao E. Tribunal de Justiça;
- CDA 202.264/Execução Fiscal nº 0202264-70.0000.8.26.0014 – VEFE/SP, inscrita em 25/03/1998, valor R\$ 41.049.792,63. Oferecidos embargos à execução e pedido de restauração dos autos. Em 28/10/2014 foi julgado procedente o pedido de restauração dos autos da execução fiscal. Referida decisão transitou em julgado. Em 17/02/2016, foi deferida a penhora no rosto dos autos da falência. A embargante também solicitou a restauração dos autos dos embargos à execução nº 0129439-80.2008.8.26.0100, que foram julgados procedentes em 28/04/2015;
- CDA 218.826/Execução Fiscal nº 0218826-57.0000.8.26.0014 – VEFE/SP, inscrita em 02/03/2004, valor R\$ 37.844,70. Em 02/09/2013 foi realizada penhora no rosto dos autos da ação falimentar nº 583.00.2005.070715-0, da 1ª Vara de Falências/SP, e intimado o administrador judicial Dr. Alexandre Tajra. Em 08/10/2014 foi proferida decisão suspendendo o processo até pagamento do crédito penhorado, extinção da ação falimentar ou provocação das partes;
- CDA 938.121/Execução Fiscal nº 0938121-39.0000.8.26.0014 – VEFE/SP, inscrita em 04/08/1998, valor R\$ 287.127,04. Em 12/08/2013 foi reconhecida a prescrição intercorrente. Apelação da Fazenda em 14/01/2014. Os autos foram remetidos em 20/01/2015 e recebidos no TJ em 08/10/2015;
- CDA 1000114588/Execução Fiscal nº 0501922-64.0089.8.26.0014 – VEFE/SP, inscrita em 26/05/2008, valor R\$ 144.738.758,80. Em 27/11/2013 foi rejeitada a exceção de pré-executividade e determinada à FESP a apresentação do cálculo do débito para expedição de mandado de penhora no rosto dos autos falimentares. Realizada a penhora no rosto dos autos da ação falimentar em 16/01/2015, com intimação do administrador judicial Dr. Alexandre Tajra. Em 17/08/2015 foi proferida decisão suspendendo o processo até pagamento do crédito penhorado, extinção da ação falimentar ou provocação das partes;
- CDA 1002448572/Execução Fiscal nº 0529129-38.0089.8.26.0014 – VEFE/SP, inscrita em 01/07/2009, valor R\$ 207.064,00. Execução fiscal envolvendo débito constituído pelo PROCON. Realizada penhora no rosto dos autos da ação falimentar em 09/05/2014 com intimação do administrador judicial Dr. Alexandre Tajra. Em 20/01/2015 proferida decisão suspendendo o processo até pagamento do crédito penhorado, extinção da ação falimentar ou provocação das partes.

Necessário acrescentar as contrárias decisões judiciais que invalidam a cobrança de ICMS nas importações de mercadorias por não contribuinte, mesmo após a edição da EC 33/01 e da LC 114/02, dado que a legislação estadual, editada entre as

ANEXO II RISCOS FISCAIS

datas de promulgação destes diplomas, não obedeceu regularmente ao chamado fluxo de positivação, por revelarem possíveis prejuízos pecuniários.

A prevalecer a atual orientação do Supremo Tribunal Federal, o Estado estaria, há doze anos, cobrando indevidamente o ICMS nesta hipótese de importação de bens.



ANEXO III METAS E PRIORIDADES

Programa: 0150 - PROCESSO LEGISLATIVO**Finalístico**

Órgão: 01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PROJETOS APRESENTADOS. (unidade)	28.665
TAXA ANUAL DE PROJETOS DELIBERADOS (%)	55,59
TAXA DE EVOLUÇÃO ANUAL DE PROJETOS APRESENTADOS (%)	159,44

Produto: EQUIPAMENTOS EM REDE E SISTEMAS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
EQUIPAMENTOS EM REDE E SISTEMAS (unidade)	13.040
	Ação
5701 - GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	orçamentária

Produto: EVENTOS REALIZADOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
EVENTOS REALIZADOS (unidade)	20
	Ação
1343 - ESTUDOS E PESQUISAS PARA SUBSIDIAR ATIVIDADES POLÍTICAS	orçamentária

Produto: FUNCIONÁRIOS PARTICIPANTES DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
FUNCIONÁRIOS PARTICIPANTES (unidade)	600
	Ação
4818 - DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	orçamentária

Produto: HORAS TRANSMITIDAS PELA TV ASSEMBLÉIA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
HORAS DE TRANSMISSÃO DA TV ASSEMBLEIA. (unidade)	8.760
	Ação
4508 - DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS	orçamentária

Produto: LEGISLATIVOS INTEGRADOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
LEGISLATIVOS INTEGRADOS (unidade)	60
	Ação
1322 - INTEGRAÇÃO DO LEGISLATIVO	orçamentária

Produto: OBRAS, ADAPTAÇÕES E/OU REFORMAS NO PALÁCIO 9 DE JULHO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
OBRAS E/OU ADAPTAÇÕES REALIZADAS (unidade)	8
	Ação
1215 - EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PALÁCIO 9 DE JULHO	orçamentária

Produto: PROCESSOS INFORMATIZADOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PROCESSOS INFORMATIZADOS (unidade)	144
	Ação
4820 - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	orçamentária

Produto: SESSÕES LEGISLATIVAS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
SESSÕES LEGISLATIVAS REALIZADAS. (unidade)	305
	Ação
4817 - FUNCIONAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO	orçamentária

Programa: 0200 - CONTROLE EXTERNO**Finalístico**

Órgão: 02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE PROCESSOS IRREGULARES (%)	15

Produto: PROCESSOS JULGADOS	
Finalístico	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PROCESSOS JULGADOS (unidade)	8.570

4821 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	Ação
	orçamentária

Programa: 0303 - PROCESSO JUDICIÁRIO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**Finalístico**

Órgão: 03000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
DEMANDA PROCESSUAL (%)	70,6
TAXA ANUAL DE JULGAMENTO DE AÇÕES EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR (%)	98,5

Produto: CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
CONCILIAÇÕES E MEDIAÇÕES REALIZADAS (unidade)	612.240
	Ação
6192 - SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITOS	orçamentária

Produto: CONSTRUÇÃO, REFORMAS E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
CONSTRUÇÃO, REFORMAS E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS (unidade)	4
	Ação
1941 - INFRAESTRUTURA DE PRÉDIOS JUDICIAIS	orçamentária

Produto: CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS (unidade)	136.997
	Ação
2303 - JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	orçamentária

Produto: CURSOS, TREINAMENTOS E PALESTRAS*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
ALUNOS CONCLUINTES (unidade)	18.000
	Ação
4822 - FUNCIONAMENTO DA ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA	orçamentária

Produto: SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO PRIMEIRO E SEGUNDO GRAU*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
AÇÕES JULGADAS (unidade)	4.588.188
	Ação
4826 - DISTRIBUIÇÃO DA JUSTIÇA	orçamentária

Produto: UNIDADES ATENDIDAS PELOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
UNIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS INFORMATIZADAS (unidade)	2.597
	Ação
4827 - DESENVOLVIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	orçamentária

Programa: 0600 - PROCESSO JUDICIÁRIO MILITAR**Finalístico**

Órgão: 06000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE JULGAMENTO DE AÇÕES (%)	100

Produto: AÇÕES JULGADAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
AÇÕES JULGADAS (unidade)	3.692
	Ação
4832 - DISTRIBUIÇÃO DE JUSTIÇA MILITAR	orçamentária

Produto: MATÉRIAS VEICULADAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
MATÉRIAS VEICULADAS (unidade)	6
	Ação
6134 - COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	orçamentária

Produto: SISTEMA INFORMATIZADO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
SISTEMA INFORMATIZADO IMPLANTADO (unidade)	1
	Ação
2096 - IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO VIRTUAL	orçamentária

Programa: 0800 - GESTÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA**Finalístico**

Órgão: 08000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
IDESP – INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: ANOS FINAIS (unidade)	2,7
IDESP – INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: ANOS INICIAIS (unidade)	5,46
IDESP – INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: ENSINO MÉDIO (unidade)	2,03

Produto: ATENDIMENTO A JOVENS E ADULTOS, INCLUINDO POPULAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	
Finalístico	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MATRÍCULAS DE EJA NA REDE ESTADUAL (EF E EM) E EM CEJAS (CENTROS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS), INCLUINDO SISTEMA PENITENCIÁRIO (unidade)	228.000
	Ação
5745 - ATENDIMENTO A JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA - EJA	orçamentária

Produto: ATENDIMENTO GARANTIDO A ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E PÚBLICOS ESPECÍFICOS	
Finalístico	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE ESTADUAL E EM ESCOLAS PARCEIRAS (unidade)	77.500
	Ação
5156 - ATEND. ESPECIALIZADO A ALUNOS DA EDUC. BÁSICA E INCLUSÃO DE PÚBLICOS ESPECÍFICOS	orçamentária

Produto: ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE ENRIQUECIMENTO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
Finalístico	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ALUNOS PARTICIPANTES EM PROJETOS DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (unidade)	1.500.000
	Ação
6169 - PROVISÃO DE RECURSOS PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS COMPLEMENTARES	orçamentária

Produto: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DISPONIBILIZADA AOS ALUNOS	
Finalístico	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CURSOS OFERECIDOS PELA EVESP (unidade)	6
	Ação
6203 - INICIATIVAS PEDAGÓGICAS MEDIADAS POR TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	orçamentária

Produto: EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL OFERECIDA AOS ALUNOS	
Finalístico	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ESCOLAS QUE POSSUEM JORNADA DE 07 HORAS OU MAIS (unidade)	1.147
	Ação
6136 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	orçamentária

Produto: ENSINO DE IDIOMAS OFERECIDO AOS ALUNOS	
Finalístico	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MATRÍCULAS NOS CEL'S (EF E EM DA REDE ESTADUAL) (unidade)	66.000
	Ação
5998 - CENTROS DE ESTUDOS DE LÍNGUAS - CEL'S	orçamentária

Produto: ENSINO FUNDAMENTAL OFERECIDO AOS ALUNOS	
Finalístico	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL (unidade)	1.833.000
	Ação
5160 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-SERVIDORES-FUNDEB	orçamentária
5161 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO ENS. FUNDAMENTAL-PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO-FUNDEB	orçamentária

Produto: ENSINO MÉDIO OFERECIDO AOS ALUNOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL (unidade)	1.517.000
	Ação
5757 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO ENSINO MÉDIO-PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO-FUNDEB	orçamentária
5759 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO ENSINO MÉDIO-SERVIDORES-FUNDEB	orçamentária
Produto: INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS PELO PROGRAMA LER E ESCREVER (unidade)	1.600.000
	Ação
5743 - LER E ESCREVER	orçamentária
Produto: MATERIAIS E RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS DISPONIBILIZADOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE ESCOLAS QUE RECEBERAM O CADERNO DO ALUNO NO 1º MÊS DE AULA DO SEMESTRE (%)	100
	Ação
6168 - PROVISÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE APOIO PEDAGÓGICO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	orçamentária
Produto: MATERIAIS E RECURSOS TECNOLÓGICOS DE USO PEDAGÓGICO	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ACESSOS À PLATAFORMA CURRÍCULO MAIS (unidade)	2.000.000
	Ação
6208 - CURRÍCULO+ E ACESSA ESCOLA	orçamentária
Produto: REDE ESTADUAL REGULARMENTE AVALIADA E MONITORADA	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE ALUNOS QUE REALIZARAM A PROVA DO SARESP NO TOTAL DAS SÉRIES EM QUE SE REALIZARAM AS PROVAS NA REDE ESTADUAL (%)	88
	Ação
6177 - AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL PAULISTA	orçamentária

Programa: 0805 - PARCERIAS ESCOLA, COMUNIDADE E SOCIEDADE CIVIL**Finalístico**

Órgão: 08000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE ESCOLAS COM AÇÕES DO PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA NO TOTAL DE ESCOLAS DA REDE ESTADUAL (%)	35

Produto: ESCOLA ABERTA À COMUNIDADE*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ESCOLAS COM AÇÕES DO PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA (unidade)	1.800
	Ação
5146 - ESCOLA DA FAMÍLIA	orçamentária

Produto: ORIENTAÇÃO E SUPORTE AO FUNCIONAMENTO DE COLEGIADOS ESCOLARES*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE ESCOLAS COM GRÊMIOS, CONSELHOS DE ESCOLA E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES EM FUNCIONAMENTO (%)	53
	Ação
6210 - FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA GESTÃO DA ESCOLA	orçamentária

Produto: PREVENÇÃO E PROTEÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II E ENSINO MÉDIO COM PROFESSOR MEDIADOR (%)	60
	Ação
4655 - AÇÕES INTERDISCIPLINARES DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO NAS ESCOLAS	orçamentária

Programa: 0808 - FORMAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 08000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO CAPACITADOS POR INICIATIVA DA SEE (unidade)	22.140
PERCENTUAL DO QM, QSE E QAE EM FUNÇÃO DE GESTÃO CERTIFICADOS/HOMOLOGADOS POR CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO OFERECIDOS PELA EFAP (%)	2

Produto: DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DE EDUCADORES*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CAPACITAÇÕES REALIZADAS POR INICIATIVA DA SEE (unidade)	35.424
	Ação
6175 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	orçamentária

Produto: INICIATIVAS DE PROMOÇÃO À QUALIDADE DE VIDA DOS EDUCADORES IMPLEMENTADAS*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE AÇÕES PARA PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DE AGRAVOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (unidade)	11
	Ação
6176 - PROMOÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS À QUALIDADE DE VIDA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	orçamentária

Programa: 0815 - MANUTENÇÃO E SUPORTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA**Finalístico**

Órgão: 08000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS (%)	93,9
TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA NO ENSINO MÉDIO (%)	70,3

Produto: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR OFERECIDA AOS ALUNOS DA REDE ESTADUAL

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (unidade)	3.350.000
	Ação
6172 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	orçamentária

Produto: EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO, SUPRIMENTO, SERVIÇOS E KIT ESCOLAR

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE ESCOLAS ATENDIDAS COM REPOSIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE NECESSÁRIO AO SEU FUNCIONAMENTO (%)	37
	Ação
6174 - OPERAÇÃO DA REDE DE ENSINO BÁSICO	orçamentária

Produto: ESTRUTURA PREDIAL ESCOLAR ADEQUADA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - PEQUENOS REPAROS - ATENDIDOS NO TOTAL DOS SERVIÇOS SOLICITADOS NO ANO (%)	100
	Ação
6138 - CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPAROS EM PRÉDIOS ESCOLARES	orçamentária

Produto: PARCERIAS ESTADO-MUNICÍPIOS PARA CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PARCERIAS EDUCACIONAIS ESTADO-MUNICÍPIOS FIRMADAS PARA VIABILIZAR CONSTRUÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS (unidade)	15
	Ação
2532 - AÇÃO COOPERATIVA PARA CONSTRUÇÃO ESCOLAR-CRECHES	orçamentária
5810 - AÇÃO COOPERATIVA ESTADO-MUNICÍPIO PARA CONSTRUÇÕES ESCOLARES	orçamentária

Produto: RECURSOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DISPONIBILIZADOS ÀS ESCOLAS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE ESCOLAS ATENDIDAS PELO CONJUNTO DE 4 ITENS DE INTERVENÇÃO DE TECNOLOGIA: COMPUTADORES, IMPRESSORAS, INFRAESTRUTURA LÓGICA E CONEXÃO (%)	98,5
	Ação
6173 - MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO TECNOLÓGICA NAS UNIDADES ESCOLARES	orçamentária

Produto: REDE FÍSICA ESCOLAR AMPLIADA E MODERNIZADA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE OBRAS, REFORMAS, AMPLIAÇÕES E ADEQUAÇÕES REALIZADAS (unidade)	700
	Ação
2494 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA ESCOLAR	orçamentária

Produto: TRANSPORTE ESCOLAR REGULAR E ESPECIALIZADO GARANTIDO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE ALUNOS DA REDE ESTADUAL TRANSPORTADOS (%)	10
	Ação
5740 - TRANSPORTE DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	orçamentária

Programa: 0930 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP**Finalístico**

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
CONSULTAS MÉDICAS DE ESPECIALIDADES POR HABITANTE/ANO (unidade)	2,05
PARTICIPAÇÃO DAS INTERNAÇÕES EM UNIDADES HOSPITALARES SOB GESTÃO ESTADUAL NO TOTAL DE INTERNAÇÕES NO SUS-SP (%)	46
PERCENTUAL DE INTERNAÇÕES POR CAUSAS SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA NO TOTAL DE INTERNAÇÕES (%)	15,42
PERCENTUAL DE NASCIDOS VIVOS DE MÃES QUE REALIZARAM 7 OU MAIS CONSULTAS DE PRÉ-NATAL NO TOTAL DE NASCIDOS VIVOS (%)	76,19

Produto: APOIO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS PARA ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MUNICÍPIOS BENEFICIADOS (unidade)	467
	Ação
4849 - APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	orçamentária

Produto: APOIO FINANCEIRO PARA ATENDIMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA DA POPULAÇÃO PRISIONAL

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ELEGÍVEIS QUE RECEBERAM REPASSE FINANCEIRO PARA A REALIZAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA DENTRO DOS PRESÍDIOS. (unidade)	35
	Ação
6165 - ATENDIMENTO DESCENTRALIZADO EM ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PRISIONAL	orçamentária

Produto: APOIO TÉCNICO E/OU FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MUNICÍPIOS BENEFICIADOS (unidade)	645
	Ação
2445 - APOIO À ATENÇÃO BÁSICA DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL	orçamentária

Produto: ATENDIMENTOS DE REABILITAÇÃO REALIZADOS PELA REDE LUCY MONTORO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA REDE LUCY MONTORO (unidade)	440.944
	Ação
6214 - REDE DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO	orçamentária

Produto: ATENDIMENTOS DE SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE DA ADM. DIRETA E INDIRETA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES REALIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA (unidade)	11.248.449
	Ação
4850 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR NA REDE PRÓPRIA DO ESTADO	orçamentária

Produto: ATENDIMENTOS DE SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE DAS UNIDADES GER. PELAS OSS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES REALIZADOS PELAS UNIDADES GERENCIADAS PELAS OSS (unidade)	9.600.000
	Ação
4852 - ATENDIMENTO AMBUL. E HOSPITALAR EM UNIDADES GERENCIADAS POR ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	orçamentária

Produto: ATEND. SAÚDE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE SERV. CONTRAT/CONV. SOB GESTÃO ESTADUAL

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES REALIZADOS POR SERVIÇOS CONTRATADOS / CONVENIADOS SOB GESTÃO ESTADUAL (unidade)	10.704.485
	Ação
5532 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM UNIDADES CONTRATADAS/CONVENIADAS	orçamentária

Produto: MEDICAMENTOS E OUTROS INSUMOS DISPENSADOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE PACIENTES CADASTRADOS ATENDIDOS (%)	85
	Ação
	orçamentária
6117 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESPECIALIZADA	
Produto: QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA/ALTA COMPLEX. EM ENT. FILANTRÓPICAS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS BENEFICIADAS COM RECURSOS REPASSADOS PARA SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (unidade)	686
	Ação
	orçamentária
6213 - SUBVENÇÕES A ENTIDADES FILANTRÓPICAS	
6221 - SANTAS CASAS SUSTENTÁVEIS	

Programa: 0932 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE**Finalístico**

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
COBERTURA VACINAL DE TRIPLICE VIRAL (SARAMPO, RUBÉOLA E CAXUMBA) EM CRIANÇAS DE UM ANO (%)	95
PERCENTUAL DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA INVESTIGADOS (%)	89
PERCENTUAL DE RESULTADOS DE SOROLOGIA LIBERADOS EM TEMPO OPORTUNO PARA O DIAGNÓSTICO DE DOENÇAS EXANTEMÁTICAS (%)	90

Produto: AÇÕES DE CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES E HOSPED. INTERMEDIÁRIOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE IMÓVEIS VISITADOS PARA IDENTIFICAÇÃO E COMBATE DE VETORES E HOSPEDEIROS INTERMEDIÁRIOS (unidade)	850.000
	Ação
4839 - CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES E HOSPEDEIROS INTERMEDIÁRIOS	orçamentária

Produto: AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE DOENÇAS/ AGRAVOS TRANSMISSÍVEIS REALIZADAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA INVESTIGADOS (unidade)	50.000
	Ação
4722 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	orçamentária

Produto: EXAMES LABORATORIAIS DE INTERESSE EM SAÚDE PÚBLICA REALIZADOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMEROS DE EXAMES LABORATORIAIS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, SANITÁRIA E AMBIENTAL REALIZADOS (unidade)	900.000
	Ação
4138 - EXAMES DE LABORATÓRIO DE INTERESSE À SAÚDE PÚBLICA	orçamentária

Produto: IMUNIZAÇÃO ANIMAL CONTRA A RAIVA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
DOSES APLICADAS (unidade)	4.000.000
	Ação
5781 - CAMPANHA DE VACINAÇÃO ANIMAL	orçamentária

Produto: IMUNIZAÇÃO CONTRA DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DOSES DE VACINAS APLICADAS (unidade)	32.000.000
	Ação
4124 - CAMPANHAS DE VACINAÇÃO	orçamentária
5780 - VACINAÇÃO DE ROTINA	orçamentária

Produto: MAPEAMENTO DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO CÂNCER NO ESTADO DE SÃO PAULO*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CASOS DE CÂNCER REGISTRADOS (unidade)	46.000
	Ação
4865 - EPIDEMIOLOGIA E INFORMAÇÃO EM CÂNCER	orçamentária

Produto: VIGILÂNCIA AMBIENTAL DA QUALIDADE DA ÁGUA, ÁREAS CONTAMINADAS E FATORES DE RISCO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
GRUPOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (GVE) E GRUPOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (GVS) CAPACITADOS PARA DESENVOLVER ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL (unidade)	55
	Ação
6244 - VIGILÂNCIA AMBIENTAL	orçamentária

Produto: VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DEPARTAMENTOS REGIONAIS DE SAÚDE (DRS) COM PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O ENFRENTAMENTO DAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (PAEDCNT) IMPLANTADOS E ACOMPANHADOS (unidade)	17
	Ação
6243 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS	orçamentária

Produto: VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE BENS, PRODUTOS, SERVIÇOS E DA SAÚDE DO TRABALHADOR	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO QUE REALIZARAM AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA PACTUADAS COM A SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE (%)	95
	Ação
4127 - AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	orçamentária

Programa: 0933 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE**Finalístico**

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE PARECERES TÉCNICO-CIENTÍFICOS ELABORADOS (unidade)	5
Produto: NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA IMPLEMENTADOS	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA IMPLEMENTADOS. (unidade)	1
	Ação
5807 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE PRODUTOS E PROCESSOS	orçamentária
Produto: PARECERES TÉCNICO-CIENTÍFICOS ELABORADOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PARECERES TÉCNICO-CIENTÍFICOS ELABORADOS (unidade)	5
	Ação
6120 - AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE	orçamentária
Produto: PESQUISAS CIENTÍFICAS EM SAÚDE DESENVOLVIDAS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS EM SAÚDE APROVADAS (unidade)	3
	Ação
4856 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE	orçamentária
Produto: PROFISSIONAIS ATUALIZADOS EM CONHECIMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS EM SAÚDE	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS EM CONHECIMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS EM SAÚDE (unidade)	100
	Ação
5805 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	orçamentária

Programa: 0935 - PRODUÇÃO DE VACINAS, SOROS E MEDICAMENTOS**Finalístico**

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE SOROS SOLICITADA AO INSTITUTO BUTANTAN PELO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO (%)	100
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE VACINAS SOLICITADAS AO INSTITUTO BUTANTAN PELO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO (%)	100
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO PELA FURP DA DEMANDA PARA A PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS (%)	85

Produto: DOSES DE VACINAS ENTREGUES*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DOSES DE VACINAS PRODUZIDAS E ENTREGUES (unidade)	72.500.000
	Ação
4869 - PRODUÇÃO DE VACINAS	orçamentária

Produto: FRASCOS AMPOLA ENTREGUES*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE FRASCOS AMPOLAS DE SOROS ENTREGUES (unidade)	384.168
	Ação
6119 - PRODUÇÃO DE SOROS	orçamentária

Produto: UNIDADES FARMACOTÉCNICAS PRODUZIDAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE UNIDADES FARMACOTÉCNICAS PRODUZIDAS (unidade)	1.206.080.587
	Ação
4838 - FABRICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS	orçamentária

Programa: 0936 - FORNECIMENTO DE SANGUE, COMPONENTES E DERIVADOS**Finalístico**

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE BOLSAS DE SANGUE COLETADAS PELOS HEMOCENTROS EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE BOLSAS A SEREM CONTRATADAS PELA SESSP (%)	95

Produto: BOLSAS DE HEMOCOMPONENTES PROCESSADAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE BOLSAS DE CONCENTRADOS DE HEMÁCIAS PROCESSADAS (unidade)	238.045
4192 - ATENDIMENTO HEMOTERÁPICO	Ação orçamentária

Programa: 0940 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESTADUAL DO SUS**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESTADUAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO" (%)	50

Produto: MODELO DE GESTÃO DE SAÚDE INTEGRADA DO SUS IMPLANTADO EM 5 REGIÕES PRIORIZADAS*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL REALIZADO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE HOSPITAIS (%)	80
	Ação
2472 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESTADUAL DE SAÚDE	orçamentária

Produto: REUNIÕES DO CONSELHO E DE SUAS COMISSÕES REALIZADAS*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE REUNIÕES DO PLENO E DAS COMISSÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE REALIZADAS (unidade)	82
	Ação
5801 - FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	orçamentária

Programa: 0941 - EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO NA SAÚDE**Finalístico**

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
ÁREA CONSTRUÍDA EM OBRAS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE SAÚDE (m²)	226.458,8

Produto: MÓVEIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA AS UNIDADES DA ADM. DIR. E IND.*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MOBILIÁRIOS PARA ÁREAS ASSISTENCIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES (unidade)	18.500
	Ação
2449 - APARELHAMENTO/EQUIPAMENTOS NAS UNIDADES DA ADM. DIRETA E INDIRETA	orçamentária

Produto: NOVAS UNIDADES DE SAÚDE CONSTRUÍDAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
QUANTIDADE DE METROS QUADRADOS CONSTRUÍDOS EM OBRAS NOVAS (m²)	116.451
	Ação
2529 - CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE SAÚDE	orçamentária

Produto: OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
QUANTIDADE DE METROS QUADRADOS REFORMADOS OU AMPLIADOS (m²)	110.007,8
	Ação
1377 - REFORMAS E AMPLIAÇÃO EM ÁREAS FÍSICAS DAS UNIDADES DA ADM DIRETA E INDIRETA	orçamentária

Programa: 0942 - CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS NA ÁREA DA SAÚDE**Finalístico**

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE CONCLUINTES NO PROGRAMA DE APRIMORAMENTO PROFISSIONAL - PAP (%)	84,7
PERCENTUAL DE OCUPAÇÃO DAS VAGAS DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA (%)	96
PERCENTUAL DE SERVIDORES ESTADUAIS DA SES CAPACITADOS PELO CEFOR E PELO PROGRAMA HUMANIZA SUS (%)	3

Produto: MÉDICOS ESPECIALISTAS FORMADOS POR MEIO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE BOLSAS ANUAIS DE RESIDÊNCIA MÉDICA FINANCIADAS (unidade)	9.273
	Ação
4863 - RESIDÊNCIA MÉDICA	orçamentária

Produto: PROFISSIONAIS FORMADOS C/ PÓS-GRADUAÇÃO P/ ATENDER A DEMANDA DO SISTEMA DE SAÚDE*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE BOLSAS DO PAP OFERTADAS (unidade)	1.176
	Ação
4862 - PROGRAMA DE APRIMORAMENTO PROFISSIONAL - PAP	orçamentária

Produto: SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO-SESMT*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE UNIDADES ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (SESMT) (%)	34
	Ação
2444 - QUALIDADE DE VIDA - SAÚDE DO TRABALHO	orçamentária

Produto: SERVIDORES E GESTORES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) CAPACITADOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE SERVIDORES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) CAPACITADOS (unidade)	32.339
	Ação
6121 - CAPACITAÇÕES TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS	orçamentária

Programa: 0944 - RECOMEÇO: UMA VIDA SEM DROGAS**Finalístico**

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE
 17000 - SEC. DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
 35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS (100.000hab)	0,92
NÚMERO DE ATENDIMENTOS NO PLANTÃO JUDICIÁRIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ÁLCOOL, TABACO E OUTRAS DROGAS (CRATOD) (unidade)	70
NÚMERO DE PESSOAS ASSISTIDAS POR SEMESTRE EM AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS DO PROGRAMA RECOMEÇO (unidade)	9.505

Produto: ACESSO À JUSTIÇA PARA CIDADÃOS DEPENDENTES QUÍMICOS E SUAS FAMÍLIAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CONVÊNIOS ENTRE A SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA E AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA JUDICIÁRIO. (unidade)	4
	Ação
8272 - PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA PARA CIDADÃOS DEPENDENTES QUÍMICOS E SUAS FAMÍLIAS	não orçamentária

Produto: ACOLHIMENTO SOCIAL EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE VAGAS DISPONIBILIZADAS PARA ACOLHIMENTO EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS (unidade)	2.137
	Ação
6186 - ATENDIMENTO SOCIAL EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS	orçamentária

Produto: CUIDADO INTEGRAL DA SAÚDE DE USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIA PSICOATIVAS NA REDE DO SUS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE INTERNAÇÕES DECORRENTES DAS NECESSIDADES DE SAÚDE DEVIDO AO USO ABUSIVO OU DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (unidade)	14.199
	Ação
6184 - RECOMEÇO: PROGRAMA ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO AO CRACK - SAÚDE	orçamentária

Produto: SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL A USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E SUAS FAMÍLIAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE VAGAS DISPONIBILIZADAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL A USUÁRIOS DEPENDENTES DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E SUAS FAMÍLIAS (unidade)	1.050
	Ação
6196 - ATENDIMENTO SOCIOASSISTENCIAL A USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E FAMÍLIAS	orçamentária

Programa: 1015 - FORTALECIMENTO DA COMPETITIVIDADE TERRITORIAL E REGIONAL**Finalístico**

Órgão: 10000 - SEC.DESENV.ECON.CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE MUNICIPIOS ABRANGIDOS (unidade)	14

Produto: APOIO À IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE INTELIGÊNCIA ECONÔMICA E COMPETITIVA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CENTROS DE INTELIGÊNCIA ECONÔMICA E COMPETITIVA CRIADOS (unidade)	10
	Ação
2552 - FOMENTO AOS CENTROS DE INTELIGÊNCIA ECONÔMICA E COMPETITIVA	orçamentária

Produto: APOIO À REALIZAÇÃO DE ESTUDOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ESTUDOS DESENVOLVIDOS (unidade)	3
	Ação
5992 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	orçamentária

Produto: APOIO TÉCNICO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DESENVOLVIDOS (unidade)	8
	Ação
5239 - FOMENTO E APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	orçamentária

Produto: FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA DESENVOLVIDOS (unidade)	12
	Ação
2527 - FOMENTO E APOIO A ECONOMIA CRIATIVA	orçamentária

Produto: PROMOÇÃO DE EVENTOS E MISSÕES VOLTADOS À COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA PAULISTA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE EVENTOS E MISSÕES FOMENTADOS (unidade)	10
	Ação
5208 - PROMOÇÃO E SUPORTE A MISSÕES E EVENTOS	orçamentária

Programa: 1021 - INOVAÇÃO E TECNOLOGIA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS, ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E EMPRESAS

Finalístico

Órgão: 10000 - SEC.DESENV.ECON.CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE EMPRESAS PRIVADAS CONTRATANTES. (unidade)	4.100
NÚMERO DE MUNICÍPIOS PAULISTAS CONTRATANTES. (unidade)	100
NÚMERO DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E EMPRESAS PÚBLICAS CONTRATANTES. (unidade)	18
NÚMERO DE PATENTES E SOFTWARES. (unidade)	123

Produto: ATENDIMENTO A NOVAS DEMANDAS EM INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DESENVOLVIDOS POR ANO (unidade)	67
	Ação
5840 - PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	orçamentária

Produto: ATENDIMENTO METROLÓGICO E LABORATORIAL QUALIFICADO PARA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS DE METROLOGIA PRODUZIDOS (unidade)	21.600
	Ação
6200 - SERVIÇOS METROLÓGICOS PARA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	orçamentária

Produto: MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E DE LABORATÓRIOS TECNOLÓGICOS

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE LABORATÓRIOS MODERNIZADOS (%)	22
	Ação
2111 - MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL PARA P,D&I E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	orçamentária

Programa: 1027 - INOVAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE**Finalístico**

Órgão: 10000 - SEC.DESENV.ECON.CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
ÍNDICE DE SUCESSO NOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA INVESTE SÃO PAULO (%)	65
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM AÇÕES DE INOVAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE (unidade)	40

Produto: APOIO TECNOLÓGICO AS MICROS, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS (unidade)	150
	Ação
5285 - APOIO TECNOLÓGICO ÀS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	orçamentária

Produto: ASSISTÊNCIA E APOIO AO INVESTIDOR*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA ORGANIZAÇÃO SOCIAL INVESTE SP (unidade)	1.760
	Ação
5848 - ASSISTÊNCIA E APOIO AO INVESTIDOR	orçamentária

Produto: ESTUDOS NA ÁREA DE INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ESTUDOS E PROJETOS DESENVOLVIDOS (unidade)	5
	Ação
5849 - ESTUDOS NA ÁREA DE INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE	orçamentária

Produto: FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FUNCET*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS FINANCIADOS (unidade)	5
	Ação
1929 - PROJETOS DO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FUNCET	orçamentária

Produto: PROGRAMA DE APOIO TECNOLÓGICO AOS MUNICÍPIOS - PATEM*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS (unidade)	20
	Ação
4394 - APOIO TECNOLÓGICO AOS MUNICÍPIOS - PATEM	orçamentária

Produto: SISTEMA PAULISTA DE AMBIENTES DE INOVAÇÃO - SPAI*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS (unidade)	2
	Ação
5204 - SISTEMA PAULISTA DE AMBIENTES DE INOVAÇÃO - SPAI	orçamentária

Programa: 1038 - FOMENTO AO ENSINO PROFISSIONALIZANTE**Finalístico**

Órgão: 10000 - SEC.DESENV.ECON.CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE ALUNOS CONCLUINTES INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO (%)	30

Produto: VIA RÁPIDA EMPREGO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MATRÍCULAS EFETUADAS NO VIA RÁPIDA EMPREGO (unidade)	54.600
	Ação
6126 - VIA RÁPIDA EMPREGO	orçamentária

Programa: 1039 - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**Finalístico**

Órgão: 10000 - SEC.DESENV.ECON.CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE CONCLUINTES DE CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E EDUCAÇÃO CONTINUADA OFERECIDOS PELO CENTRO PAULA SOUZA (unidade)	4.126
NÚMERO DE CONCLUINTES DE CURSOS TÉCNICOS OFERECIDOS PELO CENTRO PAULA SOUZA (unidade)	76.000
NÚMERO DE CONCLUINTES DE CURSOS TECNOLÓGICOS OFERECIDOS PELO CENTRO PAULA SOUZA (unidade)	8.339
NÚMERO DE CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO OFERECIDOS PELO CENTRO PAULA SOUZA (unidade)	8.400
Produto: DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DE GESTORES, DOCENTES E TÉCNICOS	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DO CENTRO PAULA SOUZA CAPACITADOS (unidade)	11.946
	Ação
5620 - CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE, TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	orçamentária
Produto: ENSINO MÉDIO OFERECIDO PELO CENTRO PAULA SOUZA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO DO CENTRO PAULA SOUZA (unidade)	15.500
	Ação
5852 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO - CENTRO PAULA SOUZA	orçamentária
Produto: ENSINO TÉCNICO OFERECIDO PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO TÉCNICO OFERECIDO PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (unidade)	189.500
	Ação
5292 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA	orçamentária
Produto: ENSINO TECNOLÓGICO OFERECIDO PELO CENTRO PAULA SOUZA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO TECNOLÓGICO DO CENTRO PAULA SOUZA (unidade)	81.500
	Ação
5290 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	orçamentária
Produto: FORMAÇÃO INICIAL E EDUCAÇÃO CONTINUADA OFERECIDA PELO CENTRO PAULA SOUZA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MATRÍCULAS NA FORMAÇÃO INICIAL E EDUCAÇÃO CONTINUADA (unidade)	5.430
	Ação
5845 - FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA/QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	orçamentária
Produto: GESTÃO DE VAGAS (EXISTENTES E AMPLIADAS) PARA O ENSINO TÉCNICO	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS NO VESTIBULINHO PARA O ENSINO TÉCNICO DO CENTRO PAULA SOUZA (unidade)	113.000
	Ação
2226 - EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA	orçamentária
Produto: GESTÃO DE VAGAS (EXISTENTES E AMPLIADAS) PARA O ENSINO TECNOLÓGICO	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS NO VESTIBULAR PARA O ENSINO TECNOLÓGICO DO CENTRO PAULA SOUZA (unidade)	31.150
	Ação
1515 - EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	orçamentária

Programa: 1040 - VIA RÁPIDA EMPRESA**Finalístico**

Órgão: 10000 - SEC.DESENV.ECON.CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
MÉDIA DE DIAS NECESSÁRIOS PARA ABRIR E LEGALIZAR EMPRESAS. (unidade)	40

Produto: MÓDULO ESTADUAL DE ABERTURA E LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROCESSOS ELETRÔNICOS ANALISADOS. (unidade)	60
	Ação
6132 - INTEGRAÇÃO PARA REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS	orçamentária

Produto: MÓDULO ESTADUAL DE APOIO A GESTÃO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS (unidade)	20.000
	Ação
2371 - APOIO À GESTÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	orçamentária

Programa: 1041 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR**Finalístico**

Órgão: 10000 - SEC.DESENV.ECON.CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS (unidade)	84

Produto: BOLSAS DE APOIO ESTUDANTIL*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDOS CONCEDIDAS (unidade)	42
	Ação
2376 - BOLSAS DE ESTUDOS CONCEDIDAS	orçamentária

Produto: QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS (unidade)	42
	Ação
2072 - APOIO À INFRAESTRUTURA PARA MELHORIA DO ENSINO SUPERIOR	orçamentária

Programa: 1042 - ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

Finalístico

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE

10000 - SEC.DESENV.ECON.CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE ATENDIMENTOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS (unidade)	89.296

Produto: INTERNAÇÕES

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE INTERNAÇÕES NOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS NO ANO (unidade)	69.840
	Ação
5274 - ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL	orçamentária

Produto: PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE (unidade)	6.200
	Ação
5276 - PROCEDIMENTOS ALTA COMPLEXIDADE NAS ÁREAS ANOMALIAS CRANIOFACIAIS/DEFIC.AUDITIVA	orçamentária

Programa: 1043 - ENSINO PÚBLICO SUPERIOR**Finalístico**

Órgão: 10000 - SEC.DESENV.ECON.CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NA GRADUAÇÃO/ANO (unidade)	112.597
Produto: BOLSA E AUXÍLIO ESTUDANTIL	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS COM BOLSAS E AUXÍLIOS (unidade)	9.000
5787 - POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E FORMAÇÃO ESTUDANTIL	Ação orçamentária
Produto: BOLSAS PARA PROJETOS DE PESQUISA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE BOLSAS PARA PROJETOS DE PESQUISA (unidade)	125
4402 - BOLSAS DE ESTUDOS PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	Ação orçamentária
Produto: ENSINO A DISTÂNCIA E SEMIPRESENCIAL	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE VAGAS ATIVAS NO ANO (unidade)	6.600
6137 - ENSINO DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO A DISTÂNCIA E SEMIPRESENCIAL	Ação orçamentária
Produto: ENSINO DE GRADUAÇÃO	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NA GRADUAÇÃO/ANO (unidade)	112.597
5304 - ENSINO DE GRADUAÇÃO NAS UNIVERSIDADES E FACULDADES ESTADUAIS	Ação orçamentária
Produto: ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO (unidade)	67.033
5305 - ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NAS UNIVERSIDADES E FACULDADES ESTADUAIS	Ação orçamentária
Produto: EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E DA PESQUISA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE NOVAS VAGAS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO (unidade)	2.515
1524 - EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E DA PESQUISA	Ação orçamentária
Produto: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
ALUNOS MATRICULADOS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (unidade)	42.650
5306 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, DIFUSÃO CULTURAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE	Ação orçamentária
Produto: INSTALAÇÕES ADEQUADAS	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
ÁREA COM INSTALAÇÕES ADEQUADAS NO ANO (m²)	29.500
1151 - ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIVERSIDADES E FACULDADES PÚBLICAS	Ação orçamentária

Produto: MUSEUS E MOSTRAS DE ACERVO	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE VISITANTES EM EXPOSIÇÃO E MOSTRAS DO ACERVO (unidade)	500.000
	Ação
5297 - ATIVIDADES EM MUSEUS	orçamentária

Produto: SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE REFEIÇÕES SERVIDAS (unidade)	6.000.000
	Ação
5312 - RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	orçamentária

Programa: 1044 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA**Finalístico**

Órgão: 10000 - SEC.DESENV.ECON.CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE PUBLICAÇÕES DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E REGISTROS DE PATENTE (unidade)	500
Produto: AUXÍLIO À PESQUISA - LINHA REGULAR	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE AUXÍLIOS CONCEDIDOS PAGOS NO MÊS - LINHA REGULAR (unidade)	3.700
	Ação
5286 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO À PESQUISA	orçamentária
Produto: BOLSAS DE PESQUISA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDO CONCEDIDAS (unidade)	13.000
	Ação
4688 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	orçamentária
Produto: PROGRAMAS ESPECIAIS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE AUXÍLIOS CONCEDIDOS PAGOS NO MÊS - PROGRAMAS ESPECIAIS (unidade)	420
	Ação
5287 - PROGRAMAÇÃO ESPECIAL	orçamentária
Produto: PROJETOS DE AUXÍLIO À PESQUISA - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE AUXÍLIOS CONCEDIDOS PAGOS NO PERÍODO - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (unidade)	330
	Ação
4699 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	orçamentária

Programa: 1201 - DIFUSÃO CULTURAL, BIBLIOTECAS E LEITURA**Finalístico**

Órgão: 12000 - SECRETARIA DA CULTURA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE ATIVIDADES REALIZADAS PELOS PROGRAMAS DE DIFUSÃO, BIBLIOTECA E LEITURA (unidade)	6.700
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS POR ANO NAS AÇÕES DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - DIFUSÃO CULTURAL. (unidade)	250
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS POR ANO PELO PROGRAMA DE DIFUSÃO, BIBLIOTECA E LEITURA (unidade)	359
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS PELOS PROGRAMAS DE DIFUSÃO, BIBLIOTECA E LEITURA. (unidade)	4.263.000

Produto: APOIO AOS MUNICÍPIOS NA DIFUSÃO CULTURAL

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MUNICÍPIOS QUE CONTAM COM ATENDIMENTO TÉCNICO AO MUNICÍPIO - ATM NO ANO (unidade)	250
	Ação
5706 - ATIVIDADE CULTURAL EM PARCERIA COM MUNICÍPIOS E ENTIDADES	orçamentária

Produto: APOIO ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E COMUNITÁRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E COMUNITÁRIAS ATENDIDAS POR ANO (unidade)	283
	Ação
5979 - SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS - SISEB	orçamentária

Produto: FESTIVAL INTERNACIONAL DE INVERNO DE CAMPOS DO JORDÃO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATIVIDADES REALIZADAS DE FORMAÇÃO NO FESTIVAL DE INVERNO DE CAMPOS DO JORDÃO (unidade)	1.114
	Ação
2422 - FESTIVAL INTERNACIONAL DE INVERNO DE CAMPOS DO JORDÃO	orçamentária

Produto: GESTÃO DAS BIBLIOTECAS DA SECRETARIA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS (unidade)	221.000
	Ação
6099 - BIBLIOTECAS E LEITURA	orçamentária

Produto: PROGRAMAÇÃO VINCULADA AOS CORPOS ESTÁVEIS E EQUIPAMENTOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS NAS ATIVIDADES DOS CORPOS ESTÁVEIS E EQUIPAMENTOS (unidade)	620.000
	Ação
6211 - CORPOS ESTÁVEIS E EQUIPAMENTOS DE DIFUSÃO CULTURAL	orçamentária

Produto: PROGRAMAS DE CIRCULAÇÃO, EVENTOS EM REDE, MOSTRAS E FESTIVAIS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATIVIDADES REALIZADAS NOS PROGRAMAS DE CIRCULAÇÃO (unidade)	2.950
	Ação
5709 - CIRCULAÇÃO CULTURAL	orçamentária

Programa: 1203 - FORMAÇÃO CULTURAL**Finalístico**

Órgão: 12000 - SECRETARIA DA CULTURA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO NO ESTADO (unidade)	2.004.524
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELOS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO (%)	58

Produto: ATIVIDADES DE FORMAÇÃO DE CONTATO - OFICINAS CULTURAIS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS NAS OFICINAS CULTURAIS (unidade)	150.939
	Ação
5469 - OFICINAS CULTURAIS	orçamentária

Produto: ATIVIDADES DE FORMAÇÃO EM DIVERSAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS - FÁBRICAS DE CULTURA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS EM TODAS AS ATIVIDADES DAS FÁBRICAS DE CULTURA (unidade)	888.140
	Ação
5714 - FÁBRICAS DE CULTURA	orçamentária

Produto: EDUCAÇÃO MUSICAL PARA CRIANÇAS E JOVENS - PROJETO GURI*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS PELO PROJETO GURI (unidade)	457.202
	Ação
4779 - PROJETO GURI	orçamentária

Produto: FORMAÇÃO DE CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS NA ÁREA DA MÚSICA - EMESP TOM JOBIM*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ALUNOS REGULARES ATENDIDOS NA ESCOLA DE MÚSICA - EMESP TOM JOBIM (unidade)	1.478
	Ação
5691 - ESCOLA DE MÚSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - EMESP TOM JOBIM	orçamentária

Produto: FORMAÇÃO EM DIVERSAS ÁREAS DAS ARTES CÊNICAS - SP ESCOLA DE TEATRO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS EM CURSOS REGULARES (unidade)	388
	Ação
5976 - SÃO PAULO ESCOLA DE TEATRO	orçamentária

Produto: FORMAÇÃO EM MÚSICA E TEATRO - CONSERVATÓRIO DE TATUÍ*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ALUNOS REGULARES DO CONSERVATÓRIO DE TATUÍ (unidade)	2.532
	Ação
5692 - CONSERVATÓRIO DRAMÁTICO E MUSICAL 'DR. CARLOS DE CAMPOS' DE TATUÍ	orçamentária

Programa: 1206 - RÁDIOS, TVS EDUCATIVAS E NOVAS MÍDIAS**Finalístico**

Órgão: 12000 - SECRETARIA DA CULTURA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
DIVULGAÇÃO DE CONTEÚDO EDUCATIVO E CULTURAL POR ANO (h)	40.730

Produto: SERVIÇO DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
HORAS DE PRODUÇÃO ANUAL DE CONTEÚDOS EDUCATIVOS E CULTURAIS. (h)	1.460
	Ação
6245 - GERENCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS CULTURAIS	orçamentária

Produto: SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE RÁDIO E TV*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
HORAS DE TRANSMISSÃO TVCULTURA, TV RA-TIM-BUM (CANAL FECHADO) E RÁDIOS CULTURA AM E FM (h)	35.040
	Ação
5460 - PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DAS RÁDIOS, TVS E NOVAS MÍDIAS	orçamentária

Programa: 1213 - GESTÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE CULTURA**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 12000 - SECRETARIA DA CULTURA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS PRESTADOS EM DIFERENTES ÁREAS DA SECRETARIA GERIDOS NO ANO (unidade)	95
NÚMERO DE MUSEUS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS COM INFRAESTRUTURA MELHORADA (unidade)	6

Produto: EQUIPAMENTOS CULTURAIS COM BOA INFRAESTRUTURA*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
OBRAS REALIZADAS (unidade)	2
	Ação
2499 - INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS	orçamentária

Produto: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE RELATÓRIOS PUBLICADOS DOS RESULTADOS DOS CONTRATOS DE GESTÃO (unidade)	2
	Ação
8208 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	não orçamentária

Programa: 1214 - MUSEUS**Finalístico**

Órgão: 12000 - SECRETARIA DA CULTURA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DE PÚBLICO (%)	1
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO (%)	32,5

Produto: APOIO AOS MUNICÍPIOS NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS - SISEM*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS NO ÂMBITO DO SISEM (unidade)	209
	Ação
5736 - SISEM - SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS	orçamentária

Produto: AQUISIÇÃO DE ACERVO MUSEOLÓGICO.*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE AQUISIÇÕES REALIZADAS (unidade)	3
	Ação
2434 - QUALIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO	orçamentária

Produto: GESTÃO DOS MUSEUS PAULISTAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE VISITANTES NOS MUSEUS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (unidade)	2.403.750
	Ação
5732 - GESTÃO DE MUSEUS	orçamentária

Programa: 1215 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**Finalístico**

Órgão: 12000 - SECRETARIA DA CULTURA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE PROCESSOS FINALIZADOS PELA UPPH E CONDEPHAAT (%)	95

Produto: IDENTIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE VALOR AO PATRIMONIO CULTURA PAULISTA (unidade)	30
	Ação
5737 - IDENTIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PAULISTA	orçamentária

Produto: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
ANÁLISE DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO EM BEM TOMBADO E ÁREAS ENVOLTÓRIAS, BEM COMO ESTUDOS DE TOMBAMENTO (unidade)	1.100
	Ação
5738 - PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PAULISTA	orçamentária

Programa: 1218 - FOMENTO CULTURAL E ECONOMIA CRIATIVA**Finalístico**

Órgão: 12000 - SECRETARIA DA CULTURA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS POR ANO COMO DOMICÍLIO DO PROPONENTE PROAC EDITAIS (unidade)	68
NÚMERO DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS POR ANO COMO DOMICÍLIO DO PROPONENTE PROAC ICMS (unidade)	60

Produto: FOMENTO CULTURAL POR RENÚNCIA FISCAL - PROAC ICMS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS QUE CAPTARAM RECURSOS VIA RENÚNCIA FISCAL DO ICMS (unidade)	590
	Ação
8257 - PROAC - PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL - ICMS	não orçamentária

Produto: PRÊMIO ESTÍMULO À CURTA METRAGEM*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PRÊMIOS CONCEDIDOS NO PRÊMIO ESTÍMULO (unidade)	15
	Ação
5450 - PRÊMIO ESTÍMULO À PRODUÇÃO DE CURTA METRAGEM	orçamentária

Produto: PRÊMIO GOVERNADOR DO ESTADO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PRÊMIOS CONCEDIDOS NO PRÊMIO GOVERNADOR DO ESTADO (unidade)	18
	Ação
2345 - PRÊMIO GOVERNADOR DO ESTADO	orçamentária

Produto: PRÊMIOS CONCEDIDOS NO PROAC EDITAIS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PRÊMIOS CONCEDIDOS NO PROAC EDITAIS (unidade)	363
	Ação
1986 - PROAC - PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL-EDITAIS	orçamentária

Produto: PRÊMIO SP DE LITERATURA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE INSCRITOS NO PRÊMIO SP DE LITERATURA (unidade)	169
	Ação
2305 - PRÊMIO SÃO PAULO DE LITERATURA	orçamentária

Produto: PRÊMIOS - PONTOS DE CULTURA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NUMERO DE PRÊMIOS CONCEDIDOS NO PROGRAMA CULTURA VIVA/ PONTOS DE CULTURA (unidade)	100
	Ação
2304 - FOMENTO À REDE CULTURA VIVA - PONTOS DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO	orçamentária

Programa: 1221 - INTEGRAÇÃO DAS CULTURAS LATINO-AMERICANAS**Finalístico**

Órgão: 12000 - SECRETARIA DA CULTURA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE FREQUENTADORES DAS ATIVIDADES DO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA - BASE 2014 (%)	12,5

Produto: CENTRO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE FREQUENTADORES. (unidade)	153.917
	Ação
5791 - CENTRO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA	orçamentária

Produto: PESQUISA E DOCÊNCIA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PARTICIPANTES DOS CURSOS E EVENTOS. (unidade)	669
	Ação
5790 - CÂTEDRA MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA	orçamentária

Produto: PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS RELATIVAS À AMÉRICA LATINA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE FREQUENTADORES DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA. (unidade)	373.513
	Ação
4043 - PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	orçamentária

Programa: 1301 - TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E AGROINDUSTRIAL

Finalístico

Órgão: 13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS AGROINDUSTRIAS PARA MANUTENÇÃO DA LIDERANÇA DO AGRONEGÓCIO PAULISTA (unidade)	105
DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE INTELLECTUAL PÚBLICA E PRIVADA A SERVIÇO DO AGRONEGÓCIO (unidade)	82
ELEVAÇÃO DA OFERTA AGRÍCOLA - EXPANSÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA MEDIANTE INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS (unidade)	103
FORTELECIMENTO DA GOVERNANÇA DO AGRONEGÓCIO PAULISTA PARA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS (unidade)	41

Produto: AGRICULTURA ECOLÓGICA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
CURSOS DE CAPACITAÇÃO REALIZADOS (unidade)	1
	Ação
8248 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL E AGRICULTURA ORGÂNICA	não orçamentária

Produto: ANÁLISES LABORATORIAIS REALIZADAS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
ANÁLISES LABORATORIAIS REALIZADAS (unidade)	270.000
	Ação
4872 - ANÁLISES LABORATORIAIS PARA A QUALIDADE DO ALIMENTO	orçamentária

Produto: ATENDIMENTOS TÉCNICOS E TREINAMENTOS PARA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
ATENDIMENTOS TÉCNICOS (unidade)	480.000
	Ação
4891 - TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS	orçamentária

Produto: IMUNOBIOLOGICOS E AGENTES DE CONTROLE BIOLÓGICO DE PRAGAS E DOENÇAS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS ADEQUADOS AO SETOR AGROPECUÁRIO (unidade)	3.000
	Ação
2546 - INSUMOS PARA ATENDIMENTO A PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E DE CONTROLE BIOLÓGICO	orçamentária

Produto: PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA ÁREAS DE INSEGURANÇA HÍDRICA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS VISANDO CONSERVAÇÃO DE SOLO E RECURSOS HÍDRICOS DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIOS PAULISTAS (unidade)	5
	Ação
2547 - TECNOLOGIAS PARA SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA EM ÁREAS VULNERÁVEIS	orçamentária

Produto: PESQUISAS PARA GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PESQUISAS REALIZADAS (unidade)	1.400
	Ação
5925 - GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS	orçamentária

Produto: PRODUÇÃO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
ÍNDICE DE QUANTIDADE DE INSUMOS ESTRATÉGICOS PRODUZIDOS (unidade)	100
	Ação
4874 - INSUMOS TECNOLÓGICOS ESTRATÉGICOS	orçamentária

Produto: UNIDADES DE PESQUISA MODERNIZADAS*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
UNIDADES DE PESQUISA MODERNIZADAS (unidade)	2
	Ação
1380 - RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA PESQUISA AGROPECUÁRIA PAULISTA	orçamentária

Programa: 1307 - EXTENSÃO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**Finalístico**

Órgão: 13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PORCENTAGEM DE MUNICÍPIOS ABASTECIDOS COM INSUMOS ESTRATÉGICOS (%)	50
PORCENTAGEM DE MUNICÍPIOS COM PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL IMPLANTADO (%)	15
PORCENTAGEM DE ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS COM ACESSO AO MERCADO FACILITADO (%)	10

Produto: ABASTECIMENTO ESTRATÉGICO DE SEMENTES, MUDAS E MATRIZES

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
SEMENTES PRODUZIDAS (kg)	2.000.000
	Ação
4435 - ABASTECIMENTO DE SEMENTES E MUDAS NO ESTADO DE SÃO PAULO	orçamentária

Produto: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL (ATERAS)

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
ATENDIMENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (unidade)	120.000
	Ação
4437 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	orçamentária

Produto: PDRS - MICROBACIAS II - ACESSO AO MERCADO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
INICIATIVAS DE NEGÓCIO APOIADAS (unidade)	45
	Ação
2286 - MICROBACIAS II - ACESSO AO MERCADO PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES	orçamentária

Produto: PRÁTICAS DE MANEJO DE SOLO SUSTENTÁVEIS PARA MITIGAÇÃO DAS EMISSÕES DE CARBONO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
ÁREA ASSISTIDA COM IMPLANTAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS (ha)	10.000
	Ação
2471 - PRÁTICAS DE MANEJO DE SOLO SUSTENTÁVEIS PARA MITIGAÇÃO DAS EMISSÕES DE CARBONO	orçamentária

Produto: PRODUTORES RURAIS INFORMADOS QUANTO À PRESERVAÇÃO DE NASCENTES E MATAS CILIARES

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PRESERVAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE NASCENTES E DE MATAS CILIARES. (unidade)	35.000
	Ação
2545 - MOBILIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO COM AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	orçamentária

Programa: 1308 - ABASTECIMENTO, SEGURANÇA ALIMENTAR E DINAMIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalístico

Órgão: 13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
GRAU DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS (%)	80
INDICE DE SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS (%)	80
VOLUME DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS COMERCIALIZADOS (t)	8.008

Produto: ATENDIMENTOS A ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS E INTERESSADOS EM ORGANIZAÇÃO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
ATENDIMENTOS REALIZADOS (unidade)	275
	Ação
	orçamentária
4453 - ASSESSORIA NA CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS	

Produto: ATENDIMENTOS REALIZADOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
ATENDIMENTOS REALIZADOS NAS AÇÕES INTEGRADAS (unidade)	1.500.000
	Ação
	orçamentária
4783 - AÇÕES INTEGRADAS EM ABASTECIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR	

Produto: ATENDIMENTOS REALIZADOS A AGRICULTORES E BENEFICIÁRIOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
ATENDIMENTOS REALIZADOS A AGRICULTORES E BENEFICIÁRIOS (unidade)	62.370
	Ação
	orçamentária
4876 - POUPATEMPO DO PRODUTOR RURAL	

Produto: PESSOAS QUALIFICADAS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PESSOAS QUALIFICADAS (unidade)	100
	Ação
	orçamentária
2548 - QUALIFICAÇÃO DE AGENTES DA AGRICULTURA PAULISTA	

Produto: POLÍTICA DE APOIO À RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PESSOAS ATENDIDAS (unidade)	60
	Ação
	não orçamentária
8254 - QUALIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL EM APOIO À RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA	

Produto: PRODUTOS CERTIFICADOS COM SELO DE QUALIDADE

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PRODUTOS CERTIFICADOS (unidade)	30
	Ação
	orçamentária
1288 - CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE DO PRODUTO DE SÃO PAULO - SELO SÃO PAULO	

Programa: 1311 - DEFESA AGROPECUÁRIA PARA PROTEÇÃO AMBIENTAL, SAÚDE PÚBLICA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Finalístico

Órgão: 13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE COBERTURA VACINAL ANTI BRUCELOSE (BEZERRAS ENTRE 3 E 8 MESES) (%)	93
PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS COMERCIAIS REGISTRADOS PELA COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (%)	40
PERCENTUAL DE PLANTAS CITRÍCOLAS INSPECIONADAS SEM A PRESENÇA DE CANCRO CÍTRICO (%)	99,92
PERCENTUAL DE PROPRIEDADES FISCALIZADAS PARA USO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS (%)	0,25

Produto: CONSERVAÇÃO DE SOLO AGRÍCOLA NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA NASCENTES

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM PROPRIEDADES ABRANGIDAS PELO PROGRAMA NASCENTES (unidade)	160
	Ação
2538 - CONSERVAÇÃO DE SOLO AGRÍCOLA NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA NASCENTES	orçamentária

Produto: FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA ANIMAL EM ESTABELECIMENTOS E PROPRIEDADES

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO MENSAL DE FISCALIZAÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL REALIZADAS (unidade)	36.000
	Ação
4458 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL E INOCUIDADE DE ALIMENTOS	orçamentária

Produto: FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA VEGETAL EM ESTABELECIMENTOS E PROPRIEDADES

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO MENSAL DE FISCALIZAÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA VEGETAL REALIZADAS (unidade)	7.500
	Ação
4457 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA VEGETAL E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	orçamentária

Programa: 1315 - GESTÃO DAS AGROPOLÍTICAS PÚBLICAS**Finalístico**

Órgão: 13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA PAULISTA (%)	3
Produto: ÁREAS RECUPERADAS AMBIENTALMENTE	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
ÁREAS RECUPERADAS AMBIENTALMENTE (ha)	2.500
	Ação
2536 - CUIDANDO DA ÁGUA E DO SOLO	orçamentária
Produto: CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PÚBLICOS PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS (unidade)	325
	Ação
4770 - PARCERIA ESTADO-MUNICÍPIO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL LOCAL E REGIONAL	orçamentária
Produto: CRÉDITO PARA EXPANSÃO NO AGRONEGÓCIO PAULISTA.	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
QUANTIDADE DE FINANCIAMENTOS EFETIVADOS. (unidade)	600
	Ação
1407 - CRÉDITO PARA EXPANSÃO NO AGRONEGÓCIO PAULISTA	orçamentária
Produto: MELHOR CAMINHO	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
QUILÔMETROS DE ESTRADAS TRAFEGÁVEIS (km)	355
	Ação
1195 - MELHOR CAMINHO	orçamentária
Produto: MODERNIZAÇÃO DOS RECURSOS PRODUTIVOS	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS DE APOIO (unidade)	28
	Ação
1408 - MODERNIZAÇÃO DOS RECURSOS PRODUTIVOS	orçamentária
Produto: MUDAS DE ÁRVORES NATIVAS PARA RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E MATAS CILIARES	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
SEMENTES E MUDAS DE ESPÉCIES NATIVAS DISPONIBILIZADAS (unidade)	2.520.500
	Ação
2537 - INSUMOS ESTRATÉGICOS PARA RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA	orçamentária
Produto: PONTES RURAIS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
QUANTIDADE DE PONTES. (unidade)	42
	Ação
1410 - PONTES RURAIS	orçamentária
Produto: SUBVENÇÃO AOS PRODUTORES RURAIS – FEAP/BANAGRO.	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
QUANTIDADE DE PRODUTORES ATENDIDOS. (unidade)	6.000
	Ação
1327 - SUBVENÇÃO AOS PRODUTORES RURAIS - FEAP/BANAGRO	orçamentária

Produto: SUBVENÇÃO DO PRÊMIO DO SEGURO NA AGROPECUÁRIA PAULISTA.*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
QUANTIDADE DE SUBVENÇÕES CONCEDIDAS (unidade)	12.000
	Ação
1334 - SUBVENÇÃO DO PRÊMIO DO SEGURO	orçamentária

Programa: 1601 - PLANEJAMENTO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 16000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PLANO DE DIRETOR DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES - PDLT CONCLUÍDO (%)	50

Produto: DESENVOLVIMENTO DO PLANO DIRETOR DE LOG. E TRANSP. (PDLT) 2030	
Melhoria de Gestão de Políticas Públicas	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ESTUDOS E PROJETOS ELABORADOS (unidade)	2
	Ação
2154 - ELABORAÇÃO E REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES-PDLT	orçamentária

Programa: 1602 - GESTÃO DA LOGÍSTICA HIDROVIÁRIA**Finalístico**

Órgão: 16000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
TOTAL DE CARGAS MOVIMENTADAS NA HIDROVIA TIETÊ/PARANÁ POR QUILOMETRO ÚTIL (EM MILHÕES DE TKU) (1.000.000)	1.623
VALOR TOTAL DE CARGA MOVIMENTADA NO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO POR ANO (US\$milhões)	865,9

Produto: OBRAS DE MELHORIA NA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DAS OBRAS DE MELHORIAS NA MALHA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ (%)	32,5
	Ação
1291 - IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ	orçamentária

Produto: OPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE OBRAS E MELHORIAS EXECUTADAS NO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO NO PERÍODO. (%)	25
	Ação
1423 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO	orçamentária

Produto: SERVIÇOS DE APOIO À SEGURANÇA E CONTROLE OPERACIONAL NA MALHA HIDROVIÁRIA*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE INSPEÇÕES OPERACIONAIS PERIÓDICAS REALIZADAS NA HIDROVIA (unidade)	4
	Ação
5873 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA HIDROVIÁRIO	orçamentária

Produto: TRECHOS HIDROVIÁRIOS AMPLIADOS*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO NA MALHA HIDROVIÁRIA ESTADUAL (%)	1,1
	Ação
2157 - IMPLANTAÇÃO DE NOVOS TRECHOS HIDROVIÁRIOS	orçamentária

Programa: 1605 - GESTÃO, OPERAÇÃO E SEGURANÇA DE RODOVIAS**Finalístico**

Órgão: 16000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
ÍNDICE DE ACIDENTES POR MILHÃO DE VEÍCULOS (IA) (unidade)	1,01

Produto: SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E APOIO À SEGURANÇA DAS RODOVIAS SOB ADMINISTRAÇÃO DO DER*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE QUILOMETROS DE RODOVIAS ADMINISTRADAS PELO DER (km)	15.402,29
	Ação
4900 - POLICIAMENTO NAS RODOVIAS SOB JURISDIÇÃO DO DER	orçamentária
4901 - IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE POSTOS DE PESAGEM NAS RODOVIAS ESTADUAIS	orçamentária
4902 - OPERAÇÃO DE PRAÇAS DE PEDÁGIO NAS RODOVIAS SOB ADMINISTRAÇÃO DO DER	orçamentária
4903 - OPERAÇÃO E SEGURANÇA DA MALHA RODOVIÁRIA	orçamentária
4907 - CONSERVAÇÃO, SINALIZAÇÃO E DEMAIS ELEMENTOS DE SEGURANÇA EM RODOVIAS - DER	orçamentária

Programa: 1606 - ADEQUAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA**Finalístico**

Órgão: 16000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
ÍNDICE DE CONFORTO E SEGURANÇA (unidade)	1,02
Produto: CONTRATO DE PPP - TAMOIOS TRECHO SERRA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CONTRATOS DE PPP EM EXECUÇÃO (unidade)	1
	Ação
2505 - APOIO À PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PARA RODOVIA DOS TAMOIOS-TRECHO SERRA	orçamentária
Produto: EQUIPAMENTOS DE CONTAGEM E MONITORAMENTO INSTALADOS NAS RODOVIAS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS (unidade)	60
	Ação
1413 - MODERNIZAÇÃO / MONITORAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	orçamentária
Produto: ESTRADAS VICINAIS PAVIMENTADAS E RECUPERADAS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE QUILOMETROS DE PAVIMENTAÇÃO E/OU DE RECUPERAÇÃO, AMPLIAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS (km)	135
	Ação
1114 - ESTRADAS VICINAIS	orçamentária
4904 - RECUPERAÇÃO/PAVIMENTAÇÃO POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA	orçamentária
Produto: OBRAS COMPLEMENTARES/COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS EXECUTADAS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DE EXECUÇÃO DE OBRAS NO PERÍODO (%)	10,04
	Ação
1970 - IMPLANTAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DE RODOVIAS - CONVÊNIO DER/DERSA	orçamentária
Produto: OBRAS DA NOVA TAMOIOS - CONTORNOS NORTE E SUL DE CARAGUATATUBA E SÃO SEBASTIÃO	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO EMPREENDIMENTO NOVA TAMOIOS - CONTORNO (%)	30,7
	Ação
2497 - NOVA TAMOIOS - CONTORNOS	orçamentária
Produto: RODOVIAS ESTADUAIS AMPLIADAS, RECUPERADAS E PAVIMENTADAS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE KMS DUPLICADOS, IMPLANTADOS E RECUPERADOS NAS RODOVIAS ESTADUAIS (km)	580
	Ação
1418 - DUPLICAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	orçamentária
2392 - TRANSPORTE, LOGÍSTICA E MEIO AMBIENTE - BIRD	orçamentária
2476 - TRANSPORTE, LOGÍSTICA E MEIO AMBIENTE - CAF	orçamentária
2477 - INVESTIMENTO RODOVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - BID	orçamentária
2478 - LOGÍSTICA E TRANSPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO - MIGA	orçamentária
2510 - INVESTIMENTO RODOVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - BID FASE II	orçamentária
Produto: TERMINAIS RODOVIÁRIOS REFORMADOS/CONSTRUÍDOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE TERMINAIS REFORMADOS E/OU CONSTRUÍDOS (unidade)	4
	Ação
2097 - TERMINAIS RODOVIÁRIOS	orçamentária

Programa: 1607 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA**Finalístico**

Órgão: 16000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE PASSAGEIROS EMBARCADOS/DESEMBARCADOS NOS AEROPORTOS ADMINISTRADOS PELO DAESP POR ANO (unidade)	2.646.000

Produto: AEROPORTOS OPERADOS E MANTIDOS PELO DAESP*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE AEROPORTOS OPERADOS E MANTIDOS PELO DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO (DAESP) (unidade)	26
	Ação
4914 - MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DA REDE DE AEROPORTOS ESTADUAIS	orçamentária

Produto: AEROPORTOS REFORMADOS E AMPLIADOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE AEROPORTOS REFORMADOS E AMPLIADOS (unidade)	7
	Ação
1110 - IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS AEROPORTOS DE SÃO PAULO	orçamentária

Programa: 1608 - TRAVESSIAS LITORÂNEAS**Finalístico**

Órgão: 16000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NAS TRAVESSIAS LITORÂNEAS POR ANO (unidade)	8.357.604
NÚMERO DE VEÍCULOS TRANSPORTADOS NAS TRAVESSIAS LITORÂNEAS POR ANO (unidade)	15.217.973

Produto: INSTALAÇÕES E EMBARCAÇÕES DAS TRAVESSIAS LITORÂNEAS MODERNIZADAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE INSTALAÇÕES E EMBARCAÇÕES MODERNIZADAS (%)	10,1
	Ação
1421 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO E INSTALAÇÕES DAS TRAVESSIAS LITORÂNEAS	orçamentária

Programa: 1611 - TRANSPOSIÇÃO RODO-FERROVIÁRIA DA RMSP**Finalístico**

Órgão: 16000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL ACUMULADO DE EXECUÇÃO DO TRECHO NORTE DO RODOANEL (%)	94,38

Produto: OBRAS DO RODOANEL - TRECHO NORTE*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DAS OBRAS NO PERÍODO (%)	27,11
	Ação
2283 - EXECUÇÃO DAS OBRAS DO RODOANEL - TRECHO NORTE	orçamentária

Programa: 1711 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR**Finalístico**

Órgão: 17000 - SEC. DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO RESIDENTE EM MUNICÍPIOS COBERTOS PELO PROGRAMA (%)	88,92
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS COM AÇÕES FISCALIZATÓRIAS (%)	52
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS COM AÇÕES PREVENTIVAS DE CONSUMO (%)	40
PERCENTUAL DE RECLAMAÇÕES REGISTRADAS NA OUVIDORIA (%)	20,5

Produto: ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO AO CONSUMIDOR*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CONSUMIDORES ATENDIDOS (unidade)	649.800
	Ação
5486 - PROCESSAMENTO DE DEMANDAS DOS CONSUMIDORES	orçamentária

Produto: CONSUMIDOR CIDADÃO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE AÇÕES EDUCATIVAS REALIZADAS (unidade)	740
	Ação
6045 - EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO	orçamentária

Produto: FISCALIZAÇÃO DO MERCADO DE CONSUMO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATOS FISCALIZATÓRIOS REALIZADOS (unidade)	27.780
	Ação
5488 - ATOS FISCALIZATÓRIOS	orçamentária

Produto: MUNICIPALIZAÇÃO DA DEFESA DO CONSUMIDOR*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CONVÊNIOS FIRMADOS (unidade)	27
	Ação
4161 - MUNICIPALIZAÇÃO DA DEFESA DO CONSUMIDOR	orçamentária

Produto: NOVOS MUNICÍPIOS IMPLANTADOS NO SINDEC*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE NOVOS MUNICÍPIOS IMPLANTADOS NO SINDEC (unidade)	5
	Ação
2174 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR NO ESTADO	orçamentária

Produto: REGIONALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA REGIONALIZAÇÃO (unidade)	485
	Ação
2175 - CAPILARIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA	orçamentária

Produto: SUPORTE ADMINISTRATIVO E TECNOLÓGICO ÀS UNIDADES DA FUNDAÇÃO PROCON*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE UNIDADES ADMINISTRADAS (unidade)	14
	Ação
4964 - GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	orçamentária

Programa: 1714 - PERÍCIA JUDICIAL NA ÁREA DE MEDICINA LEGAL E DE INVESTIGAÇÃO DE VÍNCULO GENÉTICO

Finalístico

Órgão: 17000 - SEC. DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE EVOLUÇÃO ANUAL NO NÚMERO DE PERÍCIAS REALIZADAS- BASE 2014 (%)	10

Produto: AÇÕES DE EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA SERVIDORES E PERITOS

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO CONTINUADA REALIZADAS (unidade)	6
	Ação
6114 - EDUCAÇÃO CONTINUADA	orçamentária

Produto: IMPLANTACAO DAS REGIONAIS DE MEDICINA LEGAL

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE REGIONAIS DE MEDICINA LEGAL IMPLANTADAS (unidade)	1
	Ação
2428 - DESCENTRALIZAÇÃO DE PERÍCIAS NA ÁREA DE MEDICINA LEGAL	orçamentária

Produto: LAUDO PERICIAL DE DNA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE LAUDOS DE DNA EXPEDIDOS (unidade)	10.555
	Ação
4135 - PERÍCIAS DE INVESTIGAÇÃO DE VÍNCULO GENÉTICO (DNA)	orçamentária

Produto: LAUDO PERICIAL DE MEDICINA LEGAL

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE LAUDOS EXPEDIDOS DE PERÍCIAS DE MEDICINA LEGAL. (unidade)	23.000
	Ação
5641 - PERÍCIAS NA ÁREA DE MEDICINA LEGAL	orçamentária

Programa: 1724 - METROLOGIA E QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS**Finalístico**

Órgão: 17000 - SEC. DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE REPROVAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESAR E MEDIR FISCALIZADOS/VERIFICADOS (%)	3,65

Produto: DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO IPEM-SP*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PESSOAS CONTACTADAS SOBRE AS ATIVIDADES DO IPEM-SP (unidade)	6.000
	Ação
8160 - METROLOGIA E QUALIDADE - CONSUMO CONSCIENTE	não orçamentária

Produto: FISCALIZAÇÃO/VERIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESAR E MEDIR*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE VERIFICAÇÕES PERIÓDICAS DE INSTRUMENTOS DE PESAR E MEDIR (unidade)	784.000
	Ação
5669 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE METROLÓGICO	orçamentária

Programa: 1729 - ATENÇÃO AO ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E CAUTELAR

Finalístico

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE

17000 - SEC. DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NUMERO DE ADOLESCENTES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE E CAUTELARES (unidade)	12.407
NÚMERO DE ATENDIMENTOS INTEGRAIS À SAÚDE/EDUCAÇÃO A ADOLESCENTES EM MEDIDAS DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE E CAUTELARES (unidade)	4.231.073
PERCENTUAL DE VAGAS PARA ATEND. INICIAL, INTERN. PROV. E EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO E SEMI (%)	111,42

Produto: ATENDIMENTOS EM ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DE ATENDIMENTOS EM ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE. (unidade)	3.307.700
	Ação
5906 - ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E CAUTELAR	orçamentária

Produto: ATENDIMENTOS EM ATENÇÃO INTEGRAL À EDUCAÇÃO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DE ATENDIMENTOS EM ATENÇÃO INTEGRAL À EDUCAÇÃO. (unidade)	923.373
	Ação
5905 - ATENÇÃO À EDUCAÇÃO DO ADOLESCENTE EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E CAUTELAR	orçamentária

Produto: ENTRADA DE ADOLESCENTES POR ATO INFRAACIONAL COMETIDO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ADOLESCENTES ATENDIDOS POR COMETIMENTO DE ATOS INFRAACIONAIS EQUIPARADOS A CRIMES HEDIONDOS POR ANO (unidade)	492
	Ação
5907 - EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE E CAUTELARES	orçamentária

Produto: IMPLEMENTAÇÃO DAS 19 METAS PREVISTAS NO PLANO ESTADUAL DECENAL NO PERÍODO

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE METAS IMPLEMENTADAS PARA O PERÍODO DO PPA. (unidade)	5
	Ação
8229 - IMPLEMENTAÇÃO DE METAS DO PLANO ESTADUAL DECENAL	não orçamentária

Programa: 1730 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Finalístico**

Órgão: 17000 - SEC. DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO EM PROGRAMAS DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA (%)	4,13
PERCENTUAL DE SENSIBILIZAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS (%)	1,44

Produto: APOIO À ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DE CIDADANIA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CONSELHOS DE CIDADANIA APOIADOS POR ANO (unidade)	2
	Ação
4213 - CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PELOS CONSELHOS	orçamentária

Produto: APOIO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO À VÍTIMA (CRAVI)*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATENDIMENTOS FEITOS PELO CRAVI (unidade)	3.155
	Ação
6202 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DO CENTRO DE APOIO À VÍTIMA	orçamentária

Produto: CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE FORUNS E INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE OBRAS EXECUTADAS (unidade)	27
	Ação
1430 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE FÓRUMS E DE INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO	orçamentária

Produto: CONSTRUÇÃO, REFORMA E AQUISIÇÕES PARA OS CENTROS DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE UNIDADES DO CIC REFORMADAS OU CONSTRUÍDAS (unidade)	4
	Ação
1218 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E INSTALAÇÃO DOS CENTROS DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA	orçamentária

Produto: DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE INTERESSES DIFUSOS REPARADOS (unidade)	12
	Ação
5995 - GESTÃO DO FUNDO DE INTERESSES DIFUSOS	orçamentária

Produto: INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATENDIMENTOS PELOS CENTROS DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA (unidade)	1.755.012
	Ação
4151 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DOS CENTROS DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA	orçamentária

Produto: PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PESSOAS CAPACITADAS (unidade)	4.436
	Ação
5901 - EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	orçamentária

Produto: PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE ATENDIDOS (unidade)	194
	Ação
6204 - PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE	orçamentária
Produto: PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS E VÍTIMAS AMEAÇADAS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PESSOAS INCLUSAS NO PROVITA (unidade)	64
	Ação
6198 - PROTEÇÃO À VÍTIMA E À TESTEMUNHA AMEAÇADA-PROVITA	orçamentária
Produto: PROTEÇÃO POLICIAL A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE VÍTIMAS ATENDIDAS (unidade)	110
	Ação
4987 - PROTEÇÃO POLICIAL A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS	orçamentária
Produto: REPARAÇÃO A PESSOAS COMPROVADAMENTE PERSEGUIDAS DURANTE A DITADURA MILITAR	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE INDENIZAÇÕES PAGAS (unidade)	60
	Ação
5616 - PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES A EX-PRESOS POLÍTICOS	orçamentária

Programa: 1731 - CIDADANIA NO CAMPO E NA CIDADE**Finalístico**

Órgão: 17000 - SEC. DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE TÍTULOS EXPEDIDOS (unidade)	2.300
RENDA MÉDIA FAMILIAR, EM SALÁRIOS MÍNIMOS, DOS BENEFICIÁRIOS (unidade)	2,58

Produto: ASSISTÊNCIA REALIZADAS ÀS FAMÍLIAS EM ASSENTAMENTOS E QUILOMBOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS EM ASSENTAMENTOS E QUILOMBOS (unidade)	16.950
	Ação
4960 - FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ASSENTAMENTOS E QUILOMBOS	orçamentária

Produto: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS CADASTRADAS (unidade)	5.360
	Ação
4959 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL	orçamentária

Programa: 1801 - AMPLIAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO POLICIAL**Finalístico**

Órgão: 18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
QUANTIDADE DE ENTORPECENTES APREENDIDOS (kg)	54.350
TAXA DE ELUCIDAÇÃO DE HOMICÍDIOS (%)	25

Produto: EMISSÃO DE DOCUMENTOS AO CIDADÃO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DOCUMENTOS EMITIDOS (unidade)	5.800.000
	Ação
4195 - ACESSO À CIDADANIA	orçamentária

Produto: EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CONSTRUÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÕES (unidade)	12
	Ação
1133 - INSTALAÇÕES DA POLÍCIA CIVIL	orçamentária

Produto: INQUÉRITOS POLICIAIS, TERMOS CIRCUNSTANCIADOS E TERMOS DE COMPOSIÇÃO PRELIMINAR*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DOCUMENTOS ELABORADOS (unidade)	550.000
	Ação
4989 - POLÍCIA JUDICIÁRIA	orçamentária

Produto: SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE SERVIDORES FORMADOS OU CAPACITADOS (unidade)	8.200
	Ação
5427 - SELEÇÃO, FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS POLICIAIS CIVIS	orçamentária

Programa: 1811 - CORPO DE BOMBEIROS - PREPARADOS PARA EMERGÊNCIAS COM FOCO NA GESTÃO DE RISCOS

Finalístico

Órgão: 18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS DE INCÊNDIO EM EDIFICAÇÕES SUJEITAS A REGULARIZAÇÃO (%)	95
PERCENTUAL DE SOLICITAÇÕES ATRAVÉS DO SISTEMA VIA FÁCIL ATENDIDAS (%)	75
PERCENTUAL DE VIATURAS OPERACIONAIS TERRESTRES DISPONÍVEIS PARA PRONTA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS (%)	30

Produto: CAPACITAÇÃO OPERACIONAL DE PROFISSIONAIS IMPLEMENTADA

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE BOMBEIROS CAPACITADOS (%)	80
	Ação
5705 - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS	orçamentária

Produto: EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CONSTRUÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÕES (unidade)	100
	Ação
1054 - CONSTRUÇÃO E READEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS	orçamentária

Produto: PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO PÚBLICA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE EDIFICAÇÕES REGULARIZADAS PERANTE O SISTEMA DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO (%)	80
	Ação
6061 - PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO PÚBLICA	orçamentária

Produto: PRONTA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS DE SALVAMENTO E RESGATE

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE EMERGÊNCIAS DE SALVAMENTO E RESGATE ATENDIDAS EM RELAÇÃO A 2014 (%)	97
	Ação
5000 - SALVAMENTO E RESGATE	orçamentária

Produto: PRONTA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS NA PROTEÇÃO A BANHISTAS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE MORTES DE BANHISTAS EM RELAÇÃO A 2014 (%)	90
	Ação
4999 - PROTEÇÃO A BANHISTAS	orçamentária

Produto: PRONTA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS NO COMBATE A INCÊNDIOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS DE INCÊNDIO EM EDIFICAÇÕES EM RELAÇÃO A 2014 (%)	97
	Ação
4998 - COMBATE A INCÊNDIO	orçamentária

Produto: SISTEMAS INFORMATIZADOS E COMUNICAÇÕES OPERACIONAIS

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE COMUNICAÇÕES OPERACIONAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO DIGITALIZADAS (%)	50
	Ação
2525 - SISTEMAS INFORMATIZADOS E COMUNICAÇÕES OPERACIONAIS	orçamentária

Programa: 1814 - MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**Finalístico**

Órgão: 18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE PERÍCIAS CONCLUÍDAS (%)	95
PROPORÇÃO DE LAUDOS EXPEDIDOS (unidade)	0,19

Produto: EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CONSTRUÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÕES (unidade)	4
	Ação
1293 - OBRAS E INSTALAÇÕES DE UNIDADES DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	orçamentária

Produto: FORMAÇÃO, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATENDER A SOCIEDADE*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS (unidade)	500
	Ação
6064 - APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	orçamentária

Produto: PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS E MÉDICO-LEGAIS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE LAUDOS EXPEDIDOS (unidade)	1.000.000
	Ação
4178 - PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS E MÉDICO-LEGAIS	orçamentária

Programa: 1817 - ASSISTÊNCIA À POLÍCIA MILITAR DO ESTADO - CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR**Finalístico**

Órgão: 18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE ATENDIMENTOS EM AÇÕES DE PREVENÇÃO EM RELAÇÃO AOS ATENDIMENTOS NO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (%)	9

Produto: ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E PREVENTIVO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATENDIMENTOS (unidade)	960.000
	Ação
4784 - ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR E ODONTOLÓGICA AOS PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR	orçamentária

Programa: 1818 - MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS (unidade)	19.000
NÚMERO DE PROJETOS DE TI IMPLANTADOS (unidade)	13
NÚMERO DE PROJETOS DE VIDEOMONITORAMENTO IMPLANTADOS/AMPLIADOS (unidade)	2
NÚMERO DE SISTEMAS DE TI ATENDIDOS (unidade)	7

Produto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ATIVIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS (unidade)	19.000
	Ação
5004 - REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA PAULISTA	orçamentária

Produto: IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE INOVAÇÃO E TIC*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS DE TI IMPLANTADOS (unidade)	13
	Ação
5642 - INTELIGÊNCIA POLICIAL	orçamentária

Produto: IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE VIDEOMONITORAMENTO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS DE VIDEOMONITORAMENTO IMPLANTADOS/AMPLIADOS (unidade)	2
	Ação
6058 - OLHO DIGITAL	orçamentária

Programa: 1819 - AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO E DEFESA AO CIDADÃO**Finalístico**

Órgão: 18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE OCORRÊNCIAS DE NATUREZA URGENTE ATENDIDAS EM ATÉ 20 MINUTOS (%)	62
PERCENTUAL DE POLICIAIS MILITARES EMPREGADOS NAS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO (%)	88

Produto: CAMPANHAS INSTITUCIONAIS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS (unidade)	80
	Ação
6066 - POLÍCIA QUE SE VÊ. CUIDANDO DE VOCÊ	orçamentária

Produto: FORMAÇÃO, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA ATENDER À SOCIEDADE*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE POLICIAIS MILITARES FORMADOS, CAPACITADOS E APERFEIÇOADOS. (%)	30
	Ação
4995 - FORMAÇÃO QUALIFICADA E CONTÍNUA	orçamentária

Produto: INSTALAÇÕES POLICIAIS MILITARES CONCLUÍDAS*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE INSTALAÇÕES POLICIAIS MILITARES CONCLUÍDAS (unidade)	30
	Ação
1090 - ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES POLICIAIS MILITARES	orçamentária

Produto: SERVIÇOS DE POLÍCIA OSTENSIVA E PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA PMESP (unidade)	4.860.000
	Ação
4993 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CIDADÃO	orçamentária

Produto: SERVIÇOS DE SAÚDE AO POLICIAL MILITAR*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE POLICIAIS MILITARES APTOS (%)	96
	Ação
5001 - BEM-ESTAR INTEGRAL	orçamentária

Produto: SUPORTE À ATIVIDADE DE POLÍCIA*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE UNIDADES ADMINISTRADAS (unidade)	50
	Ação
4992 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLÍCIA MILITAR	orçamentária

Programa: 2000 - GESTÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA**Finalístico**

Órgão: 20000 - SECRETARIA DA FAZENDA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
COEFICIENTE ENTRE A RECEITA TRIBUTÁRIA E O PIB SP (%)	7,4
RESULTADO PRIMÁRIO (R\$ bilhões)	1,81

Produto: ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
RECEITA TRIBUTÁRIA (R\$ bilhões)	150,8
	Ação
5021 - OPERAÇÃO TRIBUTÁRIA	orçamentária

Produto: FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE RECOMENDAÇÕES IMPLANTADAS PELAS UNIDADES AUDITADAS EM RELAÇÃO ÀS EXARADAS (%)	55
	Ação
5599 - AUDITORIAS NAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	orçamentária

Produto: GESTÃO FINANCEIRA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
RESULTADO PRIMÁRIO (R\$ bilhões)	1,81
	Ação
5022 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	orçamentária

Produto: ITENS NEGOCIADOS NA BEC/SP*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE ITENS EFETIVAMENTE NEGOCIADOS NA BEC/SP (%)	66
	Ação
5601 - GESTÃO DO SISTEMA BOLSA ELETRÔNICA DE COMPRAS - BEC/SP	orçamentária

Programa: 2005 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**Finalístico**

Órgão: 20000 - SECRETARIA DA FAZENDA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE OPERAÇÕES CONTRATADAS (unidade)	1
VARIAÇÃO % ANUAL DE CRESCIMENTO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTO À INVESTIMENTO (%)	13

Produto: INSTITUIÇÕES APOIADAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE INSTITUIÇÕES COM CONTRATOS FORMALIZADOS (unidade)	117
	Ação
	orçamentária
2299 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PAULISTA _AGÊNCIA DE FOMENTO	

Produto: OPERAÇÕES ESTRUTURADAS*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE OPERAÇÕES APROVADAS (unidade)	1
	Ação
	orçamentária
2262 - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE PPP - OPERAÇÕES ESTRUTURADAS	

Programa: 2021 - GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL**Finalístico**

Órgão: 20000 - SECRETARIA DA FAZENDA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE BENEFÍCIOS DE PENSÃO POR MORTE CONCEDIDOS EM PRAZO INFERIOR A 20 DIAS (%) (%)	78,5
TEMPO MÉDIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA (DIAS) (unidade)	52

Produto: BENEFÍCIOS CONCEDIDOS E PAGOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
BENEFICIÁRIOS PAGOS (unidade)	439.060
	Ação
5753 - CONCESSÃO E PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS	orçamentária

Produto: SEDE DA SPPREV CONSTRUÍDA*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
FASES DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO (unidade)	1
	Ação
8260 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SPPREV	não orçamentária

Produto: UNIDADES DE ATENDIMENTO EM FUNCIONAMENTO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
POSTOS DE ATENDIMENTOS DISPONIBILIZADOS (unidade)	18
	Ação
5752 - ADMINISTRAÇÃO DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA	orçamentária

Programa: 2302 - FOMENTO AO EMPREGO E RENDA**Finalístico**

Órgão: 23000 - SEC. DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE TRABALHADORES QUALIFICADOS (unidade)	20.360
TRABALHADOR COLOCADO NO MERCADO DE TRABALHO (unidade)	29.000

Produto: CERTIFICADOS EMITIDOS EM CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE ACORDO COM A CBO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NUMERO DE TRABALHADORES QUALIFICADOS (unidade)	15.860
	Ação
4230 - QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR	orçamentária

Produto: CIDADÃOS ORIENTADOS NA BUSCA POR EMPREGO OU TRABALHO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NUMERO DE TRABALHADORES QUE RECEBERAM ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL (unidade)	4.500
	Ação
5033 - TIMES DO EMPREGO	orçamentária

Produto: INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NUMERO DE TRABALHADORES COLOCADOS NO MERCADO DE TRABALHO (unidade)	29.000
	Ação
5044 - INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA	orçamentária

Produto: TRABALHADOR ORIENTADO COM RELAÇÃO A DIREITOS TRABALHISTAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
TRABALHADOR CIENTE DE SEUS DIREITOS (unidade)	295.000
	Ação
4248 - ORIENTAÇÃO AO TRABALHADOR	orçamentária

Programa: 2305 - FOMENTO AO TRABALHO ARTESANAL**Finalístico**

Órgão: 10000 - SEC.DESENV.ECON.CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE ARTESÃOS ATENDIDOS NO CADASTRAMENTO/RECADASTRAMENTO (unidade)	7.500
NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM ARTESÃOS CADASTRADOS NA SUTACO POR ANO (unidade)	125
PERCENTUAL DE ARTESÃOS ATENDIDOS POR ANO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ARTESÃOS CADASTRADOS (%)	7.500

Produto: FOMENTO À PRODUÇÃO DE ARTESANATO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ARTESÃOS ATENDIDOS (unidade)	500
	Ação
4259 - APOIO E ASSISTÊNCIA AO ARTESÃO	orçamentária

Programa: 2308 - FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO**Finalístico**

Órgão: 23000 - SEC. DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NUMERO DE EMPREENDEDORES ATENDIDOS (unidade)	38.070

Produto: CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO PARA EMPREENDEDORES, ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NUMERO DE MICROCRÉDITOS PRODUTIVOS CONCEDIDOS (unidade)	28.800
	Ação
4225 - BANCO DO POVO PAULISTA	orçamentária

Produto: EMPREENDEDORES CAPACITADOS EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NEGÓCIO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NUMERO DE EMPREENDEDORES CAPACITADOS (unidade)	8.600
	Ação
6104 - EMPREENDEDOR PAULISTA	orçamentária

Produto: EMPRÉSTIMOS HABITACIONAIS CONCEDIDOS PARA REFORMA, AMPLIAÇÃO OU ADEQUAÇÃO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MICROCRÉDITOS A MUTUÁRIOS DA CDHU CONCEDIDOS (unidade)	670
	Ação
6105 - HABITA SP/BANCO DO POVO PAULISTA	orçamentária

Programa: 2309 - OPORTUNIDADES PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO**Finalístico**

Órgão: 23000 - SEC. DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
JOVENS CONTRATADOS COMO ESTAGIÁRIOS (unidade)	6.400
NUMERO DE ALUNOS DE CURSOS TECNICOS CONTRATADOS COMO APRENDIZES (unidade)	1.800
TRABALHADORES COM ACESSO A RENDA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (unidade)	18.900

Produto: ATENDIMENTO A TRABALHADORES COM CONCESSÃO DE RENDA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NUMERO DE BOLSAS AUXÍLIO COM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (unidade)	18.900
	Ação
6109 - FRENTE DE TRABALHO	orçamentária

Produto: DESTACAR ORGANIZAÇÕES COM AÇÕES DE VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE EM SEUS AMBIENTES

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NUMERO DE ORGANIZAÇÕES CONTEMPLADAS (unidade)	6
	Ação
6111 - SELO PAULISTA DA DIVERSIDADE	orçamentária

Produto: ENCAMINHAMENTO DE EGRESSOS DO SIST. PENITENCIÁRIO PARA OPORTUNIDADES DE EMPREGO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NUMERO DE TRABALHADORES EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO (unidade)	300
	Ação
6110 - APOIO AO EGRESSO	orçamentária

Produto: ENCAMINHAMENTO DE JOVENS PARA OPORTUNIDADES DE EMPREGO COMO APRENDIZES

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE APRENDIZES CONTRATADOS (unidade)	1.800
	Ação
6107 - APRENDIZ PAULISTA	orçamentária

Produto: ENCAMINHAMENTO PARA OPORTUNIDADES DE ESTÁGIO EM EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NUMERO DE JOVENS ESTUDANTES CONTRATADOS COMO ESTAGIÁRIOS (unidade)	6.400
	Ação
6153 - JOVEM CIDADÃO - MEU PRIMEIRO TRABALHO	orçamentária

Produto: INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NUMERO DE TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO (unidade)	1.200
	Ação
6108 - APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	orçamentária

Programa: 2310 - QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR PAULISTA**Finalístico**

Órgão: 23000 - SEC. DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE EMPRESAS CERTIFICADAS (unidade)	6

Produto: CERTIFICAÇÃO DE EMPRESAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NUMERO DE EMPRESAS CERTIFICADAS (unidade)	6
	Ação
4227 - PROMOÇÃO DO EMPREGO E TRABALHO	orçamentária

Produto: PLANOS REALIZADOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PLANOS REALIZADOS (unidade)	90
	Ação
4254 - COMISSÕES DE EMPREGO	orçamentária

Programa: 2505 - FOMENTO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL- CASA PAULISTA**Finalístico**

Órgão: 25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa		Meta 2017
FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA CASA PAULISTA (unidade)		51.064
Produto: BENEFÍCIOS HABITACIONAIS CONCEDIDOS		
<i>Finalístico</i>		
Indicador de Produto:		Meta 2017
NÚMERO DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ÀS FAMÍLIAS (unidade)		13.997
		Ação
2503 - APOIO HABITACIONAL		orçamentária
Produto: UNIDADES HABITACIONAIS VIABILIZADAS		
<i>Finalístico</i>		
Indicador de Produto:		Meta 2017
NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS (unidade)		25.261
		Ação
2276 - FOMENTO AO CRÉDITO HABITACIONAL		orçamentária
2486 - PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO MINHA CASA MINHA VIDA		orçamentária
2492 - PARCERIA PÚBLICO PRIVADA - PPP HABITACIONAL		orçamentária
2502 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO URBANO EM PARCERIA COM MUNICÍPIOS		orçamentária

Programa: 2507 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE HABITACIONAL**Finalístico**

Órgão: 25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR REGULARIZAÇÃO (unidade)	26.000

Produto: DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR APOIO À REGULARIZAÇÃO (unidade)	12.000
	Ação
5702 - APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	orçamentária

Produto: DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR REGULARIZAÇÃO EM CONJUNTOS DA CDHU*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR REGULARIZAÇÃO EM CONJUNTOS DA CDHU (unidade)	12.000
	Ação
5703 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE CONJUNTOS HABITACIONAIS	orçamentária

Programa: 2508 - PROVISÃO DE MORADIAS**Finalístico**

Órgão: 25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
MORADIAS VIABILIZADAS EM RELAÇÃO AO DÉFICIT HABITACIONAL FORA DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (%)	4,01

Produto: DOMICÍLIOS ENTREGUES*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS E LOTES URBANIZADOS VIABILIZADOS (unidade)	5.178
	Ação
2006 - PRODUÇÃO DE MORADIAS	orçamentária

Programa: 2509 - REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL E URBANA E INCLUSÃO SOCIAL**Finalístico**

Órgão: 25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
DOMICÍLIOS BENEFICIADOS COM REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL E URBANA EM RELAÇÃO ÀS NECESSIDADES HABITACIONAIS (%)	1,54

Produto: DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR MELHORIAS HABITACIONAIS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR MELHORIAS HABITACIONAIS (unidade)	2.500
	Ação
2003 - MELHORIAS HABITACIONAIS	orçamentária

Produto: DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR MELHORIAS URBANAS EM NÚCLEOS/CONJUNTOS HABITACIONAIS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE NÚCLEOS BENEFICIADOS POR MELHORIAS URBANAS (unidade)	124
	Ação
5057 - MELHORIAS URBANAS	orçamentária

Produto: DOMICÍLIOS ENTREGUES E CARTAS DE CRÉDITO VIABILIZADOS EM ÁREAS CENTRAIS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS E CARTAS DE CRÉDITO VIABILIZADAS EM ÁREAS CENTRAIS (unidade)	135
	Ação
2431 - REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS CENTRAIS	orçamentária

Produto: FAMÍLIAS BENEFICIADAS POR ATENDIMENTO SOCIAL*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS POR ATENDIMENTO SOCIAL (unidade)	29.207
	Ação
1443 - APOIO À ORGANIZAÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA, CONDOMINIAL E INCLUSÃO SOCIAL	orçamentária

Programa: 2510 - URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS**Finalístico**

Órgão: 25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
DOMICÍLIOS BENEFICIADOS COM AÇÕES DE URBANIZAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS NECESSIDADES HABITACIONAIS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (%)	0,28

Produto: DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR URBANIZAÇÃO EM FAVELAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR URBANIZAÇÃO (unidade)	174
	Ação
2005 - URBANIZAÇÃO DE FAVELAS	orçamentária

Produto: UNIDADES HABITACIONAIS E CARTAS DE CRÉDITO PARA REASSENTAMENTO HABITACIONAL*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS PARA REASSENTAMENTO HABITACIONAL (unidade)	3.807
	Ação
2004 - REASSENTAMENTO HABITACIONAL DE RISCO E FAVELAS	orçamentária

Programa: 2511 - HABITAÇÃO SUSTENTÁVEL E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL NA SERRA DO MAR E LITORAL PAULISTA

Finalístico

Órgão: 25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BENEFICIADAS COM AÇÕES DO PROGRAMA (unidade)	18
Produto: DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR URBANIZAÇÃO E REASSENTAMENTO HABITACIONAL	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR URBANIZAÇÃO E REASSENTAMENTO HABITACIONAL NAS ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL DO LITORAL PAULISTA. (unidade)	400
	Ação
2432 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL PAULISTA	orçamentária
Produto: DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR URBANIZAÇÃO E REASSENTAMENTO HABITACIONAL	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR URBANIZAÇÃO E REASSENTAMENTO HABITACIONAL NAS ÁREAS DE INTERESSE DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR E NO LITORAL PAULISTA. (unidade)	666
	Ação
1998 - RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA DO MAR	orçamentária
Produto: SISTEMA INTEGRADO DE FISCALIZAÇÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE FISCALIZAÇÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL (%)	32
	Ação
2483 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL PAULISTA	orçamentária
Produto: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BENEFICIADAS COM AÇÕES DE RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BENEFICIADAS (unidade)	18
	Ação
2315 - RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA DO MAR E SIST. DE MOSAICOS DA MATA ATLÂNTICA	orçamentária

Programa: 2604 - MONITORAMENTO DA QUALIDADE E REDUÇÃO DA PEGADA AMBIENTAL**Finalístico**

Órgão: 26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE HABITANTES ATENDIDOS POR ATERROS DE RESÍDUOS URBANOS COM DISPOSIÇÃO ADEQUADA (%)	97,63
PERCENTUAL DE PRAIAS CLASSIFICADAS EM PRÓPRIAS E IMPRÓPRIAS CONFORME SINALIZAÇÃO COM BANDEIRAS E PAINÉIS (%)	83
PERCENTUAL DE RIOS E RESERVATÓRIOS MONITORADOS ADEQUADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA VIDA AQUÁTICA NO CORPO HÍDRICO. (%)	71,7
PERCENTUAL DE SITUAÇÃO BOA DA QUALIDADE DO AR MEDIDA PELA REDE DE MONITORAMENTO DA CETESB NO ESTADO DE SÃO PAULO (%)	70,7

Produto: APOIO A PROJETOS DE CONTROLE, PRESERVAÇÃO E MELHORIA DO MEIO AMBIENTE*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS FINANCIADOS PELO FUNDO ESTADUAL DE CONTROLE DA POLUIÇÃO - FECOP (unidade)	200
	Ação
1359 - FINANCIAMENTO DE PROJ. AMBIENTAIS FUNDO EST.PREVENÇÃO CONTROLE DA POLUIÇÃO-FECOP	orçamentária

Produto: CAPACITAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO AMBIENTAL – ESCOLA SUPERIOR DA CETESB*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CAPACITAÇÕES (unidade)	4.440
	Ação
6247 - CAPACITAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO AMBIENTAL - ESCOLA SUPERIOR DA CETESB	orçamentária

Produto: LICENÇAS DE EMPREENDIMENTOS E ATIVIDADES QUE UTILIZEM RECURSOS AMBIENTAIS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE LICENÇAS ANALISADAS (%)	100
	Ação
5071 - LICENÇAS DE EMPREENDIMENTOS DE BAIXO E ALTO IMPACTO AMBIENTAL	orçamentária

Produto: MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR PARA O TRECHO NORTE DO RODOANEL MÁRIO COVAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS (unidade)	8
	Ação
2493 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DO RODOANEL MÁRIO COVAS	orçamentária

Produto: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO AR E DAS ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DADOS DE CONCENTRAÇÃO DE POLUENTES ATMOSFÉRICOS COLETADOS (unidade)	2.225.040
	Ação
5065 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO AR E DAS ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	orçamentária

Produto: SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO ONLINE DE RESÍDUOS SÓLIDOS - SIGOR*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM O SIGOR IMPLEMENTADO (unidade)	20
	Ação
8264 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFICIÊNCIA DOS RECURSOS NATURAIS	não orçamentária

Produto: TERMOS DE COMPROMISSO DE RESPONSABILIDADE PÓS-CONSUMO PARA A LOGÍSTICA REVERSA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE TERMOS DE COMPROMISSO FIRMADOS COM OS SETORES ABRANGIDOS PELA RESOLUÇÃO SMA Nº 45, DE 23/06/2015 (unidade)	3
	Ação
8263 - RESPONSABILIDADE PÓS-CONSUMO	não orçamentária

Programa: 2617 - CIDADANIA AMBIENTAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA**Finalístico**

Órgão: 26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS VISITANTES DOS PARQUES URBANOS (%)	75
NÚMERO DE UGRHI CONTEMPLADAS EM PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (unidade)	22

Produto: CAMPANHAS REFERENTES À GUARDA RESPONSÁVEL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE CÃES E GATOS ATENDIDOS PELAS CAMPANHAS DE ESTERILIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO (%)	25
	Ação
6072 - FOMENTO AO BEM-ESTAR DA FAUNA DOMÉSTICA	orçamentária

Produto: CERTIFICAÇÕES CONCEDIDAS PELO PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CERTIFICADOS DO PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL EMITIDOS (unidade)	150
	Ação
2017 - MUNICÍPIO VERDEAZUL - PROTOCOLO DE CONDUTA AMBIENTAL	orçamentária

Produto: PARQUES URBANOS ATENDIDOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE VISITANTES DOS PARQUES URBANOS (unidade)	16.317.594
	Ação
5677 - GESTÃO DE PARQUES URBANOS	orçamentária

Produto: PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE AÇÕES FORMATIVAS (unidade)	85
	Ação
6050 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS	orçamentária

Programa: 2618 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA**Finalístico**

Órgão: 26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
ÍNDICE DE EFETIVIDADE DE MANEJO DE ÁREAS PROTEGIDAS (%)	70
NÚMERO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PROTEGIDAS (unidade)	4.950
NÚMERO DE AÇÕES PARA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO REALIZADAS PELOS INSTITUTOS DE BOTÂNICA, GEOLÓGICO E FLORESTAL (unidade)	264

Produto: ÁREAS EM PROCESSO DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL COMPROMETIDAS COM PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
ÁREAS CADASTRADAS NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL E EM PROCESSO DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL (ha)	12.000.000
	Ação
6079 - ÁREAS EM PROCESSO DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL COMPROMETIDAS COM PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS	orçamentária

Produto: COLEÇÕES CIENTÍFICAS E ACERVOS PROTEGIDOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
COLEÇÕES E ACERVOS PROTEGIDOS (unidade)	870.798
	Ação
5678 - GESTÃO DOS HERBÁRIOS, COLEÇÕES, ACERVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS	orçamentária

Produto: FOMENTO À AMPLIAÇÃO DE ÁREAS DE ECOSSISTEMAS EM PROCESSO DE RESTAURAÇÃO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
ÁREA COBERTA POR ECOSSISTEMAS EM PROCESSO DE RESTAURAÇÃO (ha)	60.000
	Ação
6077 - RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA	orçamentária

Produto: GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO GERIDAS (unidade)	141
	Ação
5063 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	orçamentária
5715 - GESTÃO AMBIENTAL DA SERRA DO MAR, MOSAICOS E CORREDORES DA MATA ATLÂNTICA	orçamentária

Produto: GESTÃO DO JARDIM BOTÂNICO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PÚBLICO ATENDIDO (unidade)	132.000
	Ação
5716 - CONSERVAÇÃO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO DO JARDIM BOTÂNICO	orçamentária

Produto: GESTÃO E PESQUISA EM ÁREAS PROTEGIDAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS ATIVOS NAS RESERVAS BIOLÓGICAS E PEFI (unidade)	55
	Ação
6052 - CONSERVAÇÃO E MANEJO DAS RESERVAS BIOLÓGICAS E PROTEÇÃO DO PEFI	orçamentária

Produto: INCENTIVO À SUSTENTABILIDADE DE SISTEMAS PRODUTIVOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PILOTO DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA) (%)	30
	Ação
2539 - ESTOQUES DE CARBONO E BIODIVERSIDADE	orçamentária

Produto: PESQUISA AMBIENTAL	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PUBLICAÇÕES E SERVIÇOS TÉCNICOS-CIENTÍFICOS (unidade)	706
	Ação
4311 - PESQUISA AMBIENTAL E CAPACITAÇÃO EM BIODIVERSIDADE VEGETAL E MEIO AMBIENTE	orçamentária
Produto: POLÍTICA ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE NORMATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA FAUNA PUBLICADOS (unidade)	1
	Ação
6073 - GESTÃO DA FAUNA SILVESTRE	orçamentária
Produto: PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL (POLÍCIA AMBIENTAL E CFA)	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
ÍNDICE DE AÇÕES DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO (%)	100
	Ação
6233 - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	orçamentária
Produto: PROCESSOS DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL CONSOLIDADOS E RECURSOS JULGADOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
ÍNDICE DE PROCESSOS DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL CONSOLIDADOS E RECURSOS JULGADOS (%)	70
	Ação
5719 - GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO	orçamentária
Produto: PROJETOS DE CONSOLIDAÇÃO E CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO APROVADOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS EXECUTADOS (unidade)	11
	Ação
6180 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	orçamentária
Produto: PROJETOS DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAF) VIABILIZADOS POR MEIO DE CONVÊNIOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE PROJETOS DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAF) IMPLANTADOS (%)	100
	Ação
2353 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL - MICROBACIAS	orçamentária
Produto: UNIDADES DE FISCALIZAÇÃO ADEQUADAS ÀS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA FISCALIZ.	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MELHORIAS OU MANUTENÇÕES IMPLEMENTADAS NAS UNIDADES (unidade)	8
	Ação
6067 - ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	orçamentária
Produto: VISITAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPÉCIES ESTRATÉGICAS NO ZOOLOGICO DE SP	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE VISITANTES DA FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLOGICO DE SÃO PAULO (unidade)	1.600.000
	Ação
5315 - CONSERVAÇÃO MANUT. ESPÉCIES ESTRATÉGICAS EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARQUE ZOOLOGICO SP	orçamentária

Programa: 2619 - REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE AMBIENTAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**Finalístico**

Órgão: 26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS NAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL TERRITORIAL (unidade)	645
NÚMERO DE MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DA CAMPANHA "CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES" (unidade)	234
NÚMERO DE PROGRAMAS DE FISCALIZAÇÃO EM SUB-BACIAS DE MANANCIAS IMPLANTADOS (unidade)	2

Produto: ANÁLISES SOBRE A REDUÇÃO DE EMISSÃO DE CO2

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ANÁLISES SOBRE AS AÇÕES PARA REDUÇÃO DE EMISSÕES DE CO2 E PARA A ADAPTAÇÃO AOS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (unidade)	2
	Ação
6246 - INFORMAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA	orçamentária

Produto: AVALIAÇÃO DE RISCO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO TOTAL DE AVALIAÇÕES ENTREGUES E ACESSO ÀS AVALIAÇÕES DE RISCO (unidade)	22
	Ação
4302 - AVALIAÇÃO E MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO	orçamentária

Produto: DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS.

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ACESSOS DO PÚBLICO EM GERAL AO GEOPORTAL DATAGEO (unidade)	46.800
	Ação
4640 - GERENCIAMENTO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	orçamentária

Produto: INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL TERRITORIAL

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL TERRITORIAL RELACIONADOS ÀS POLÍTICAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E GERENCIAMENTO COSTEIRO DESENVOLVIDOS (unidade)	13
	Ação
6056 - DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL	orçamentária

Produto: MELHORIA NA INTEGRAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS - BIRD

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE RELATÓRIOS DE MONITORAMENTO DO PROJETO DE TRANSPORTE SUSTENTÁVEL DE SÃO PAULO (unidade)	2
	Ação
2463 - INTEGRAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS - BIRD	orçamentária

Produto: PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA PARA AMPLIAÇÃO DO CONHECIMENTO DOS AQUÍFEROS DO ESP

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS E ARTIGOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS (unidade)	8
	Ação
5960 - PROTEÇÃO E GESTÃO DA ÁGUA SUBTERRÂNEA	orçamentária

Produto: PROJETOS APOIADOS PELO FEHIDRO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS EXECUTADOS (unidade)	16
	Ação
6187 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NA ÁREA AMBIENTAL COM RECURSOS DO FEHIDRO	orçamentária

Produto: SUPORTE E APOIO TÉCNICO AO SISTEMA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE INSTRUMENTOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO DE MANANCIAS IMPLEMENTADOS (unidade)	6
6071 - GOVERNANÇA AMBIENTAL DA ÁGUA	Ação orçamentária

Programa: 2701 - DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS E DA ORDEM JURÍDICA**Finalístico**

Órgão: 27000 - MINISTÉRIO PÚBLICO

Indicadores de Resultado do Programa		Meta 2017
ÁREAS DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (unidade)		9
Produto: ATIVIDADES DO MP MODERNIZADAS E APERFEIÇOADAS		
<i>Finalístico</i>		
Indicador de Produto:		Meta 2017
INICIATIVAS (unidade)		6
		Ação
4615 - APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO		orçamentária
Produto: DIFUSÃO DE CONHECIMENTO PARA MEMBROS, SERVIDORES E SOCIEDADE		
<i>Finalístico</i>		
Indicador de Produto:		Meta 2017
CURSOS MINISTRADOS (unidade)		50
		Ação
4610 - CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO		orçamentária
Produto: INGRESSO DE NOVOS MEMBROS NO MP		
<i>Finalístico</i>		
Indicador de Produto:		Meta 2017
CONCURSO DE INGRESSO EM REALIZAÇÃO (unidade)		1
		Ação
4609 - INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO		orçamentária
Produto: INTERESSES SOCIAIS DEFENDIDOS		
<i>Finalístico</i>		
Indicador de Produto:		Meta 2017
PROCURADORIAS DE JUSTIÇA, PROMOTORIAS DE JUSTIÇA E GRUPOS DE ATUAÇÃO ESPECIAL (unidade)		3
		Ação
4595 - DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS		orçamentária
Produto: RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONIBILIZADOS		
<i>Finalístico</i>		
Indicador de Produto:		Meta 2017
CONJUNTOS INFORMATIZADOS (unidade)		3
		Ação
1233 - AVANÇO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		orçamentária
Produto: SUPORTE E MANUTENÇÃO DE TECNOLOGIA REALIZADOS		
<i>Finalístico</i>		
Indicador de Produto:		Meta 2017
CONJUNTOS INFORMATIZADOS (unidade)		3
		Ação
4614 - MANUTENÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		orçamentária
Produto: UNIDADES DA INSTITUIÇÃO ADEQUADAMENTE INSTALADAS		
<i>Finalístico</i>		
Indicador de Produto:		Meta 2017
AQUISIÇÕES, CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES DE IMÓVEIS (unidade)		2
		Ação
1222 - MINISTÉRIO PÚBLICO - AQUISIÇÕES, OBRAS E INSTALAÇÕES		orçamentária

Programa: 2826 - COMUNICAÇÃO SOCIAL

Órgão: 08000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE
 10000 - SEC.DESENV.ECON.CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
 12000 - SECRETARIA DA CULTURA
 13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
 16000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
 17000 - SEC. DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
 18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 20000 - SECRETARIA DA FAZENDA
 23000 - SEC. DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO
 25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO
 26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
 28000 - CASA CIVIL
 29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
 35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
 38000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
 39000 - SECRET. DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
 41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
 47000 - SEC. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
 49000 - SECRETARIA DE ENERGIA E MINERAÇÃO
 50000 - SECRETARIA DE TURISMO
 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
GRAU DE CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO GOVERNO (unidade)	1,02
Produto: DIVULGAÇÃO DE AÇÕES DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO REALIZADAS (unidade)	300
	Ação
5359 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	orçamentária

Programa: 2828 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO**Finalístico**

Órgão: 28000 - CASA CIVIL

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELOS CONVÊNIOS (unidade)	232

Produto: APOIO AOS MUNICÍPIOS NA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM PREFEITURAS MUNICIPAIS (unidade)	300
	Ação
2272 - ATUAÇÃO ESPECIAL EM MUNICÍPIOS	orçamentária
4477 - ARTICULAÇÃO MUNICIPAL E CONSÓRCIOS DE MUNICÍPIOS	orçamentária

Programa: 2829 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MACROMETRÓPOLE PAULISTA

Finalístico

Órgão: 28000 - CASA CIVIL

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM RECURSOS DOS FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO (unidade)	30

Produto: PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO IMPLEMENTADOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS APROVADOS PELOS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO DA MACROMETRÓPOLE PAULISTA (unidade)	16
	Ação
1107 - PROJETOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO DA BAIXADA SANTISTA	orçamentária
1815 - PROJETOS DO FUNDO METROPOLITANO DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO	orçamentária
1885 - PROJETOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	orçamentária
2482 - PROJETOS DO FUNDO DE DESENV.METROP. VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE - FUNDOVALE	orçamentária
2512 - PROJETOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA	orçamentária
2555 - PROJETOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	orçamentária

Programa: 2830 - PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MACROMETRÓPOLE

Finalístico

Órgão: 28000 - CASA CIVIL

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO (PDUIS) CONCLUÍDOS (unidade)	2
Produto: APOIO A PROGRAMAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS REGIONAIS E DE INTEGRAÇÃO REGIONAL APROVADOS PELOS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS (unidade)	17
	Ação
6226 - APOIO AO PLANEJ. E ARTICULAÇÃO P/DESENVOLV. SUSTENTÁVEL DA MACROMETRÓPOLE	orçamentária
Produto: APOIO TÉCNICO AOS FUNDOS E COLEGIADOS METROPOLITANOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS FUNDOS METROPOLITANOS ANALISADOS E LIBERADOS (unidade)	13
	Ação
6227 - GERENCIAMENTO ADMINIST.E FORTALECIMENTO DAS UNIDADES REGIONAIS DA MACROMETRÓPOLE	orçamentária
Produto: APOIO TÉCNICO E ARTICULAÇÃO REGIONAL	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS DA MACROMETRÓPOLE APOIADOS TECNICAMENTE (unidade)	4
	Ação
6083 - ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A MACROMETRÓPOLE	orçamentária
Produto: INFORMAÇÕES E ESTUDOS SOBRE PLANEJAMENTO MACROMETROPOLITANO	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
KM² DE BASE CARTOGRÁFICA EXECUTADA (unidade)	2.250
	Ação
6228 - REFORÇO DAS BASES DO PLANEJAMENTO E MONIT. PARA O DESENV. DA MACROMETRÓPOLE	orçamentária

Programa: 2900 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Finalístico

Órgão: 29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
TAXA DE ADERÊNCIA ENTRE O VALOR DO ORÇAMENTO REALIZADO E DO ORÇAMENTO APROVADO (%)	98
TAXA DE ALCANCE DAS METAS DOS PRODUTOS (%)	70
Produto: AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO E DESENHO DE PROGRAMAS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS REALIZADAS (unidade)	6
	Ação
4483 - AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESEMPENHO DE PROGRAMAS DO PPA	orçamentária
Produto: ESTUDOS SOBRE A SITUAÇÃO DO ESTADO DO SÃO PAULO E DE SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ESTUDOS REALIZADOS (unidade)	26
	Ação
6236 - SUBSÍDIOS TÉCNICOS EM PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	orçamentária
Produto: MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE TÉCNICOS DAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO CAPACITADOS (%)	25
	Ação
2541 - FORTALECIMENTO DA REDE ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	orçamentária
Produto: ORÇAMENTOS ANUAIS ELABORADOS E ACOMPANHADOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS ELABORADAS E ACOMPANHADAS (unidade)	1
	Ação
4485 - GESTÃO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO	orçamentária
Produto: PLANO PLURIANUAL ELABORADO, MONITORADO E REVISTO	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE RELATÓRIOS PERIÓDICOS DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS (unidade)	3
	Ação
6237 - GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL	orçamentária

Programa: 2909 - GESTÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Órgão: 29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS (%)	9,52

Produto: ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS CONTRATADOS (unidade)	11.280
	Ação
5360 - ADMINISTRAÇÃO DOS ESTÁGIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	orçamentária

Produto: GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE SISTEMAS EM OPERAÇÃO (unidade)	26
	Ação
5516 - INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO ESTADO	orçamentária

Programa: 2916 - SÃO PAULO: TERRITÓRIO E CARTOGRAFIA**Finalístico**

Órgão: 28000 - CASA CIVIL

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE ATUALIZAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA DO TERRITÓRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. (%)	25

Produto: GESTÃO DE DOCUMENTOS GEOGRÁFICOS E CARTOGRÁFICOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DOCUMENTOS GEOGRÁFICOS E CARTOGRÁFICOS DISPONIBILIZADOS. (unidade)	4.000
	Ação
5510 - GESTÃO DOCUMENTAL, DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO	orçamentária

Produto: INFORMAÇÕES TÉCNICAS TERRITORIAIS E DE DRENAGEM*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS PRODUZIDAS (unidade)	959
	Ação
6242 - GESTÃO TERRITORIAL	orçamentária

Produto: MAPEAMENTO TOPOGRÁFICO NAS ESCALAS 1:5.000, 1:10.000 E OUTRAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MAPAS PRODUZIDOS (unidade)	3.750
	Ação
5509 - PLANO CARTOGRÁFICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	orçamentária

Programa: 2917 - INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS, SOCIOECONÔMICAS E DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

Finalístico

Órgão: 29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
VOLUME DE INFORMAÇÕES SÓCIOECONÔMICAS CONSULTADAS PELOS USUÁRIOS DA FUNDAÇÃO SEADE (gigabyte)	2.881

Produto: ESTUDOS E ANÁLISES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS ELABORADOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ESTUDOS E ANÁLISES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS ELABORADOS (unidade)	74
	Ação
6240 - PRODUÇÃO DE ESTUDOS E ANÁLISES	orçamentária

Produto: INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS DISPONIBILIZADAS PELA FUNDAÇÃO SEADE

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
VOLUME DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DISPONIBILIZADAS PELA FUNDAÇÃO SEADE (gigabyte)	767
	Ação
5939 - ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES	orçamentária

Produto: SISTEMAS DE INDICADORES GERADOS PELA FUNDAÇÃO SEADE

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE SISTEMAS GERADOS PELA FUNDAÇÃO SEADE (unidade)	51
	Ação
5940 - PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES	orçamentária

Programa: 2918 - ENGENHARIA, GERENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTOS E GESTÃO DE SERVIÇOS**Finalístico**

Órgão: 29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
TAXA DE CONTRATAÇÃO DA CPOS (%)	40

Produto: FISCALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS E GERENCIAMENTO DE OBRAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
QUANTIDADE DE VISTORIAS TÉCNICAS DE FISCALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS (unidade)	2.400
	Ação
5931 - SOLUÇÃO DE ENGENHARIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	orçamentária

Programa: 2920 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO PARA RESULTADOS**Finalístico**

Órgão: 29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
ÍNDICE DE DESEMPENHO DAS COOPERAÇÕES TÉCNICAS (%)	0,92
Produto: APOIO À GESTÃO GOVERNAMENTAL E DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE SP	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO (%)	100
	Ação
6032 - GESTÃO PARA RESULTADOS	orçamentária
Produto: GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS PRODUZIDAS PELA CENTRAL DE TRANSPORTES INTERNOS (unidade)	415
	Ação
6238 - CENTRAL DE TRANSPORTES INTERNOS	orçamentária
Produto: PRÊMIO MÁRIO COVAS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE INSCRIÇÕES VÁLIDAS NO PRÊMIO MÁRIO COVAS (unidade)	210
	Ação
5880 - PRÊMIO MÁRIO COVAS	orçamentária
Produto: PROGRAMA ESTADUAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ITENS DO CADMAT/SIAFÍSICO CONTEMPLADOS COM O SELO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL (unidade)	1.800
	Ação
5881 - MELHORIA DA QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	orçamentária
Produto: SERVIÇO DE APOIO À BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PARECERES TÉCNICOS PRODUZIDOS PELO SERVIÇO DE APOIO À BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS - SABR (unidade)	37
	Ação
8265 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DE BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS	não orçamentária

Programa: 2921 - GESTÃO DE PESSOAS**Finalístico**

Órgão: 29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
ÍNDICE DE ABSENTISMO POR ADOECIMENTO DE SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS (%)	5,05
TAXA DE PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES EM RELAÇÃO AO ALCANCE E À QUALIDADE DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS (%)	21

Produto: CERTIFICAÇÃO DE CANDIDATOS À FUNÇÕES DE LIDERANÇA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE FUNÇÕES CERTIFICADAS (unidade)	1
	Ação
6256 - CERTIFICAÇÃO OCUPACIONAL PARA CARGOS E FUNÇÕES DE COMANDO	orçamentária

Produto: FORMAÇÃO DE SERVIDORES EM GESTÃO PÚBLICA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES EM GESTÃO PÚBLICA (h/aula)	81.009
	Ação
5357 - CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS	orçamentária

Produto: PERÍCIAS, LAUDOS E PARECERES MÉDICOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
QUANTIDADE DE PERÍCIAS MÉDICAS, LAUDOS E PARECERES (unidade)	346.200
	Ação
5971 - REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS	orçamentária

Produto: PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE DOS SERVIDORES

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CAMPANHAS REALIZADAS (unidade)	10
	Ação
5885 - QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE DO SERVIDOR	orçamentária

Produto: RH-FOLHA - SISTEMA INTEGRADO DE RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA RH-FOLHA (%)	50
	Ação
5884 - INTEGRAÇÃO, OPERAÇÃO E SUPORTE À GESTÃO DOS ÓRGÃOS DE RECURSOS HUMANOS	orçamentária

Programa: 2924 - ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL**Finalístico**

Órgão: 29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
DISPERSÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DE SAÚDE POR VIDAS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS (%)	31
DISPERSÃO DOS SERVIÇOS DE INTERNAÇÕES POR MIL VIDAS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS (%)	65
DISPERSÃO DOS SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS DE SAÚDE POR VIDAS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS (%)	31,5
PESQUISA DE SATISFAÇÃO AOS USUÁRIOS/CONTRIBUINTES DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL (%)	90

Produto: ASSISTÊNCIA À SAÚDE OFERECIDA AOS BENEFICIÁRIOS DO IAMSPE NA CAPITAL (HSPE)

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NO HSPE (unidade)	4.900.000
	Ação
4860 - ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR PRÓPRIA - HSPE	orçamentária

Produto: ASSISTÊNCIA À SAÚDE OFERECIDA AOS BENEFICIÁRIOS DO IAMSPE NA CAPITAL (REDE)

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NOS CREDENCIADOS NA CAPITAL SP (unidade)	1.300.000
	Ação
4107 - ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR À SAÚDE NA CAPITAL	orçamentária

Produto: ASSISTÊNCIA À SAÚDE OFERECIDA AOS BENEFICIÁRIOS DO IAMSPE NO INTERIOR (CEAMAS)

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CONSULTAS MÉDICAS AMBULATORIAIS (unidade)	135.500
	Ação
4109 - ASSISTÊNCIA MÉDICO AMBULATORIAL NOS CEAMAS	orçamentária

Produto: ASSISTÊNCIA À SAÚDE OFERECIDA AOS BENEFICIÁRIOS DO IAMSPE NO INTERIOR (REDE)

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NOS CREDENCIADOS NO INTERIOR (unidade)	5.700.000
	Ação
6239 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM UNIDADES CONTRATADAS NO INTERIOR	orçamentária

Produto: ENSINO E FORMAÇÃO OFERECIDOS À PROFISSIONAL DE SAÚDE E PESQUISA APLICADA À SAÚDE

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM APRENDIZADO/FORMAÇÃO NO HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL (unidade)	7.600
	Ação
6044 - DESENVOLVIMENTO DE ENSINO E PESQUISA	orçamentária

Produto: SERVIÇOS DE PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE USUÁRIOS CADASTRADOS NO PROGRAMA DE GESTÃO DE CRÔNICOS (unidade)	41.711
	Ação
6048 - PROMOÇÃO E PROTEÇÃO À SAÚDE DO USUÁRIO DO IAMSPE	orçamentária

Programa: 2926 - UM NOVO DETRAN PARA SÃO PAULO**Finalístico**

Órgão: 29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM O NOVO DETRAN (%)	95
ÍNDICE DE UNIDADES MODERNIZADAS (%)	66

Produto: SERVIÇOS DE PÁTIOS E LEILÕES*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CONTRATOS FIRMADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS (unidade)	13
	Ação
6255 - ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS E LEILÕES	orçamentária

Produto: SERVIÇOS DE TRÂNSITO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DOCUMENTOS DE TRÂNSITO EMITIDOS (unidade)	29.000.000
	Ação
4990 - SERVIÇOS DE TRÂNSITO	orçamentária

Programa: 2927 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO**Finalístico**

Órgão: 29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE CIDADÃOS E MULTIPLICADORES IMPACTADOS (unidade)	465.818
PERCENTUAL DE CONDUTORES MULTADOS POR DIRIGIREM ALCOOLIZADOS (%)	7

Produto: AÇÕES DE EDUCAÇÃO E FISCALIZAÇÃO PARA O TRÂNSITO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO PROMOVIDAS (unidade)	13.119
	Ação
4991 - EDUCAÇÃO E FISCALIZAÇÃO PARA O TRÂNSITO	orçamentária

Produto: OBSERVATÓRIO PAULISTA DE TRÂNSITO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
QUANTIDADE DE ÓRGÃOS QUE REALIZARAM PARCERIA COM OBSERVATÓRIO PAULISTA (unidade)	3
	Ação
8271 - INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DE TRÂNSITO	não orçamentária

Produto: OPERAÇÃO DIREÇÃO SEGURA INTEGRADA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
QUANTIDADE DE ABORDAGENS DA OPERAÇÃO DIREÇÃO SEGURA INTEGRADA (unidade)	48.360
	Ação
8270 - FISCALIZAÇÃO DE ALCOOLEMIA - OPERAÇÃO DIREÇÃO SEGURA	não orçamentária

Programa: 3500 - ENFRENTAMENTO À EXTREMA POBREZA**Finalístico**

Órgão: 35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE FAMÍLIAS COM RENDIMENTO ATÉ 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA ATENDIDAS PELO PROGR.RENDA CIDADÃ OU AÇÃO JOVEM (unidade)	235.763
Produto: ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE EXTREMA POBREZA ATENDIDAS PELO FAMÍLIA PAULISTA (unidade)	50.000
	Ação
8228 - SÃO PAULO SOLIDÁRIO	não orçamentária
Produto: LEITE ENRIQUECIDO OFERECIDO ÀS CRIANÇAS E IDOSOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE FAMÍLIAS COM CRIANÇAS E IDOSOS ATENDIDAS PELO VIVALEITE (unidade)	525.000
	Ação
6000 - VIVA LEITE	orçamentária
Produto: OBRAS E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE NATUREZA PERMANENTE	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CONVÊNIOS ASSINADOS COM PREFEITURAS MUNICIPAIS (unidade)	29
	Ação
1825 - REVITALIZAÇÃO DA REDE EXECUTORA	orçamentária
Produto: PARCERIA ESTADO-MUNICÍPIO NA PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO ATIVO.	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CONVÊNIOS CELEBRADOS PARA CONSTRUÇÃO DE CCIS E CDIS (unidade)	10
	Ação
2481 - SÃO PAULO AMIGO DO IDOSO	orçamentária
Produto: REFEIÇÕES OFERECIDAS AOS CIDADÃOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE REFEIÇÕES SERVIDAS PELO BOM PRATO (unidade)	21.500.000
	Ação
6001 - BOM PRATO	orçamentária
Produto: TRANSFERÊNCIA DE RENDA - AÇÃO JOVEM	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE JOVENS ATENDIDOS COM O BENEFÍCIO DO AÇÃO JOVEM (unidade)	95.000
	Ação
5604 - AÇÃO JOVEM	orçamentária
Produto: TRANSFERÊNCIA DE RENDA - GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO MÉDIO DE BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS COM O BENEFÍCIO DO PROGRAMA GERACAO DE TRABALHO E RENDA (unidade)	15.000
	Ação
5945 - GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	orçamentária
Produto: TRANSFERÊNCIA DE RENDA - RENDA CIDADÃ	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS COM O BENEFÍCIO RENDA CIDADÃ (unidade)	140.963
	Ação
5579 - RENDA CIDADÃ	orçamentária

Produto: TRANSFERÊNCIA DE RENDA - RENDA CIDADÃ BENEFÍCIO IDOSO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE IDOSOS ATENDIDOS PELO PROGRAMA RENDA CIDADÃ - BENEFÍCIO IDOSO (unidade)	3.000
	Ação
6154 - RENDA CIDADÃ - BENEFÍCIO IDOSO	orçamentária

Programa: 3517 - PROTEÇÃO SOCIAL**Finalístico**

Órgão: 35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS PELA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (unidade)	1.433.782
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS PELA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE (unidade)	94.548
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS PELA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE (unidade)	208.049

Produto: PARCERIAS COM MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE UNIDADES DE REFERÊNCIA DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (unidade)	1.065
	Ação
5530 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	orçamentária

Produto: PARCERIAS COM MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMP*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE UNIDADES DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE (unidade)	1.703
	Ação
6035 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	orçamentária

Produto: PARCERIAS COM MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COM*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE UNIDADES DA REDE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE (unidade)	307
	Ação
6197 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	orçamentária

Programa: 3519 - MELHORIA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE SECRETARIAS QUE SE BENEFICIARAM COM O USO DO CADASTRO ÚNICO (unidade)	1
PERCENTUAL DE PROGRAMAS DA SEDS QUE UTILIZAM O CADASTRO ÚNICO (%)	60
Produto: ANÁLISES E INFORMAÇÕES TÉCNICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ESTUDOS TÉCNICOS ELABORADOS E PUBLICADOS (unidade)	20
	Ação
5076 - VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	orçamentária
Produto: CADASTRO ÚNICO CONSOLIDADO E ATIVO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE UNIFICAÇÃO DOS CADASTROS (%)	60
	Ação
2554 - ESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS DE APOIO À POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	orçamentária
Produto: EDUCAÇÃO PERMANENTE E CONTINUADA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATORES SOCIAIS CAPACITADOS (unidade)	21.000
	Ação
6030 - ESCOLA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SÃO PAULO	orçamentária
Produto: PROJETOS DE AÇÕES DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS DELIBERADOS PELO CONDECA (unidade)	150
	Ação
4008 - CONTROLE SOCIAL - GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONDECA	orçamentária

Programa: 3703 - PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO DO TRANSP. METROP. - PITU VIVO

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Órgão: 37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR ANO (unidade)	2.816.040.276

Produto: ESTUDOS TÉCN. E ANÁL. EM PLANEJ. E GESTÃO INTEGR. DO SIST. DE TRANSP.

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ESTUDOS TÉCNICOS E ANÁLISES REALIZADOS (unidade)	12
	Ação
4288 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DO SISTEMA DE TRANSPORTE METROPOLITANO	orçamentária

Produto: ESTUDOS TÉCNICOS SOBRE CUSTOS DO SERVIÇO DE TRANSPORTE METROPOLITANO

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ESTUDOS TÉCNICOS E ANÁLISES REALIZADOS (unidade)	12
	Ação
4286 - MONITORAMENTO DA QUALIDADE E DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE METROPOLITANO	orçamentária

Produto: PROJETOS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DESENVOLVIDOS (unidade)	12
	Ação
5089 - COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL SOBRE TRANSPORTES METROPOLITANOS	orçamentária

Programa: 3706 - EXPANSÃO E GESTÃO DO TRANSPORTE DE BAIXA E MÉDIA CAPACIDADE - PITU EM MARCHA

Finalístico

Órgão: 37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
EXPANSÃO DOS CORREDORES METROPOLITANOS - ECM (km)	30,2
ÍNDICE DE QUALIDADE DO CLIENTE PONDERADO - IQCP NAS RM'S (unidade)	5,11
ÍNDICE DE QUALIDADE DO TRANSPORTE PONDERADO - IQTP NAS RM'S (unidade)	5,79
NÍVEL DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO - NSU (%)	50,6

Produto: DISPONIBILIZAÇÃO DE NOVAS ALTERNATIVAS DE TRAÇÃO PARA ÔNIBUS MENOS POLUENTES

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE ÔNIBUS COM EMISSÕES DE POLUENTES DENTRO DOS LIMITES LEGAIS ESTABELECIDOS PELO PROCONVE (P-7) EM VIGOR. (%)	44
	Ação
1967 - REDUÇÃO DE POLUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS	orçamentária

Produto: ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE TRANSPORTE METROPOLITANO NAS RM'S

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
KM DE CORREDORES, BRT E VLT IMPLANTADOS (km)	16,4
	Ação
1469 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO METROPOLITANO - SIM DA BAIXADA SANTISTA	orçamentária
1505 - MELHORAMENTOS NA INFRAESTRUTURA DE CORREDORES	orçamentária
1938 - CORREDOR VEREADOR BILÉO SOARES - ESTRUTURAÇÃO DO TRANSPORTE NA RM DE CAMPINAS	orçamentária
1939 - CORREDOR GUARULHOS-SP - ESTRUTURAÇÃO DO TRANSPORTE NA REGIÃO NORDESTE DA RMSP	orçamentária
2287 - CORREDOR METROPOLITANO ITAPEVI-SP - ESTRUTURAÇÃO TRANSP. NA REGIÃO OESTE DA RMSP	orçamentária

Produto: ESTUDOS E PROJETOS PARA PLANEJ. E DESENV. DE SIST. DE BAIXA E MÉDIA CAPACIDADE

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE APOIO À GESTÃO (unidade)	2
	Ação
1486 - SISTEMAS DE BAIXA E MÉDIA CAPACIDADE - EXPANSÃO NAS REGIÕES METROPOLITANAS	orçamentária
1827 - TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO VINCULADO À EMTU-GESTÃO CORPORATIVA	orçamentária
1876 - PROGRAMA CONEXÕES METROPOLITANAS	orçamentária
2540 - ESTRUTURAÇÃO DO TRANSPORTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA	orçamentária
2553 - ESTRUTURAÇÃO DO TRANSPORTE NA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE	orçamentária

Produto: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NO SIM BAIXADA SANTISTA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR ANO (unidade)	69.974.645
	Ação
2484 - APOIO À PPP OPERAÇÃO E CONSTRUÇÃO TRECHOS VLT SIM BAIXADA SANTISTA	orçamentária

Programa: 3707 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE SOBRE TRILHOS - PITU EM MARCHA

Finalístico

Órgão: 37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DOS TRENS METROPOLITANOS PELOS USUÁRIOS (%)	70
ÍNDICE DE DENSIDADE DA REDE FERROVIÁRIA (unidade)	3,1
NÚMERO DE LUGARES OFERTADOS (unidade)	158.000

Produto: LINHA 13 - JADE IMPLANTADA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DO EMPREENDIMENTO (%)	24,9
	Ação
2331 - LINHA 13 JADE - BRÁS / AEROPORTO - IMPLANTAÇÃO	orçamentária

Produto: LINHA 9 - ESMERALDA ESTENDIDA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DO EMPREENDIMENTO (%)	12,1
	Ação
2323 - EXTENSÃO DA LINHA 9 - ESMERALDA ATÉ VARGINHA	orçamentária

Produto: LINHAS 7, 8, 9, 10, 11 E 12 DE TRENS METROPOLITANOS MODERNIZADAS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE NOVAS E ADAPTADAS ESTAÇÕES FUNCIONAIS E ACESSÍVEIS (unidade)	3
	Ação
2092 - MODERNIZAÇÃO DA LINHA 7 - RUBI DA CPTM	orçamentária
2093 - MODERNIZAÇÃO DA LINHA 8 - DIAMANTE DA CPTM	orçamentária
2094 - MODERNIZAÇÃO DA LINHA 10 - TURQUESA DA CPTM	orçamentária
2095 - MODERNIZAÇÃO DA LINHA 11 - CORAL DA CPTM	orçamentária
2172 - MODERNIZAÇÃO DA LINHA 9 - ESMERALDA DA CPTM	orçamentária
2173 - MODERNIZAÇÃO DA LINHA 12 - SAFIRA DA CPTM	orçamentária

Produto: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR TRENS METROPOLITANOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS - MÉDIA POR DIA ÚTIL (unidade)	2.732.273
	Ação
4627 - OPERAÇÃO DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS	orçamentária

Programa: 3708 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO - PITU EM MARCHA

Finalístico

Órgão: 37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
ÍNDICE DA VARIAÇÃO DO TOTAL DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO METRÔ (unidade)	1,28
ÍNDICE DE DENSIDADE DA REDE METROVIÁRIA (unidade)	16,22
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA (unidade)	1,27
VARIAÇÃO DA EXTENSÃO DA REDE DE METRÔ (unidade)	1,55
Produto: ESTUDOS E PROJETOS FUNCIONAIS ELABORADOS	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DA ELABORAÇÃO DE PESQUISAS, ESTUDOS E PROJETOS FUNCIONAIS PARA NOVAS LINHAS E EXTENSÕES DE LINHAS EXISTENTES DE METRÔ NO PERÍODO (%)	16
	Ação
1491 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA EXPANSÃO DA REDE METROVIÁRIA	orçamentária
Produto: IMPLANTAÇÃO DA LINHA 18 - BRONZE	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DA OBRA (%)	16,5
	Ação
2474 - CONCESSÃO DA LINHA 18 BRONZE DE SP - TAMANDUATEI A DJALMA DUTRA - MONOTRILHO	orçamentária
Produto: IMPLANTAÇÃO DA LINHA 6 LARANJA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DA OBRA (%)	23,2
	Ação
2475 - CONCESSÃO DA LINHA 6 - LARANJA DE BRASILÂNDIA A SÃO JOAQUIM	orçamentária
Produto: LINHA 2 VERDE EM OPERAÇÃO MODERNIZADA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO DA LINHA 2 VERDE NO PERÍODO (%)	26
	Ação
2132 - LINHA 2 - VERDE - RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	orçamentária
Produto: LINHA 5 LILÁS EM OPERAÇÃO MODERNIZADA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO DA LINHA 5 LILÁS NO PERÍODO (%)	40
	Ação
2135 - LINHA 5 - LILÁS - RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	orçamentária
Produto: OBRAS E SISTEMAS DA LINHA 15 PRATA IMPLANTADOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DE OBRAS CIVIS E SISTEMAS DA LINHA 15 PRATA (%)	14
	Ação
2289 - LINHA 15 PRATA - IPIRANGA - CIDADE TIRADENTES	orçamentária
Produto: OBRAS E SISTEMAS DA LINHA 17 OURO IMPLANTADOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DE OBRAS CIVIS E SISTEMAS DA LINHA 17 OURO (%)	20
	Ação
2282 - LINHA 17 - OURO - JABAQUARA - SÃO PAULO-MORUMBI	orçamentária

Produto: OBRAS E SISTEMAS DA LINHA 2 VERDE IMPLANTADOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DE OBRAS E SISTEMAS DA LINHA 2 VERDE NO PERÍODO (%)	8
	Ação
2288 - LINHA 2 - VERDE - VILA PRUDENTE - DUTRA	orçamentária
Produto: OBRAS E SISTEMAS DA LINHA 4 AMARELA IMPLANTADOS (FASE II)	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DAS OBRAS CIVIS E SISTEMAS DA LINHA 4 AMARELA (%)	25
	Ação
2134 - LINHA 4 - AMARELA - VILA SÔNIA-LUZ - FASE II	orçamentária
Produto: OBRAS E SISTEMAS DA LINHA 5 LILAS IMPLANTADOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DAS OBRAS CIVIS E SISTEMAS DA LINHA 5 LILÁS (%)	9
	Ação
1483 - LINHA 5 - LILÁS - TRECHO LARGO 13 - CHÁCARA KLABIN	orçamentária
Produto: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NA LINHA 4 AMARELA SOB GESTÃO DA CONCESSIONÁRIA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR ANO (unidade)	215.415.270
	Ação
2544 - APOIO À PPP OPERAÇÃO DA LINHA 4 - AMARELA	orçamentária
Produto: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NAS LINHAS SOB GESTÃO DO METRÔ	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA METROVIÁRIO POR ANO (unidade)	1.668.658.050
	Ação
2171 - OPERAÇÃO DAS LINHAS METROVIÁRIAS	orçamentária
Produto: TRANSPORTE GRATUITO AOS USUÁRIOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS GRATUITAMENTE POR ANO (unidade)	93.167.000
	Ação
4624 - LINHAS METROVIÁRIAS - RESSARCIMENTO DE GRATUIDADES A USUÁRIOS	orçamentária
Produto: TRANSPORTE SUBSIDIADO AOS ESTUDANTES	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE USUÁRIOS ESTUDANTES COM TRANSPORTE SUBSIDIADO POR ANO (unidade)	62.030.000
	Ação
5565 - LINHAS METROVIÁRIAS - RESSARCIMENTO DE SUBSÍDIO AOS USUÁRIOS ESTUDANTES	orçamentária

Programa: 3709 - RENOVAÇÃO DO COMPLEXO TURÍSTICO EFCJ**Finalístico**

Órgão: 37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
TAXA DE OCUPAÇÃO (%)	46,67

Produto: COMPLEXO TURÍSTICO DA EFCJ MODERNIZADO E EXPANDIDO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DE MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA EFCJ (%)	25
	Ação
2338 - MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DO COMPLEXO TURÍSTICO DA EFCJ	orçamentária

Produto: ESTRADA DE FERRO CJ EM FUNCIONAMENTO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE USUÁRIOS TRANSPORTADOS POR ANO (unidade)	481.470
	Ação
5819 - OPERAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO CAMPOS DO JORDÃO	orçamentária

Programa: 3710 - MODERNIZAÇÃO DO TRANSPORTE METROPOLITANO MEDIANTE AQUISIÇÃO DE MATERIAL RODANTE

Finalístico

Órgão: 37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NAS LINHAS OBJETO DOS INVESTIMENTOS (unidade)	987.045.064
Produto: PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NA LINHA 11 - CORAL DA CPTM	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR ANO (unidade)	244.609.153
	Ação
2297 - MODERNIZAÇÃO DO MATERIAL RODANTE-SISTEMA FERROVIÁRIO METROPOLITANO BIRD	orçamentária
Produto: PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NA LINHA 5 - LILÁS DO METRÔ	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR ANO (unidade)	343.866.500
	Ação
2318 - MODERNIZAÇÃO DO MATERIAL RODANTE DO SISTEMA METROVIÁRIO METROPOLITANO -BIRD	orçamentária
Produto: PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NA LINHA 9-ESMERALDA DA CPTM	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR ANO (unidade)	171.121.707
	Ação
2296 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROFERROVIÁRIO METROPOLITANO - BID	orçamentária
Produto: PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NAS LINHAS 7 E 12 DA CPTM	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR ANO (unidade)	227.447.704
	Ação
2298 - MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS METROVIÁRIO E FERROVIÁRIO - BIRD/JBIC	orçamentária
Produto: TRENS ENTREGUES PARA O SISTEMA METROFERROVIÁRIO	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE TRENS ENTREGUES (unidade)	20
	Ação
2464 - MODERNIZAÇÃO DO MATERIAL RODANTE DO SISTEMA METROPOLITANO DE TRANSPORTE	orçamentária

Programa: 3813 - GESTÃO DA CUSTÓDIA DA POPULAÇÃO PENAL**Finalístico**

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE

38000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
TAXA DE CUSTODIADOS ATENDIDOS POR LESÃO CORPORAL, POR MIL CUSTODIADOS (unidade)	0,24
TAXA DE INCIDÊNCIA DE TUBERCULOSE POR 100MIL CUSTODIADOS (unidade)	1.024,25

Produto: SERVIÇOS DE CUSTÓDIA PRESTADOS DE FORMA HUMANA E SEGURA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE UNIDADES PRISIONAIS EM REGIME FECHADO COM AUTOMATIZAÇÃO DAS CELAS (%)	40,36
	Ação
6139 - GESTÃO HUMANA E SEGURANÇA DA CUSTÓDIA	orçamentária

Produto: SERVIÇOS DE NECESSIDADES MATERIAIS BÁSICAS EM APOIO À CUSTÓDIA REALIZADOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CUSTODIADOS ATENDIDOS (unidade)	247.270
	Ação
6141 - PROVISÃO DE SERVIÇOS DE NECESSIDADES MATERIAIS BÁSICAS AOS CUSTODIADOS	orçamentária

Produto: SERVIÇOS HOSPITALARES E DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM GERAL*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE UNIDADES PRISIONAIS COM EQUIPE MÍNIMA DE SAÚDE (%)	55,73
	Ação
6142 - PROVISÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO À SAÚDE	orçamentária

Produto: UNIDADES PRISIONAIS CONSERVADAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE UNIDADES PRISIONAIS CONSERVADAS (unidade)	183
	Ação
6167 - CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPAROS DAS UNIDADES PRISIONAIS EM APOIO À CUSTÓDIA	orçamentária

Produto: VAGAS DE CUSTÓDIA PARA OS REGIMES FECHADO E SEMI ABERTO*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE VAGAS CRIADAS (unidade)	11.632
	Ação
2470 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA DE APOIO A CUSTÓDIA E A REINTEGRAÇÃO	orçamentária
2504 - APOIO À PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA P/ CONSTRUÇÃO/OPERAÇÃO DE COMPLEXOS PRISIONAIS	orçamentária

Programa: 3814 - GESTÃO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO PENAL, EGRESSOS E SEUS FAMILIARES

Finalístico

Órgão: 38000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO APENADOS COM PENA ALTERNATIVA CUMPRIDA OU EM CUMPRIMENTO (unidade)	18.300
PERCENTUA DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL QUE RECEBERAM ASSISTÊNCIA EM APOIO À SUA REINTEGRAÇÃO (%)	8,46
PERCENTUAL DE CUSTODIADOS QUE, NO ANO, CONCLUÍRAM AO MENOS UM CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (%)	36,56
RAZÃO DE ATENDIMENTOS POR SENTENCIADO ASSISTIDO (unidade)	2,9

Produto: EDUCAÇÃO E CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERECIDOS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MATRICULADOS EM CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO E PROFISSIONALIZANTE (unidade)	25.660
	Ação
6143 - FORMAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL	orçamentária

Produto: GESTAO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE VAGAS DE TRABALHO PARA PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS (unidade)	35.400
	Ação
6147 - PROMOÇÃO DA APLICAÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO	orçamentária

Produto: POSTOS DE TRABALHO OFERECIDOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE VAGAS LABORAIS ATIVAS OFERTADAS PARA CUSTODIADOS E EGRESSOS (unidade)	21.640
	Ação
6144 - PROVISÃO DE POSTOS DE TRABALHO	orçamentária

Produto: PROVISÃO DE CONDIÇÕES PARA ASSISTÊNCIA LEGAL

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE INSTRUÇÕES JUDICIAIS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVISTOS EM LEI (unidade)	1.230.520
	Ação
6145 - ASSISTÊNCIA LEGAL AOS CUSTODIADOS E SERVIÇOS DE APOIO À REINTEGRAÇÃO SOCIAL	orçamentária

Produto: SERVIÇOS DE REINT. SOCIAL E ASSISTÊNCIA PRESTADOS AOS CUSTODIADOS E SUA FAMILIA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATENDIMENTOS ASSISTENCIAIS AOS CUSTODIADOS E SUA FAMILIA (unidade)	700.000
	Ação
6166 - PROMOÇÃO DA REINTEGRAÇÃO SOCIAL A CUSTODIADOS E FAMILIARES	orçamentária

Produto: SERVIÇOS DE REINT. SOCIAL E ASSISTÊNCIA PRESTADOS AOS EGRESSOS E SUA FAMILIA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE EGRESSOS E FAMILIARES ATENDIDOS (unidade)	151.250
	Ação
6140 - ASSISTÊNCIA AO EGRESSO E À FAMÍLIA	orçamentária

Programa: 3906 - SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAS DE INTERESSE REGIONAL**Finalístico**

Órgão: 25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO
39000 - SECRET. DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
TAXA DE COBERTURA DE ATENDIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (%)	82

Produto: DOMICÍLIOS ENTREGUES PARA REASSENTAMENTO HABITACIONAL*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DOMICÍLIOS ENTREGUES PARA REASSENTAMENTO HABITACIONAL DE MANANCIAS (unidade)	60
	Ação
1440 - MANANCIAS DO ALTO TIETÊ	orçamentária

Produto: INTERVENÇÕES PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA ÁGUA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE INTERVENÇÕES CONTRATADAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA ÁGUA. (unidade)	1
	Ação
1599 - RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS MANANCIAS DO TIETÊ	orçamentária

Programa: 3907 - INFRAESTRUTURA HÍDRICA, COMBATE A ENCHENTES E SANEAMENTO**Finalístico**

Órgão: 39000 - SECRET. DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
CAPACIDADE DE RETENÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DE REGULAÇÃO - PISCINÕES (m³)	6.242.450
CAPACIDADE DO SISTEMA DE DRENAGEM (UN N.Ident)	1.040
CARGA DE ESGOTO REMOVIDA (t/ano)	7.992

Produto: ATENDIMENTO A MUNICÍPIOS EM SANEAMENTO, COMBATE A ENCHENTES E RECURSOS HÍDRICOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS (unidade)	10
	Ação
1596 - APOIO A MUNICÍPIOS EM INTERVENÇÕES NO SETOR DE RECURSOS HÍDRICOS	orçamentária

Produto: MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE DRENAGEM E RETENÇÃO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ESTRUTURAS HÍDRICAS ATENDIDAS (unidade)	33
	Ação
4033 - MANUTENÇÃO/OPERAÇÃO DE ESTRUTURAS HIDRÁULICAS DE SISTEMAS DE DRENAGEM E RETENÇÃO	orçamentária

Produto: OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRATAMENTO E AFASTAMENTO DE ESGOTOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
CARGA DE ESGOTO REMOVIDO (t/ano)	7.992
	Ação
1597 - ÁGUA LIMPA	orçamentária

Produto: OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO PARQUE VÁRZEAS DO TIETÊ

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE OBRAS ENTREGUES (unidade)	2
	Ação
2301 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE VÁRZEAS DO TIETÊ	orçamentária

Produto: PROJETOS E OBRAS DE RESERVATÓRIOS DE RETENÇÃO COMBATE A ENCHENTES - PISCINÕES

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE RESERVATÓRIOS ENTREGUES (unidade)	1
	Ação
1573 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE RETENÇÃO E COMBATE A ENCHENTES-PISCINÕES	orçamentária

Produto: PROJETOS E OBRAS DE SISTEMAS DE DRENAGEM NOS CURSOS D'ÁGUA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE OBRAS ENTREGUES (unidade)	2
	Ação
1021 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE DRENAGEM E COMBATE A ENCHENTES	orçamentária

Produto: RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO DA CALHA DO TIETÊ

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
VOLUME DE MATERIAL RETIRADO DOS CORPOS D'ÁGUA (m³/ano)	900.000
	Ação
6157 - PRESERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CALHA DO TIETÊ	orçamentária

Produto: RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VÁRZEAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
ÁREA DE VÁRZEAS RECUPERADAS, CONSERVADAS E COM MANUTENÇÃO (ha)	14.000.000
	Ação
4029 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VÁRZEAS	orçamentária

Programa: 3913 - PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS**Finalístico**

Órgão: 39000 - SECRET. DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE OUTORGAS DE DIREITO DE USO CONCEDIDAS PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (unidade)	10.000

Produto: CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PARA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CAPACITAÇÕES EM GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS REALIZADAS (unidade)	1
	Ação
5399 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO PARA O USO RACIONAL DOS REC. HÍDRICOS	orçamentária

Produto: ESTUDOS E ANÁLISES EM APOIO À GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PUBLICAÇÕES DE APOIO À GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS (unidade)	2
	Ação
1625 - ESTUDOS VOLTADOS À GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	orçamentária

Produto: MEDIÇÕES DE DADOS HIDROMETEREOLÓGICOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MEDIÇÕES DE DADOS HIDROMETEREOLÓGICOS REALIZADAS (unidade)	200
	Ação
5416 - MONITORAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS	orçamentária

Produto: OUTORGAS DE PERMISSÃO DE USO DOS RECURSOS HÍDRICOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE OUTORGAS DE DIREITO DE USO EXPEDIDAS (unidade)	10.000
	Ação
1624 - CONTROLE DO USO DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS	orçamentária

Programa: 3932 - PLANEJAMENTO, FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DO SANEAMENTO DO ESTADO

Finalístico

Órgão: 39000 - SECRET. DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
POPULAÇÃO ATENDIDA COM INTERVENÇÕES EM SANEAMENTO (unidade)	495.694

Produto: APOIO AOS MUNICÍPIOS EM AÇÕES DE SANEAMENTO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE HABITANTES BENEFICIADOS PELOS RECURSOS DO SANEBASE (unidade)	60.000
	Ação
2145 - DESENVOLVIMENTO DE SANEAMENTO BÁSICO (SANEBASE)	orçamentária

Produto: FOMENTO A INICIATIVAS DE AMPLIAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS HÍDRICOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
VOLUME DE ÁGUA RECUPERADA (UN N.ident)	26.300.000
	Ação
2081 - RECUPERAÇÃO DAS ÁGUAS PAULISTAS (REÁGUA)	orçamentária

Produto: FOMENTO A INICIATIVAS DE AMPLIAÇÃO DO USO RACIONAL DA ÁGUA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS ATENDIDAS COM INICIATIVAS DE AMPLIAÇÃO DO USO RACIONAL DA ÁGUA (unidade)	10.000
	Ação
5389 - GESTÃO DA DEMANDA E RACIONALIZAÇÃO DO USO DA ÁGUA POTÁVEL	orçamentária

Produto: INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO EM ZONAS RURAIS E LOCALIDADES ISOLADAS.

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE HABITANTES ATENDIDOS POR USE (UNIDADE DE SANEAMENTO INDIVIDUAL) (unidade)	10.000
	Ação
2080 - SANEAMENTO RURAL E DE PEQUENAS LOCALIDADES ISOLADAS (ÁGUA É VIDA)	orçamentária

Produto: LIGAÇÕES INTRADOMICILIARES À REDE PÚBLICA DE ESGOTO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE RAMAIS INTRADOMICILIARES EXECUTADOS (unidade)	10.074
	Ação
2461 - PRÓ-CONEXÃO	orçamentária

Programa: 3933 - UNIVERSALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Finalístico

Órgão: 39000 - SECRET. DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA SABESP (%)	99
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO COM COLETA DE ESGOTOS NOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA SABESP (%)	88
PERCENTUAL DE TRATAMENTO DOS ESGOTOS COLETADOS (%)	81

Produto: ESGOTOS COLETADOS TRATADOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE ESGOTOS COLETADOS TRATADOS (%)	81,5
	Ação
1603 - TRATAMENTO DOS ESGOTOS COLETADOS	orçamentária

Produto: LIGAÇÕES ADICIONAIS DE ÁGUA

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE LIGAÇÕES ADICIONAIS DE ÁGUA (unidade)	170.000
	Ação
1602 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA	orçamentária

Produto: LIGAÇÕES ADICIONAIS DE ESGOTOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE LIGAÇÕES ADICIONAIS DE ESGOTOS (unidade)	245.000
	Ação
2147 - COLETA DE ESGOTOS	orçamentária

Programa: 3934 - PLANEJAMENTO, FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS

Finalístico

Órgão: 39000 - SECRET. DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE UNIDADES DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS COM COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS IMPLANTADA (%)	41
TAXA DE CONTRATAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (FEHIDRO) (%)	76

Produto: EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS PELO FEHIDRO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
CONTRATOS ASSINADOS (unidade)	200
	Ação
1153 - GESTÃO DO FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS-FEHIDRO	orçamentária
2465 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI ALTO TIETÊ C/RECURSOS DE COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária
2466 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI PARÁIBA DO SUL-RECURSOS COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária
2467 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI BAIXADA SANTISTA-RECURSOS COBRANÇA USO DA ÁGUA	orçamentária
2468 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI SOROCABA E MÉDIO TIETÊ-REC. COBRANÇA USO DA ÁGUA	orçamentária
2469 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI PIRACICABA/CAPIVARI/JUNDIAÍ-REC. COB. USO ÁGUA	orçamentária
2485 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI BAIXO TIETÊ-RECURSOS DE COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária
2513 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI BAIXO PARDO GRANDE-REC. COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária
2514 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI MOGI GUAÇU-RECURSOS DE COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária
2515 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI DO PARDO-RECURSOS DE COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária
2516 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL-REC.COB USO ÁGUA	orçamentária
2517 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI SERRA DA MANTIQUEIRA-REC. COBRANÇA USO DA ÁGUA	orçamentária
2518 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI SAPUCAÍ-MIRIM/GRANDE-REC. COBRANÇA USO DA ÁGUA	orçamentária
2519 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI TIETÊ BATALHA-RECURSOS COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária
2520 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI TIETÊ JACARÉ-RECURSOS DE COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária

Produto: PUBLICAÇÕES RELATIVAS AOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Indicador de Produto:	Meta 2017
PUBLICAÇÕES ELABORADAS. (unidade)	21
	Ação
5946 - IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS	orçamentária

Programa: 4001 - ADVOCACIA DO ESTADO**Finalístico**

Órgão: 40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE PARECERES JURÍDICOS EMITIDOS (unidade)	25.000
NÚMERO DE PROCESSOS JUDICIAIS EM ACOMPANHAMENTO PELO CONTENCIOSO GERAL (unidade)	535.335
PERCENTUAL DE RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA (%)	2,55

Produto: CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO-FISCAL*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
TOTAL DE ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA (R\$ bilhões)	3,15
	Ação
6193 - CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO-FISCAL	orçamentária

Produto: IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE DO ESTADO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ÁREAS DE INTERESSE DO ESTADO IDENTIFICADAS (unidade)	250
	Ação
5832 - MAPEAMENTO DE ÁREAS DE INTERESSE DO ESTADO	orçamentária

Produto: PARECERES JURÍDICOS E PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES PRESIDIDOS (unidade)	7.346
	Ação
5841 - CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA	orçamentária

Produto: REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DO ESTADO E AUTARQUIAS*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ABSTENÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS (unidade)	10.000
	Ação
6194 - LITIGAR MENOS E MELHOR	orçamentária

Programa: 4004 - CENTRO DE ESTUDOS**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
CAPACITAÇÃO DE PROCURADORES E SERVIDORES DA PGE - RELAÇÃO CARGA HORÁRIA/FUNCIÓNARIOS ATIVOS (h)	13

Produto: CURSOS E TREINAMENTO PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CERTIFICADOS EXPEDIDOS EM CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DOS PROCURADORES E SERVIDORES DA PGE (unidade)	1.500
	Ação
5836 - APERFEIÇOAMENTO E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROCURADORES E SERVIDORES	orçamentária

Programa: 4109 - SÃO PAULO MAIS ESPORTE E LAZER**Finalístico**

Órgão: 41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE MEDALHAS OBTIDAS POR ATLETAS PAULISTAS NOS JOGOS ESCOLARES NA ETAPA NACIONAL POR ANO (unidade)	140
NÚMERO DE MUNICÍPIOS PARTICIPANTES EM EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE POR ANO (unidade)	450
Produto: BOLSA TALENTO ESPORTIVO	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE BOLSAS DE TALENTO ESPORTIVO CONCEDIDAS (unidade)	650
	Ação
6028 - BOLSA TALENTO ESPORTIVO	orçamentária
Produto: CAPACITAÇÃO EM ESPORTE E LAZER	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PARTICIPANTES QUE RECEBERAM CERTIFICADOS NOS EVENTOS DE CAPACITAÇÃO EM ESPORTE E LAZER (unidade)	500
	Ação
5132 - CAPACITAÇÃO EM ESPORTE E LAZER	orçamentária
Produto: COMPETIÇÕES E PRÁTICAS ESPORTIVAS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATLETAS E COMISSÕES TÉCNICAS PARTICIPANTES DAS COMPETIÇÕES E PRÁTICAS ESPORTIVAS. (unidade)	150.000
	Ação
5131 - COMPETIÇÕES E PRÁTICAS ESPORTIVAS PARA CONVENCIONAIS	orçamentária
Produto: COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DE DIVERSAS MODALIDADES EM ÂMBITO ESCOLAR	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATLETAS E COMISSÕES TÉCNICAS PARTICIPANTES DE COMPETIÇÕES EM ÂMBITO ESCOLAR. (unidade)	500.000
	Ação
6156 - COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DE DIVERSAS MODALIDADES EM ÂMBITO ESCOLAR	orçamentária
Produto: ESPORTE E LAZER PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PARTICIPANTES NOS EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER VOLTADOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. (unidade)	400
	Ação
5117 - ESPORTE E LAZER PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	orçamentária
Produto: ESPORTE E LAZER SOCIAL	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PARTICIPANTES ATENDIDOS NOS PROJETOS DE ESPORTE E LAZER SOCIAL (unidade)	5.000
	Ação
5123 - ESPORTE, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL	orçamentária
Produto: GESTÃO DOS CENTROS DE FORMAÇÃO E DE EXCELÊNCIA ESPORTIVA DO ESTADO DE SP	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATLETAS E OUTROS USUÁRIOS DOS CENTROS DE FORMAÇÃO E DE EXCELÊNCIA ESPORTIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (unidade)	9.000
	Ação
5116 - CENTROS DE FORMAÇÃO E DE EXCELÊNCIA ESPORTIVA	orçamentária

Produto: INCENTIVO PAULISTA AO ESPORTE - LEI PAULISTA DE INCENTIVO AO ESPORTE	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS APROVADOS (unidade)	500
	Ação
8244 - INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER	não orçamentária

Produto: LAZER PARA TODOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PARTICIPANTES NOS EVENTOS DE LAZER ORGANIZADOS E/OU PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE. (unidade)	2.500
	Ação
5124 - LAZER PARA TODOS	orçamentária

Programa: 4110 - IMPLEMENTANDO A ATIVIDADE ESPORTIVA**Finalístico**

Órgão: 41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
MUNICÍPIOS ATENDIDOS NO PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DA ATIVIDADE ESPORTIVA POR ANO (unidade)	100

Produto: MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER PRODUZIDOS E ADQUIRIDOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE KITS DE ACADEMIAS AO AR LIVRE DISTRIBUIDOS (unidade)	100
	Ação
4072 - ESTIMULANDO A MELHORIA DA PRÁTICA DE ESPORTE E LAZER	orçamentária

Produto: OBRAS, REFORMAS E AMPLIAÇÕES NOS EQUIPAMENTOS PARA ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE OBRAS, REFORMAS E AMPLIAÇÕES DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS EM PARCERIA COM PREFEITURAS MUNICIPAIS E ENTIDADES. (unidade)	50
	Ação
1040 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS	orçamentária

Programa: 4111 - JUVENTUDE EM FOCO**Finalístico**

Órgão: 41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
CONSELHOS DE JUVENTUDE CRIADOS (unidade)	12

Produto: CONEXÃO JOVEM*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ACESSOS AO PORTAL DA JUVENTUDE (unidade)	450.000
	Ação
5869 - ATIVAÇÃO JOVEM	orçamentária

Produto: INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS DE JUVENTUDE*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PARTICIPANTES CERTIFICADOS (unidade)	500
	Ação
5868 - GESTÃO DO CONHECIMENTO	orçamentária

Programa: 4200 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA, INTEGRAL E GRATUITA AOS NECESSITADOS**Finalístico**

Órgão: 42000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO TOTAL DE ATENDIMENTOS COLETIVOS (NTAC) (unidade)	110
NÚMERO TOTAL DE ATENDIMENTOS (NTA) (unidade)	2.444.613
Produto: APERFEIÇOAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE EVENTOS DE CAPACITAÇÃO (unidade)	82
	Ação
5797 - CAPACITAÇÃO DE DEFENSORES, SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS	orçamentária
Produto: ATENDIMENTO DIRETO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO TOTAL DE ATENDIMENTOS DIRETOS REALIZADOS (unidade)	1.979.354
	Ação
2316 - APERFEIÇOAMENTO DO TELEATENDIMENTO E TRIAGEM	orçamentária
8221 - ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NECESSITADA	não orçamentária
Produto: ATENDIMENTO SUPLEMENTAR DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO TOTAL DE ATENDIMENTOS INDIRETOS REALIZADOS (unidade)	728.670
	Ação
5796 - PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA SUPLEMENTAR	orçamentária
Produto: DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MATERIAIS INFORMATIVOS PRODUZIDOS E DISTRIBUÍDOS (unidade)	790
	Ação
5795 - AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	orçamentária
Produto: EDUCAÇÃO EM DIREITOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS (unidade)	46
	Ação
6023 - PROMOÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO À POPULAÇÃO	orçamentária
Produto: INSTRUMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PRÉ-CONFERÊNCIAS REGIONAIS E CONFERÊNCIA ESTADUAL REALIZADA (unidade)	23
	Ação
2240 - REALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS E ESTADUAL DA DEFENSORIA PÚBLICA	orçamentária
8222 - REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	não orçamentária
Produto: MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS MAPEADOS (unidade)	40
	Ação
5799 - GESTÃO E EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE TI DA DEFENSORIA	orçamentária
6125 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	orçamentária

Programa: 4700 - GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalístico

Órgão: 47000 - SEC. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE AÇÕES PROMOTORAS DE MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (unidade)	24
Produto: ESTIMULAÇÃO DO MERCADO PARA A MODA INCLUSIVA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PESSOAS PARTICIPANTES (unidade)	400
	Ação
8269 - MODA INCLUSIVA	não orçamentária
Produto: EXPOSIÇÕES, AÇÕES EDUCATIVAS ESTUDOS E PESQUISAS DO MEMORIAL DA INCLUSÃO	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
VISITANTES NAS EXPOSIÇÕES PERMANENTE, TEMPORÁRIAS, ITINERANTES E VIRTUAL (unidade)	65.000
	Ação
6254 - CAMINHOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL	orçamentária
Produto: PROJETOS IMPLEMENTADOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS IMPLEMENTADOS (unidade)	12
	Ação
5963 - FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	orçamentária
Produto: SERVIÇO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA QUE SOFRERAM VIOLÊNCIA	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
ATENDIMENTOS NO CENTRO DE APOIO DA PRIMEIRA DELEGACIA DE POLÍCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (unidade)	500
	Ação
6249 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	orçamentária

Programa: 4702 - FOMENTO À INCLUSÃO ESPORTIVA E LAZER**Finalístico**

Órgão: 47000 - SEC. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
Produto: DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS (unidade)	170
	Ação
6250 - ACESSO A ATIVIDADES FÍSICAS E DE LAZER	orçamentária
Produto: DISSEMINAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE PARAOLÍMPICO	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES EM COMPETIÇÕES/EVENTOS (unidade)	480
	Ação
6252 - TIME SP	orçamentária
Produto: PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS, JOVENS, ADULTOS E IDOSOS COM DEFICIÊNCIA EM EVENTOS ES	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INSCRITAS EM EVENTOS ESPORTIVOS (unidade)	720
	Ação
6251 - IGUALDADE DE CONDIÇÕES EM JOGOS E ATIVIDADES RECREATIVAS DE ESPORTE E DE LAZER	orçamentária
Produto: TREINAMENTO DE ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATLETAS PARTICIPANTES (unidade)	1.200
	Ação
6253 - IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO PARAOLÍMPICO BRASILEIRO	orçamentária

Programa: 4901 - GESTÃO DE INDISPONIBILIDADE DAS USINAS**Finalístico**

Órgão: 49000 - SECRETARIA DE ENERGIA E MINERAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
ÍNDICE DE INDISPONIBILIDADE (%)	8,5
Produto: OFERTA DE ENERGIA FIRME	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
FALHAS NA GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA (%)	7,5
	Ação
1618 - MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES GERADORAS DE ENERGIA ELÉTRICA-CESP	orçamentária
2263 - MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES GERADORAS DE ENERGIA ELÉTRICA-EMAE	orçamentária

Programa: 4902 - CONTROLE DE CHEIAS DO CANAL PINHEIROS**Finalístico**

Órgão: 49000 - SECRETARIA DE ENERGIA E MINERAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
Produto: MATERIAL INERTE E DETRITOS FLUTANTES DO LEITO DO CANAL PINHEIROS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
QUANTIDADE DE MATERIAL RETIRADO (m³)	355.000
	Ação
2355 - ADEQUAÇÃO DA CALHA DO RIO PINHEIROS	orçamentária

Programa: 4903 - GESTÃO DA GERAÇÃO, FORNECIMENTO E UTILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**Finalístico**

Órgão: 49000 - SECRETARIA DE ENERGIA E MINERAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
IASCSP - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (%)	73,6

Produto: ESTUDOS TÉCNICOS E INFORMAÇÕES ENERGÉTICAS DISPONIBILIZADAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
RELATÓRIOS DIVULGADOS (unidade)	33
	Ação
5859 - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES ENERGÉTICAS	orçamentária

Produto: PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM PRÓPRIOS DO ESTADO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS PILOTO IMPLANTADOS (unidade)	1
	Ação
2358 - CAMPANHAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA REALIZADAS EM PRÓPRIOS DO ESTADO	orçamentária

Programa: 4906 - DESENVOLVIMENTO DE FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEL NO ESTADO**Finalístico**

Órgão: 49000 - SECRETARIA DE ENERGIA E MINERAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
RENOVABILIDADE DA MATRIZ ENERGÉTICA PAULISTA (%)	2

Produto: ESTUDOS TÉCNICOS PARA APROVEITAMENTO DA BIOMASSA NA GERAÇÃO DE ENERGIA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE RELATÓRIOS E ESTUDOS TÉCNICOS PRODUZIDOS E DIVULGADOS (unidade)	2
	Ação
6097 - DESENVOLVIMENTO DO BIOGÁS E GERAÇÃO DE ENERGIA A PARTIR DE BIOMASSA	orçamentária

Produto: ESTUDOS TÉCNICOS PARA DESENVOLVIMENTO DE ENERGIA PROVENIENTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PUBLICAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICOS VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE URES (unidade)	2
	Ação
6096 - INCENTIVO AO APROVEITAMENTO ENERGÉTICO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	orçamentária

Produto: ESTUDOS TÉCNICOS SOBRE FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA EÓLICA E FOTOVOLTAICA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PRODUTORES INSTALADOS, POTÊNCIA INSTALADA E RELATÓRIOS TÉCNICOS (unidade)	1
	Ação
8242 - INCENTIVO À CADEIA PRODUTIVA DE ENERGIA EÓLICA E FOTOVOLTAICA	não orçamentária

Programa: 4907 - FORTALECIMENTO DA INDÚSTRIA DE PRODUÇÃO MINERAL PAULISTA**Finalístico**

Órgão: 49000 - SECRETARIA DE ENERGIA E MINERAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE DIREITOS MINERÁRIOS NO ESTADO (%)	11
NÚMERO DE RELATÓRIOS POR CADEIA PRODUTIVA (unidade)	2
REGIÕES MAPEADAS (unidade)	1

Produto: APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DE BASE MINERAL*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
APOIO ÀS CADEIAS PRODUTIVAS (%)	25
	Ação
2035 - DIAGNÓSTICOS E PROPOSIÇÕES DE MELHORIAS DAS CADEIAS PRODUTIVAS	orçamentária

Produto: AVALIAÇÃO E MAPAS DA ATIVIDADE DE MINERAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
REGIÕES PESQUISADAS (%)	25
	Ação
5403 - DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO MINERÁRIA E PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO GEOLÓGICO	orçamentária

Programa: 4908 - PROGRAMA PAULISTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL**Finalístico**

Órgão: 49000 - SECRETARIA DE ENERGIA E MINERAÇÃO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
CONSUMO DE GÁS NATURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO (m³)	18.000.000
PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA PAULISTA RELACIONADA À CADEIA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS (%)	50

Produto: INFORMAÇÕES EXECUTIVAS DE PETRÓLEO E GÁS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PUBLICAÇÕES PRODUZIDAS (unidade)	14
	Ação
6095 - COORDENAÇÃO DO PROGRAMA E DO CONSELHO ESTADUAL DE PETRÓLEO E GÁS	orçamentária

Produto: PLANO ESTRATÉGICO DO GÁS NATURAL*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
EVOLUÇÃO DO CONSUMO ESTADUAL DE GÁS NATURAL (m³)	18.000.000
	Ação
2375 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO ESTADUAL	orçamentária

Programa: 5001 - INCREMENTO DO TURISMO PAULISTA**Finalístico**

Órgão: 50000 - SECRETARIA DE TURISMO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PROGRAMA (unidade)	150
Produto: CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CERTIFICAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CERTIFICADOS EMITIDOS PARA TRABALHADORES E EMPREENDEDORES TURÍSTICOS (unidade)	3.600
	Ação
4739 - CERTIFICAÇÃO DO TURISMO	orçamentária
Produto: DIVULGAÇÃO DOS DESTINOS E ATRATIVOS TURÍSTICOS PAULISTAS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE AÇÕES PROMOCIONAIS REALIZADAS (unidade)	10
	Ação
6059 - PROMOÇÃO DO TURISMO	orçamentária
Produto: PARCERIA COM MUNICÍPIOS PARA OBRAS E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NUMERO DE OBRAS E EVENTOS TURÍSTICOS APOIADOS (unidade)	25
	Ação
5502 - INCREMENTO DO TURISMO MUNICIPAL	orçamentária
Produto: PROJETOS TURÍSTICOS QUE PROMOVAM INTERAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE TURISTAS E EXCURSIONISTAS PARTICIPANTES (unidade)	10.000
	Ação
4136 - TURISMO INTEGRADO REGIONAL	orçamentária
Produto: PROMOÇÃO DO TURISMO A CRIANÇAS, JOVENS, IDOSOS E OUTROS GRUPOS ESPECÍFICOS	
<i>Finalístico</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PESSOAS PARTICIPANTES NOS PROGRAMAS (unidade)	5.000
	Ação
6063 - INCLUSÃO NO TURISMO	orçamentária

Programa: 5002 - MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DOS MUNICÍPIOS ESTÂNCIA E DE INTERESSE TURÍSTICO

Finalístico

Órgão: 50000 - SECRETARIA DE TURISMO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
VALORES REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS ESTÂNCIA E DE INTERESSE TURÍSTICO (R\$ milhões)	424

Produto: MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICO ATENDIDOS COM RECURSOS REPASSADOS P/ PROJETOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICO ATENDIDOS COM RECURSOS REPASSADOS PARA PROJETOS (unidade)	140
	Ação
6195 - INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DOS MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICO	orçamentária

Produto: MUNICÍPIOS ESTÂNCIA ATENDIDOS COM RECURSOS REPASSADOS PARA PROJETO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
MUNICÍPIOS ESTÂNCIA ATENDIDOS COM REPASSE (unidade)	70
	Ação
4102 - INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DOS MUNICÍPIOS ESTÂNCIAS PAULISTAS	orçamentária

Programa: 5101 - SÃO PAULO - ESTADO RESILIENTE**Finalístico**

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE ATENDIMENTOS ÀS SOLICITAÇÕES DE SOCORRO RECEBIDAS PELA DEFESA CIVIL (%)	100

Produto: APOIO AOS MUNICÍPIOS EM AÇÕES DE DEFESA CIVIL*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE OBRAS PREVENTIVAS E RECUPERATIVAS EXECUTADAS (unidade)	30
	Ação
1152 - PREVENINDO E RECONSTRUINDO	orçamentária

Produto: ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA ÀS VÍTIMAS DE DESASTRES*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PESSOAS SOCORRIDAS (unidade)	10.000
	Ação
4418 - GERENCIANDO O RISCO E O DESASTRE	orçamentária

Produto: CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS, COMUNIDADES E VOLUNTÁRIOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PESSOAS CAPACITADAS E TREINADAS (unidade)	3.000
	Ação
5348 - EDUCAÇÃO PARA A PREVENÇÃO	orçamentária

Programa: 5102 - REDE SOCIAL DE SOLIDARIEDADE E CIDADANIA**Finalístico**

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS COM AÇÕES DA REDE SOCIAL DE SOLIDARIEDADE E CIDADANIA (unidade)	212.081

Produto: APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO AOS PROJETOS SOCIAIS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CONVÊNIOS CELEBRADOS COM FUNDOS MUNICIPAIS E ENTIDADES SOCIAIS (unidade)	40
	Ação
4325 - APOIO TÉCNICO/FINANCEIRO A PROJETOS SOCIAIS DE FUNDOS MUNICIPAIS E ENTIDADES SOC	orçamentária

Produto: ATENDIMENTO NAS CASAS DE SOLIDARIEDADE*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS (unidade)	1.116
	Ação
4333 - CASA DE SOLIDARIEDADE-ATIVIDADES DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	orçamentária

Produto: CURSOS DE QUALIFICAÇÃO DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PESSOAS QUALIFICADAS (unidade)	14.300
	Ação
5331 - CAPACITAÇÃO PARA ATIVIDADES GERADORAS DE RENDA	orçamentária

Produto: DOAÇÕES DE BENS SERVÍVEIS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATENDIMENTOS A INSTITUIÇÕES (unidade)	490
	Ação
4328 - DISTRIBUIÇÃO DE BENS SERVÍVEIS AOS FUNDOS MUNICIPAIS, ENTIDADES E COMUNIDADES	orçamentária

Produto: REALIZAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE PROJETOS SOCIAIS REALIZADOS (unidade)	3
	Ação
2313 - REDE DE AÇÃO SOCIAL	orçamentária

Programa: 5103 - SISTEMA ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO**Finalístico**

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
ÍNDICE DE PROCESSOS CONCLUÍDOS (%)	40

Produto: AUDITORIA E CORREIÇÃO DE PROCESSOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE EXPEDIENTES CONCLUÍDOS (unidade)	852
	Ação
6127 - AUDITORIA ELETRÔNICA	orçamentária

Produto: FISCALIZAÇÃO E PREVENÇÃO DE IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DILIGÊNCIAS EFETUADAS (unidade)	40
	Ação
6128 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	orçamentária

Programa: 5104 - ARQUIVO DO ESTADO - PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL**Finalístico**

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
METRAGEM DO ACERVO PRESERVADO (m)	32.374,39
NÚMERO DE ADESÕES AO SISTEMA SPDOC (unidade)	11
NÚMERO DE ATENDIMENTOS AO PÚBLICO (unidade)	28.200
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÃO DOS CIDADÃOS (%)	84,12

Produto: COORDENAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATENDIMENTOS AOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE SÃO PAULO E ÀS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS (unidade)	2.222
	Ação
5724 - GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA	orçamentária

Produto: DOCUMENTOS TRATADOS E DISPONIBILIZADOS AO PÚBLICO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DOCUMENTOS TRATADOS DO ACERVO PERMANENTE (unidade)	3.192.000
	Ação
5725 - PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO ACERVO	orçamentária

Programa: 5107 - MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA OFICIAL**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
CAPACIDADE PRODUTIVA DE SERVIÇOS GRÁFICOS, EM GIROS DE MÁQUINA (unidade)	3.528.000

Produto: ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA IMESP*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
ESPAÇO FÍSICO ADEQUADO PARA POTENCIALIZAR A PRODUÇÃO GRÁFICA (m²)	129.870
	Ação
2214 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA IMPRENSA OFICIAL	orçamentária

Programa: 5109 - FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA – PRODESP

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
MÉDIA DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE CORPORATIVO PRODESP (unidade)	7,9
Produto: INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DE INFO E COMUNICAÇÃO COMPATÍVEL COM A DEMANDA	
<i>Melhoria de Gestão de Políticas Públicas</i>	
Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS (%)	100
	Ação
2178 - ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TIC	orçamentária

Programa: 5110 - TECNOLOGIA PARA UM GOVERNO ÚNICO ORIENTADO AO CIDADÃO**Finalístico**

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO ACESSA SP (%)	98
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO POUPEMPO (%)	98

Produto: AMBIENTE EQUIPADO COM INFRAESTRUTURA PARA ACESSO À INTERNET E A CONTEÚDOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE USUÁRIOS DO ACESSA SP (unidade)	3.283.291
	Ação
5636 - GESTÃO DO ACESSA SP	orçamentária

Produto: ATENDIMENTOS VIRTUAIS DO POUPEMPO REALIZADOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE ATENDIMENTOS VIRTUAIS SOBRE O TOTAL DE ATENDIMENTOS (%)	15
	Ação
6241 - IMPLANTAÇÃO DO POUPEMPO 2ª GERAÇÃO	orçamentária

Produto: MÚLTIPLOS SERVIÇOS PÚBLICOS AOS CIDADÃOS EM UM SÓ LUGAR*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE POSTOS COM SATISFAÇÃO ACIMA DE 95% (%)	80
	Ação
5372 - GESTÃO DO POUPEMPO	orçamentária

Produto: POLÍTICA DE USO DE TIC ESTABELECIDADA*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DE TIC PUBLICADAS (unidade)	3
	Ação
6223 - ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DE TIC	orçamentária

Produto: SISTEMA CORPORATIVO INTEGRADO IMPLANTADO*Melhoria de Gestão de Políticas Públicas*

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA CORPORATIVO (%)	15
	Ação
6225 - GESTÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CORPORATIVOS	orçamentária

Programa: 5113 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES**Finalístico**

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
PERCENTUAL DE EMPRESAS FISCALIZADAS (%)	100
PERCENTUAL DE REDUÇÃO DO NÚMERO DE VÍTIMAS FATAIS NAS RODOVIAS CONCEDIDAS EM RELAÇÃO À 2010 (%)	31

Produto: CONCESSÕES RODOVIÁRIAS REGULADAS E FISCALIZADAS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO GERIDOS (unidade)	20
	Ação
4913 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	orçamentária

Produto: SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ATENDIMENTOS AO USUÁRIO (unidade)	100
	Ação
8266 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO	não orçamentária

Produto: SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS REGULADOS E FISCALIZADOS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE EMPRESAS FISCALIZADAS (unidade)	675
	Ação
4912 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS	orçamentária

Programa: 5114 - FORTALECIMENTO DAS COMPETÊNCIAS REGULADORAS EM ENERGIA, GÁS E SANEAMENTO

Finalístico

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
ÍNDICE MÉDIO ANUAL DE SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR DE ENERGIA (%)	72
MÉDIA DAS PESQUISAS DE SATISFAÇÃO COM O SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS (unidade)	8
PERCENTUAL DE SATISFAÇÃO GERAL DOS MUNICÍPIOS COM O SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO (%)	80

Produto: SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
PERCENTUAL DE ATENDIMENTOS AOS USUÁRIOS (%)	80
	Ação
8267 - ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE DISTRIB. DE ENERGIA, SANEAMENTO E GÁS	não orçamentária

Produto: SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA FISCALIZADOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES, RELATÓRIOS E TRABALHOS TÉCNICOS REALIZADOS (unidade)	113
	Ação
5755 - FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS DE DISTRIB. ENERGIA ELÉTRICA	orçamentária

Produto: SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO REGULADOS E FISCALIZADOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES, RELATÓRIOS E TRABALHOS TÉCNICOS REALIZADOS (unidade)	757
	Ação
5872 - FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO	orçamentária

Produto: SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO REGULADOS E FISCALIZADOS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES, RELATÓRIOS E TRABALHOS TÉCNICOS REALIZADOS (unidade)	399
	Ação
5794 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DELEGADAS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO	orçamentária

Programa: 5115 - DESENVOLVIMENTO DE PARCERIAS PARA A REALIZAÇÃO DE PROJETOS E INVESTIMENTOS

Finalístico

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE PROPOSTAS DE MELHORIAS NAS PARCERIAS COM AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (unidade)	2
NÚMERO DE RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DAS PPP'S CELEBRADAS (unidade)	2

Produto: APOIO TÉCNICO E INSTITUCIONAL PARA A FORMALIZAÇÃO DE PARCERIAS

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ESTUDOS TÉCNICOS DE MODELAGEM DE PPPS, CONCESSÕES E OUTRAS FORMAS DE PARCERIAS (unidade)	2
	Ação
5637 - APOIO TÉCNICO ÀS PPP'S E OUTRAS FORMAS DE PARCERIAS	orçamentária

Produto: APOIO TÉCNICO, ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE GESTÃO COM OS'S

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE RELATÓRIOS SOBRE APERFEIÇOAMENTO NA ESTRUTURA DOS CONTRATOS DE GESTÃO COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (unidade)	4
	Ação
6235 - APERFEIÇOAMENTO DOS CONTRATOS DE GESTÃO COM AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (OS'S)	orçamentária

Programa: 5116 - INOVAÇÃO GOVERNAMENTAL**Finalístico**

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
NÚMERO DE BASES DE DADOS ABERTAS (unidade)	75
NÚMERO DE INSCRIÇÕES ANUAIS NA CATEGORIA "GESTÃO ESTADUAL" DO PRÊMIO MÁRIO COVAS (unidade)	170

Produto: INICIATIVAS DE PROMOÇÃO À COLABORAÇÃO*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE INICIATIVAS SIMULTÂNEAS DE PROMOÇÃO À COLABORAÇÃO (unidade)	3
	Ação
6230 - GOVERNO COMO PLATAFORMA	orçamentária

Produto: PROMOÇÃO DE INOVAÇÕES ORGANIZACIONAIS*Finalístico*

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE INICIATIVAS SIMULTÂNEAS DE PROMOÇÃO À INOVAÇÃO (unidade)	8
	Ação
6231 - INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL	orçamentária

Programa: 5117 - PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DOS INSTRUMENTOS DE DEFESA DO CIDADÃO

Finalístico

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

Indicadores de Resultado do Programa	Meta 2017
EFICÁCIA NO ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÃO DOS CIDADÃOS (%)	94

Produto: MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, INTERAÇÃO E COORDENAÇÃO DA REDE PAULISTA DE OUVIDORIAS

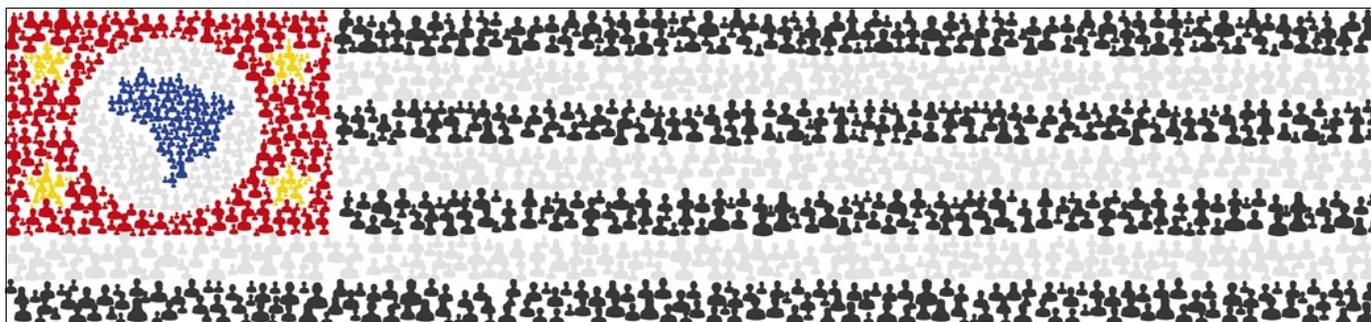
Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE MANIFESTAÇÕES REGISTRADAS PELA REDE PAULISTA DE OUVIDORIAS. (unidade)	1.250.000
	Ação
6232 - DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS DE APERFEIÇOAMENTO DA REDE PAULISTA DE OUVIDORIA	orçamentária

Produto: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA ESTADUAL

Finalístico

Indicador de Produto:	Meta 2017
NÚMERO DE ACESSOS AO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (unidade)	16.300.000
	Ação
6129 - COORDENAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA ESTADUAL	orçamentária



ANEXO IV

ALTERAÇÕES DO PPA NA LDO

ANEXO IV ALTERAÇÕES DO PPA NA LDO

Programa: 3500 - ENFRENTAMENTO À EXTREMA POBREZA

Finalístico

PREVISTO NO PPA

ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA

INDICADOR DE PRODUTO:	VALOR MAIS RECENTE	PERÍODO DE REFERÊNCIA	FONTE DA INFORMAÇÃO
NÚMERO DE FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE EXTREMA POBREZA ATENDIDAS PELO SP SOLIDÁRIO. (unidade)	não disponível		SEDS/COSAN - COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

ALTERAÇÃO NA LDO

ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA

INDICADOR DE PRODUTO:	VALOR MAIS RECENTE	PERÍODO DE REFERÊNCIA	FONTE DA INFORMAÇÃO
NÚMERO DE FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE EXTREMA POBREZA ATENDIDAS PELO FAMÍLIA PAULISTA (unidade)	não disponível		SEDS/COSAN - COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

NOTA: ALTERAÇÕES DESTACADAS EM VERMELHO

ANEXO IV ALTERAÇÕES DO PPA NA LDO

Programa: 3707 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE SOBRE TRILHOS - PITU EM MARCHA

Finalístico

PREVISTO NO PPA

TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR TRENS METROPOLITANOS

INDICADOR DE PRODUTO:	VALOR MAIS RECENTE	PERÍODO DE REFERÊNCIA	FONTE DA INFORMAÇÃO
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR ANO - MDU (unidade)	2.776.800	2014	CPTM

ALTERAÇÃO NA LDO

TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR TRENS METROPOLITANOS

INDICADOR DE PRODUTO:	VALOR MAIS RECENTE	PERÍODO DE REFERÊNCIA	FONTE DA INFORMAÇÃO
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS - MÉDIA POR DIA ÚTIL (unidade)	2.776.800	2014	CPTM

NOTA: ALTERAÇÕES DESTACADAS EM VERMELHO

ANEXO IV ALTERAÇÕES DO PPA NA LDO

Programa: 3932 - PLANEJAMENTO, FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DO SANEAMENTO DO ESTADO

Finalístico

PREVISTO NO PPA

FOMENTO A INICIATIVAS DE AMPLIAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS HÍDRICOS

INDICADOR DE PRODUTO:	VALOR MAIS RECENTE	PERÍODO DE REFERÊNCIA	FONTE DA INFORMAÇÃO
VOLUME DE ÁGUA RECUPERADA (m³/ano)	6.000.000	2014	SSRH

FOMENTO A INICIATIVAS DE AMPLIAÇÃO DO USO RACIONAL DA ÁGUA

INDICADOR DE PRODUTO:	VALOR MAIS RECENTE	PERÍODO DE REFERÊNCIA	FONTE DA INFORMAÇÃO
NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS ATENDIDAS COM INICIATIVAS DE AMPLIAÇÃO DO USO RACIONAL DA ÁGUA (m³)	não disponível		DAEE

ALTERAÇÃO NA LDO

FOMENTO A INICIATIVAS DE AMPLIAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS HÍDRICOS

INDICADOR DE PRODUTO:	VALOR MAIS RECENTE	PERÍODO DE REFERÊNCIA	FONTE DA INFORMAÇÃO
VOLUME DE ÁGUA RECUPERADA (m³/s)	6.000.000	2014	SSRH

FOMENTO A INICIATIVAS DE AMPLIAÇÃO DO USO RACIONAL DA ÁGUA

INDICADOR DE PRODUTO:	VALOR MAIS RECENTE	PERÍODO DE REFERÊNCIA	FONTE DA INFORMAÇÃO
NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS ATENDIDAS COM INICIATIVAS DE AMPLIAÇÃO DO USO RACIONAL DA ÁGUA (unidade)	0	2014	SSRH/ COORDENADORIA DE SANEAMENTO

NOTA: ALTERAÇÕES DESTACADAS EM VERMELHO

